

14/10/2019

Grande Imprensa
FOLHA DE S. PAULO - SP

Titãs

Em 1 ano, ensino a distância rouba 120 mil alunos de cursos presenciais

Bolsonaro resiste a incluir SP em programa de escolas militares

O ESTADO DE S. PAULO - SP

'A universidade vai ter que se reinventar'

O GLOBO - RJ

Conservadorismo 'cultural' tenta se popularizar

Análise de um discurso

Agências de notícias e sites

CLIC RBS

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Pontes é contra

FOLHA PA

Ministro critica eventual fusão entre Capes e CNPq

JORNAL DE BRASÍLIA - DF

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Pontes é contra

PORTAL DO HOLANDA

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Pontes é contra

AGÊNCIA GLOBO

Educação superior e zebras gordas

O IMPARCIAL - MA

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Pontes é contra

PORTAL VEJA

Brasil tem maior diferença salarial entre homens e mulheres em ranking da OCDE

Grande Imprensa

O ESTADO DE S. PAULO - SP

Plano de unir Capes e CNPq causa atritos no governo

FOLHA DE S. PAULO - SP

Administrando as reformas

Polícia investiga servidor suspeito de usar igreja para receber propina na máfia das creches

Imprensa Estadual

O DIA - PI

Ministro critica eventual fusão entre Capes e CNPq

O LIBERAL - PA

Governo quer fundir Capes e CNPq

Governo quer fundir Capes e CNPq

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

Ministro critica eventual fusão entre Capes e CNPq

AGÊNCIA FOLHA

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Marcos Pontes é contra

AGÊNCIA GLOBO

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Marcos Pontes é contra

AGÊNCIA JB

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Marcos Pontes é contra

AGÊNCIA VALOR

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; ministro Marcos Pontes é contra

BAHIA NOTÍCIAS

[MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Marcos Pontes é contra CENÁRIOMT](#)

[Governo planeja fundir CNPq e CAPES “para economizar”](#)

CIDADE VERDE

[UFPI abre 25 vagas para mestrado em Direito; veja como participar](#)

CORREIO DO POVO - AL

[Plano de unir Capes e CNPq causa atritos no governo](#)

DIÁRIO DO PODER

[Ministro da Ciência critica eventual fusão da Capes e do CNPq](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Marcos Pontes é contra](#)

GAUCHA - RS

[MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Marcos Pontes é contra](#)

GAZETA DO POVO – PR

[Governo Bolsonaro estuda promover fusão CNPq-Capes](#)

METRÓPOLES

[Governo federal estuda fundir Capes e CNPq](#)

O ESTADO ONLINE

[Governo Bolsonaro estuda fundir Capes e CNPq](#)

OLHAR DIRETO

[Sem dinheiro para despesas básicas, UFMT suspende pagamento de bolsas até dezembro](#)

PARAÍBA ONLINE

[Ministro critica eventual fusão entre Capes e CNPq](#)

PORTAL EXAME

[Marcos Pontes critica eventual fusão entre Capes e CNPq](#)

PORTAL ISTOÉ

[Ministro critica eventual fusão entre Capes e CNPq](#)

RADAR SANTA MARIA - DF

[Weintraub e Marcos Pontes divergem sobre CNPQ e Capes | Revista Fórum](#)

REGIÃO NOROESTE

[Ministro critica eventual fusão entre Capes e CNPq](#)

TERRA

[Governo Bolsonaro estuda fundir Capes e CNPq](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Ministro critica eventual fusão entre Capes e CNPq](#)

YAHOO! NOTÍCIAS

[MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Marcos Pontes é contra](#)

JORNAL TIJUCAS

[MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Marcos Pontes é contra](#)

METRÓPOLES

[Averso à mídia? Weintraub lidera ranking de coletivas no governo](#)

R7

[Escola sem provas, nem boletim. Conheça a pedagogia Waldorf](#)

Agências de notícias e sites

A GAZETA - ES

[Conheça as três mulheres que disputam o comando da reitoria da Ufes](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Governo estuda fusão de Capes e CNPq e entidades reagem](#)

DIÁRIO DE GOIÁS - GO

[Em meio ao descaso com a ciência, Biossimilar que possibilita terapia avançada contra cânceres representa salto tecnológico para o Brasil](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Entidades científicas, acadêmicas e tecnológicas se manifestam contra desmonte de agências nacionais de fomento à CT&I](#)

[“A ciência é capaz de transformar vidas, é capaz de desenvolver o País”](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Governo estuda fundir Capes e CNPq; entidades criticam: medida equivocada](#)

AGÊNCIA SENADO

[CDH analisa sugestão que aumenta piso salarial dos professores para R\\$ 3,5 mil](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[O que o governo ainda precisa explicar sobre o funcionamento das escolas cívico-militares](#)

Imprensa Estadual

HOJE EM DIA - MG

[CAPES E EUA OFERTAM BOLSAS DE DOUTORADO NA UNIVERSIDADE YALE](#)

JORNAL DA MANHÃ - MG

[Ufop está entre as melhores de ranking](#)

HOJE EM DIA - MG

[GUIA DESTRINCHA REDAÇÃO DO ENEM PONTO A PONTO](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Enem será aplicado duas vezes](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA SERTÃO

[Inscrições para Seleção de Tutores da Uneb terminam nesta sexta](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Comunidade acadêmica comemora 75 anos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos](#)

[Bolsista da CAPES descobre fóssil de mamífero](#)

[Novas parcerias: CAPES visita universidades nos EUA](#)

[Programa da CAPES forma 734 professores em Pedagogia](#)

TUDO RONDÔNIA

[Prefeitura abrirá seleção para escolher coordenador do polo presencial da UAB](#)

G1

[Precisamos falar nas escolas do risco de sexualização precoce e violenta de adolescentes](#)

[Homens armados invadem escola pública e assaltam alunos em Ceilândia, no DF](#)

[UFSC publica normativa sobre reposição de atividades afetadas pela greve estudantil](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Titãs

Integrantes da equipe econômica temem que os fundos a serem criados pelo Future-se, do MEC, entrem em choque com o objetivo da pasta de Paulo Guedes de vender o máximo possível dos ativos da União à iniciativa privada.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/10/14/chegada-de-aras-a-pgr-da-forca-a-projeto-e-toffoli-prepara-mutirao-de-julgamentos-para-destravar-obras/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Em 1 ano, ensino a distância rouba 120 mil alunos de cursos presenciais
Modalidade tem piores notas e alta evasão, mas oferece maior flexibilidade e menores preços**

São Paulo

O crescimento acelerado da educação a distância (EAD) tem contribuído para o encolhimento do ensino presencial no Brasil, o que pode mudar em pouco tempo o cenário da formação superior no país. Em um ano, quase 120 mil alunos migraram de uma modalidade para a outra.

O número consta de estudo feito pelo Semesp (entidade das mantenedoras de ensino superior) com base nos microdados do Censo da Educação Superior feito pelo Inep (instituto ligado ao MEC).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/em-1-ano-ensino-a-distancia-rouba-120-mil-alunos-de-cursos-presenciais.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Bolsonaro resiste a incluir SP em programa de escolas militares
Imbróglío teve início quando o secretário da Educação disse que não havia entendido bem a proposta**

Brasília

O governo Jair Bolsonaro tem resistido a incluir o estado de São Paulo no projeto de escolas cívico-militares. A gestão João Doria (PSDB) não aderiu à ação dentro do prazo dado pelo Ministério da Educação (MEC) e depois recuou, pedindo a extensão do período de inscrições.

Para o MEC, São Paulo fez pouco caso do programa e da gestão Bolsonaro. Com o impasse, o estado poderá ficar de fora da ação federal.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/bolsonaro-resiste-a-incluir-sp-em-programa-de-escolas-militares.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY

‘A universidade vai ter que se reinventar’

Desafio da educação de hoje, diz presidente do Grupo Anima, ‘é o design organizacional’

Não foi por acaso que Daniel Castanho e seu grupo deram à sua instituição o nome de Anima Educação. “Anima é ‘alma’ em latim”, lembra o professor. “Numa reunião com todos que trabalhavam lá se perguntou o que a empresa representava para eles. Uma empresa humana, um propósito, trabalhar com sonhos... E se chegou a essa solução.” A ideia de sonho, ou alma, cresceu, e o professor, que começou dando aulas de matemática e física, comanda hoje uma das principais instituições do setor no País, com

quase 125 mil alunos e 7 mil profissionais.

Castanho acha essencial definir, na sua área, uma evolução e um sentido. E compara: nos anos 80 a palavra-chave era produtividade, nos 90 globalização, em 2000 já era a gestão de pessoas. O desafio de hoje “é o design organizacional”. A escola “tem de parar de ser um delivery de conteúdo” e ajudar o aluno a crescer numa direção escolhida por ele próprio. Exemplo prático: “A universidade tem de se reinventar através de nanocursos”. O resultado desta maneira de trabalhar é estar, hoje, na lista dos Great Places to Work e “entre as melhores empresas do País para mulheres trabalharem”. A seguir, os principais trechos da conversa:

Fala-se a toda hora que o Brasil precisa de educação. Como avalia hoje a situação dessa área?

Concordo, até porque educação é minha paixão. Não há na história da humanidade uma sociedade que tenha se desenvolvido sem ter por trás uma educação forte. Ela é a locomotiva da transformação, e o professor o artífice desse processo.

O Brasil evoluiu nisso? Evoluiu na inclusão do cidadão mas não na qualidade. A inclusão foi grande, mas a melhora da qualidade não aconteceu. No ano 2000 a gente tinha 4% da população dos 18 aos 24 anos na universidade. No Chile, já eram, e ainda são, 80%. Nos EUA e outros países desenvolvidos, é de 60% a 80%. Hoje no Brasil são 18%.

Por que esse passo lento por aqui?

O foco inicialmente foi todo na inclusão. O processo começou com o FHC lá atrás, depois vieram o Prouni, o Fies e ampliou-se o número de vagas no ensino superior numa época em que o Brasil vivia o pleno emprego e pouquíssimas pessoas tinham diploma. O simples fato de ter diploma aumentava a empregabilidade de um cidadão em 2 ou 3 vezes. Aí todo mundo começou a procurar as universidades mais fáceis, rápidas e baratas e o grande a meta virou ter um certificado... Os alunos conseguiam o nível intermediário 4 em inglês e não falavam nada da língua. Não conseguiam emprego e sem emprego não conseguiam pagar a mensalidade do curso. Hoje vemos uma maturidade maior das pessoas, elas buscam instituições com marca reconhecida, aprendem alguma coisa.

Como está o grupo Anima nessa transformação? Assim como nos anos 80 o grande desafio das empresas era a produtividade, nos 90 era a globalização, o marketing. No ano 2000, a gestão de pessoas. E acho que hoje o grande desafio é o design organizacional. As empresas têm de ser ágeis, ter uma visão exponencial. Hoje a Anima está dividida em squads, que são pequenos times que atuam de forma mais ágil para resolver os problemas. Dou um exemplo prático: não cabe mais um vice-presidente de RH, outros de marketing e financeiro. Quem sabe, o grande desafio é termos um “vice da experiência do aluno”, outro “da jornada docente”. Enfim, a gente está redesenhando o Anima. De um lado você tem de ter o desafio de gestão, do outro tem de ser uma empresa ambidestra. O que isso significa? Que você inova o que faz e também investe em projetos MVPs.

O que é MVP?

Produto mínimo viável. Um produto que você pode testar e, se deu certo, impacta o negócio inteiro. Como se fossem várias startups. Pois tem de ser mais ágil ante os desafios.

Como vai ser o emprego no futuro? Como educar um profissional para um emprego que você não sabe como vai ser?

A gente está entrando na era do pós-emprego.

Isso não é quando a gente se aposenta?

Não. O que quero dizer é que as pessoas não terão o vínculo que têm hoje com a empresa. A maioria vai ser free lancer, trabalhando por job, um trabalho mais curto. Então, de um lado você entra numa era pós-emprego, a sua carreira vai ser em espiral, sempre crescendo, nunca em linha reta. Você estará num projeto, depois noutro...

Mas esses projetos não exigirão habilidades diferentes? Totalmente. E isso significa que a universidade vai ter que se reinventar através de nanocursos, cursos de curta duração. Ao invés de entrar numa faculdade e lá ficar 4, 5 anos, mais 2 de MBA, o seu estudo, sua capacitação, será algo simbiótico, indissociável. Você vai ter uma reunião das 9 às 10, depois uma turma pra estudar das 10 às 11, depois trabalha de novo. Sem aquele negócio de trabalhar das 9 às 6 e depois ir pro MBA. É totalmente integrado. E essa era do pós-emprego vai exigir o quê? Que você seja um empreendedor, o que é diferente do empresário. O empresário corre riscos, o empreendedor trabalha por um propósito. Você trabalha pelo que quer atingir, o seu “ikegai”. Essa é uma palavra japonesa que significa “razão de ser”.

Pode explicar melhor?

É a confluência entre o que você ama, e faz bem, e o que o mundo precisa e que paga para ter. Você não vai trabalhar “para o outro”. Hoje, na universidade, você faz a prova pra passar de ano. Estuda pra mostrar seu certificado pro seu pai, pro seu cônjuge. Mas você tem é que trabalhar pra você, não pro seu chefe.

Ao longo da história, uma grande dificuldade dos seres humanos foi decidir. Saber qual é o seu “ikegai”, seja o que for. Como isso vai acontecer?

O grande desafio é entender, ao longo da vida, quem você é. A estrutura da educação foi desenhada pra se fazer mestrado e doutorado até os 30 anos quando a expectativa de vida era 45. Hoje essa expectativa é de 100 anos. Não dá pra ter o mesmo desenho. Então, primeiro o “ikegai”, o seu propósito. Que você tenha discernimento ao fazer escolhas. Depois, que seja resiliente, não tenha medo de falhar. E que você goste. Ser resiliente, pra mim, não é ter capacidade de segurar pedras, é a de dissolver pedras.

Puxa, mas é difícil. Imagine uma história: “Morreu e vai ser enterrado hoje o fulano, que descobriu o seu “ikegai” aos 95 anos”. Difícil.

Mas sabe qual é o grande desafio? As universidades preparam todo mundo pra ser passivo, porque o professor fala e você fica lá escutando.

Mas uns 90% da humanidade não têm ideia de pra onde querem ir, o que querem ser. Como vão montar isso?

Veja, o sistema de educação foi montado na revolução industrial, quando a meta era tirar pessoas do campo e trazer para a indústria. E se você olha a escola, ela é disciplina, grade curricular. Toca a campainha e você vai tomar um solzinho no pátio, aí volta, todo mundo sentado em uma carteira. A escola vai formatando o aluno como uma peça de um equipamento. Mas hoje, com internet das coisas, a inteligência artificial, os equipamentos ganhando inteligência, o ser humano está perdendo o emprego...

Vamos voltar a ser nômades? Como acontecia antes fixação do homem na era agrícola? Nômade, não. Ele precisa ser humano, ter empatia, criatividade, aumento de consciência. É trabalhar em equipe, cuidar do outro. Então, o que a escola tem que desenvolver? Ela precisa parar de formatar minions, todo mundo saindo um igualzinho ao outro. Essa é a grande reinvenção. A universidade precisa ser reinventada, aí cada um vai ter o seu propósito.

Sim, não vão ser seguidores.

O que eu quero dizer é o seguinte: o homem, desde os tempos das cavernas, saía de casa e enfrentava um monte de obstáculos para arrumar comida. Quanta gente hoje sai e enfrenta obstáculos só para arrumar comida? O sistema educacional do mundo está falhando. O que há a fazer é atuar para que as pessoas deixem de ser passivas. Hoje um professor diz o que você tem de aprender, você decora. É uma avaliação. Mas a avaliação não pode ser punitiva, tem de agregar valor, ser um feedback para que o aluno possa crescer.

A escola é que faz isso, ou é da natureza do ser humano? E como funciona o mundo sem essas estruturas todas e regras?

Você pode ter estruturas e regras. O que não pode é ter regras tolhendo o ser humano, inibindo o seu potencial. Hoje a universidade não é um lugar onde você aumenta esse potencial. A escola oferece a mesma coisa para todo mundo. Ela deveria ser personalizada. É preciso pensar no “life long learning”, nunca parar de aprender. Ela tem de ser estruturada em nanocursos que façam sentido para cada um.

Uma outra forma de aprender. Outra coisa: por que aqueles 25 alunos na classe têm de estar na mesma sala? Hoje, com o Google Drive, você pode ter um aluno fazendo um trabalho na Amazônia, um no Recife, ou em Moçambique estudando juntos. E o professor? Qualquer um, de qualquer lugar do mundo. A educação será completamente transformada.

Como o Anima se prepara para esse futuro?

A gente tem uma área de data science. A Anima passou a ser uma empresa data driving: com decisões baseadas em dados. Tem uma área enorme de inovação. Um currículo modular: o aluno escolhe o que fazer. Assim a gente está desenhando o futuro da universidade.

Vão tirar o trabalho dos psiquiatras, dos psicólogos?

Ao contrário. Eles e outras pessoas da área de humanas podem e devem ser os mentores dos alunos. Podem dizer: “Aproveitem esses quatro anos” – e eles vão escolhendo o seu percurso formativo. Antes a escola era um delivery de conteúdo. Hoje o aluno vai construindo sua história.

Você vai oferecer conforme a análise de cada indivíduo? Não, eu tenho um portfólio de competência aí, que é a curadoria. Do outro lado, a mentoria: conforme cada um eu vou ajudar a fazer as escolhas. Aí sim é a individualização. O sistema de avaliação não é punitivo, é um feedback contínuo.

Assim a gente passa a vida aprendendo.

Não é uma delícia? Eu realmente acredito que o trabalho é pra gente aprender. Sempre pergunto aos que trabalham comigo quando foi última vez em que fizeram algo pela primeira vez. Se faz muito tempo, tem algo errado na vida deles.

‘O SISTEMA DE AVALIAÇÃO TEM DE SER UM FEED BACK CONTÍNUO’

Como você faz disso um mundo produtivo, que possa gerar renda e onde as pessoas consigam sobreviver?

O maior problema do mundo é a produtividade, porque as pessoas estão usando seu potencial mínimo. Sabe que numa sala de aula, com uma turma normal, o grupo aprende só 37% do que se ensina? Porque tem gente que aprende menos e isso muda a média. Aliás, sabe um dos grandes desafios de hoje? Os algoritmos das redes sociais. Se a gente tem de trabalhar em squads, todos juntos, com equipes diferentes, a diversidade tem de ser cada vez mais forte. A pessoa não tem de ser bilingue, tem de ser multicultural. Os algoritmos das redes oferecem sempre as mesmas coisas, então você acha que todo mundo pensa igual. Isso está aumentando a xenofobia e diminuindo a empatia entre as pessoas.

Seus sócios pensam como você?

Claro. Sempre tem algum mais conservador, mas a beleza é isso, essa diversidade.

Como fazer na área pública? É a mesma coisa, só que a universidade é pública. Alguns vão questionar: e o desenvolvimento intelectual? Também faz parte. A arte, a música, desenvolver a sensibilidade, a empatia. O que estou falando é que não é só estar vinculado às empresas, é estar vinculado ao desenvolvimento da sociedade como um todo.

O sistema de hoje é injusto? Ele está injusto. Por exemplo, acho que nas escolas públicas a gente devia mudar a estabilidade do professor. Eles passam num concurso, ficam lá um tempão e se aposentam. Talvez devesse existir algo do tipo prova da OAB, que avaliasse o mérito e justificasse um aumento de salário...

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Conservadorismo ‘cultural’ tenta se popularizar

Nova direita brasileira busca forma de organização com a criação de fóruns e congressos para promoção da pauta de costumes que chegou ao poder em 2018. Agenda tem sido financiada por empresários ou com recursos públicos de fundação do PSL
SÃO PAULO

Um ano após a eleição, simpósios e conferências se espalharam, do Sul ao Norte do país, com a missão de disseminar o pensamento intelectual conservador defendido pela parcela mais aguerrida do eleitorado de Jair Bolsonaro. O porte desses eventos é diverso, com custos entre R\$ 25 mil e quase R\$ 1 milhão, e um público que gira de 100 pessoas até três mil.

À exceção do CPAC Brasil, custeado no último fim de semana pela Fundação Índigo, ligada ao PSL, os demais eventos mapeados pelo GLOBO são bancados por empresários da região onde se realizarão, por vezes ajudados pela cobrança de taxa de inscrição ao público.

Os objetivos, em geral, são popularizar e tornar mais acessíveis teses, conceitos acadêmicos e informações sobre o conservadorismo. O III Simpósio Nacional Conservador, realizado em Ribeirão Preto (SP) no começo do mês, por exemplo, queria transformar a cidade no polo do pensamento conservador no país. Menos pretensioso, o 1º Simpósio Conservador de Belo Horizonte (MG), em setembro, teve o objetivo de “disseminar o pensamento conservador e os valores judaico-cristãos”. No Nordeste, principal reduto da esquerda no Brasil após as eleições de 2018, a ideia é apresentar, em novembro, as ideias conservadoras para uma população que, na visão de seus organizadores, é “culturalmente” conservadora.

SEM VERNIZ ACADÊMICO

Para o professor Christian Edward Cyril Lynch, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a profusão de eventos conservadores marca uma diferença da ascensão dessa força política em relação a outros momentos da história do Brasil, quando era muito mais dependente do estatismo ou de setores da classe média.

—É um conservadorismo culturalista ou de costumes. Fontes: organizadores dos encontros

que vem democratizado e legitimado pelas urnas. Agora, ele quer ser doutrinário. Um grupo que não tem verniz acadêmico, se ressentido por não ter, mas que procura se legitimar — afirma Lynch.

O Brasil Limpo, que organizou o evento de Ribeirão Preto, foi pioneiro nesse formato. Segundo Camilo Calandrelli, líder do grupo, a ideia de fazer um simpósio para trabalhar o conceito de conservadorismo nasceu em 2017. Após o que considerou ter sido um fiasco no encontro organizado na cidade para receber Miguel Nagib, fundador do movimento Escola Sem Partido, Calandrelli decidiu pôr as mãos na massa.

Ele entrou em contato com Nagib, angariou apoio de Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL), hoje deputado federal por São Paulo, e ergueu o simpósio. O evento

inspirou outros conservadores, como Cristiane Miranda, organizadora do encontro mineiro:

— A eleição do Bolsonaro despertou o conservadorismo que está dentro da gente.

No Recife, em novembro, os organizadores preveem um público de 500 pessoas. Ao contrário de outros eventos, o Fórum dos Conservadores do Nordeste se diz apertado: entre os presentes estarão o deputado federal General Girão (CE), do PSL, mas também o senador Styvenson (AC), do Podemos.

— Nosso objetivo é que as pessoas tomem consciência do que está sendo feito no país, do resgate do sentimento conservador que é cultural na família brasileira — afirma o empresário Alexandre Carvalho, um dos coordenadores.

A importância do aspecto cultural, segundo Lynch, é determinante no conservadorismo bolsonarista. Ao contrário de outros momentos da história do Brasil onde conservadores estiveram no poder, é a primeira vez em que o grupo de conservadores que privilegia a pauta de costumes é preponderante em relação ao grupo de conservadores estatistas, representado pelas Forças Armadas, e os conservadores neoliberais, representado neste governo pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Lynch destacou também que o Brasil não vivia um ambiente democrático em outros momentos de força do conservadorismo. Mesmo em 1964, antes do golpe militar, apenas 16% da população votava.

— O conservadorismo se democratizou, ele se adaptou a uma sociedade de massa, o que não existia antes. Como a Igreja Católica deixou de ser de direita hegemonicamente, ele se abriu para o campo evangélico. O conservadorismo passa a defender, então, que a tradição brasileira é cristã — diz.

CONFLITOS NO GOVERNO

A ideia conspiracionista de que existe um domínio do inimigo em quase todas as esferas da sociedade é comum nos grupos conservadores considerados mais radicais. E essa tese permeia o discurso de urgência na mobilização e composição dos grupos conservadores.

— O movimento conservador hoje no Brasil padece de muitos defeitos. Um deles é a inexperiência. Bolsonaro venceu as eleições antes de o conservadorismo se organizar como movimento, como um partido e culturalmente — afirma Rafael Nogueira, professor mais conhecido dos documentários do estúdio Brasil Paralelo e um dos palestrantes do CPAC Brasil.

Não é apenas Nogueira a desconsiderar o PSL um partido conservador. Aliados de Eduardo Bolsonaro estão finalizando o estatuto de um novo partido a ser criado, chamado Conservadores. A premissa do grupo é de que não existe, hoje, um partido “puramente de direita” no país. Com os atuais entraves para a formalização de novas legendas, no entanto, o grupo deve adiar o plano.

— Chegaram ao poder três conservadorismos diferentes que não necessariamente convivem bem: o do mercado, com Paulo Guedes, o mais estatista, identificado com as

Forças Armadas, e o conservadorismo culturalista do Olavo de Carvalho, dos filhos do presidente. Quando o governo assume, começa a briga entre eles —resume Lynch.

Em São Paulo, evento reproduz matriz americana
Eduardo Bolsonaro intermediou versão brasileira do CPAC, que existe desde 1973 nos EUA; três ministros compareceram

Maior dos eventos promovidos pela nova direita brasileira até aqui, a Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC, na sigla em inglês) copia a versão americana do congresso, que ocorre desde 1973. A versão verde e amarela ocorreu, sexta e sábado passado, em São Paulo.

O evento foi trazido pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). A American Conservative Union (ACU), fundadora do CPAC americano, organizou o evento na capital paulista em parceria com a Fundação Índigo, ligada ao PSL, que investiu cerca de R\$ 850 mil.

—A ACU colaborou usando a sua expertise em aspectos como elaboração de roteiro, programação, realização de contatos, interação e relação com convidados internacionais, planejamento e execução —declararam os organizadores da Fundação Índigo.

A versão brasileira do encontro da CPAC teve peculiaridades. As palestras seguiram a cartilha bolsonarista de confronto ao que consideram uma hegemonia de esquerda nos meios culturais, sociais e políticos do Brasil.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, usou e abusou das comparações ao nazismo para criticar o que ele considera ser o “inimigo da classe média e da família”.

Apesar da enorme concorrência com celebridades da direita na conferência, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, foi a palestrante que mais empolgou os presentes. Segundo a organização, cerca de três mil pessoas participaram do evento.

Damares comparou a esquerda ao diabo, rebateu o arcebispo de Aparecida (SP), que havia criticado na manhã de sábado a direita e afirmou, para alegria dos presentes, que o governo Bolsonaro dará tão certo que os conservadores ficarão no poder por “quatro, oito, 12 anos”. Mesmo com a presença de Eduardo Bolsonaro e dos ministros Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Damares foi a conferencista mais aplaudida e ouviu coro de “Fica! Fica!” antes de deixar o palco. (G. C. e D. D.)

[topo](#)

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Análise de um discurso

É justo cobrar da principal autoridade educacional do país que tenha mais rigor ao citar dados para embasar ideias ou ações

Na semana passada, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou em São Paulo a entrega de 180 ônibus escolares para municípios. Não foi a primeira vez, nem será a última, que um ministro sobe num palanque para anunciar com pompa e circunstância pequenas ações pontuais. Isso sempre fez parte do jogo político, e todo

cidadão é livre para se iludir com as palavras do governante da vez.

O problema foi que, em seu discurso improvisado, Weintraub citou dados exagerados ou equivocados. De novo, não foi o primeiro nem será o último, mas é justo cobrar da principal autoridade educacional do país que tenha mais rigor ao citar dados para embasar ideias ou ações. Ao defender a prioridade para a educação infantil (tese absolutamente legítima), o ministro faz um paralelo com os gastos em universidades federais, contrapondo um investimento ao outro. Disse que “cada universidade federal dessas grandes custa mais de R\$ 3 bilhões por ano” e que, “com uma delas, a gente põe todas as crianças na creche e pré-escola”. Se fizer isso com esse valor e sem comprometer a qualidade, operará um milagre.

Segundo o IBGE, há 6,5 milhões de crianças de zero a 5 anos fora da escola. O Inep mostra que, em 2015, o investimento anual por aluno da educação infantil era de R\$ 6.433. Corrigindo pela inflação para valores de hoje, daria cerca de R\$ 7.500. Mantido esse patamar, colocar “todas as crianças” na escola envolveria algo em torno de R\$ 50 bilhões a mais do orçamento do MEC.

No caso das creches, convém registrar que o país nenhum tem 100% de sua população de zero a 3 anos matriculada, e a meta do Plano Nacional de Educação é de 50% de atendimento até 2024. Dando a Weintraub o benefício da dúvida, talvez ele estivesse se referindo ao contingente que falta para atingir essas metas. Nesse caso, o déficit seria de cerca de 2 milhões de vagas. Ainda assim, trabalhando com os atuais valores por aluno, estaríamos falando de um montante de mais de R\$ 15 bilhões anuais apenas para creches e pré-escolas. Para efeito de comparação, o valor que a União complementa hoje no Fundeb é de R\$ 14 bilhões. É certo que esses cálculos não têm precisão absoluta. Pode haver espaço para melhorar a eficiência do gasto, mas é preciso considerar que o custo por aluno em creche, onde o déficit de vagas é maior, tende a ser maior do que o de uma pré-escola, especialmente no caso das crianças muito pequenas. De qualquer jeito, nada indica que o problema possa ser resolvido com algo em torno de R\$ 3 bilhões.

Weintraub comentou ainda sobre os planos do MEC para expansão do ensino técnico, uma medida, de fato, necessária. Porém, de novo, recorreu a chavões sem embasamento algum ao dizer que “tá cheio de doutor sem emprego”, mas é “difícil ter um bom encanador passando fome”. É impossível checar estatísticas de desemprego de “bons encanadores”, mas é fácil identificar que, no Brasil, o acesso ao ensino superior está relacionado a enormes benefícios individuais. O relatório Education at a Glance, da OCDE, mostra, por exemplo, que as taxas de desemprego para quem tem diploma universitário no Brasil são metade das verificadas entre quem parou no ensino médio e que os graduados no país recebem, em média, 150% a mais do que quem parou no antigo segundo grau. É a maior discrepância verificada nos países do relatório. Não porque o ensino superior no Brasil tenha alta qualidade, mas pelo fato de que ainda é para poucos.

topo ↕

CLIC RBS - TEMPO REAL

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Pontes é contra

SÃO PAULO, SP (FOLHAPRESS) - A equipe do ministro da Educação, Abraham Weintraub, encaminhou nesta semana ao Ministério da Ciência uma proposta de texto de medida provisória para fundir em uma mesma instituição a **Capes** e o CNPq. O MEC

quer transformar as duas agências em uma fundação, que seria gerenciada pela pasta.

A fusão é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência.

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é ligada ao Ministério da Educação, enquanto o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) está vinculado à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os dois órgãos têm atribuições de fomento à pesquisa, mas atuam com objetivos distintos. Responsável pela avaliação e coordenação da pós-graduação, a **Capes** financia bolsas de pesquisa com foco na qualificação do pessoal de nível superior. Já o CNPq tem foco maior no fomento de atividades de pesquisa e tecnologia. Também fornece bolsas, mais voltadas à pesquisa científica e inovação.

O plano de fusão do governo Jair Bolsonaro (PSL) avança em meio a uma crise financeira que ameaça o pagamento de bolsas e a continuidade de grande projetos científicos, como o acelerador de partículas Sirius, maior empreendimento da ciência brasileira.

O Ministério da Ciência confirmou o recebimento do texto e ressaltou que se trata de uma proposta do MEC que não foi discutida pela pasta, sobretudo com relação à construção de uma fundação. A pasta informou ainda que se coloca à disposição para discutir a importância do CNPq.

O ministro Marcos Pontes publicou em rede social: "Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq."

Weintraub aposta que o novo órgão ficaria no MEC sob o argumento de que a pasta soube lidar melhor com a escassez de recursos da **Capes** neste ano, sobretudo na relação com a equipe econômica.

O ministério da Economia recomendou a fusão das duas agências e a vinculação da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), hoje ligada à pasta da Ciência, ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Para Roberto Muniz, presidente do sindicato nacional de gestores em ciência e tecnologia, a crise orçamentária tem provocado o surgimento de ideias que não resolvem a questão.

"O governo está com um movimento para redirecionar todo o sistema de ciência e tecnologia, reduzi-lo drasticamente, e mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros", diz. "É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento", diz Muniz, que também é presidente da associação de servidores do CNPq.

Treze instituições acadêmicas e de pesquisa divulgaram na sexta-feira (11) carta em que

se posicionam contra o plano de fusão.

"Seria uma medida equivocada sob todos aspectos já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares", diz a carta, assinada por instituições como a Academia Brasileira de Ciências, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Andifes (que reúne reitores das universidades federais).

Por causa de bloqueio de recursos, a **Capes** cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, o equivalente a 8% do que havia no início do ano. Mesmo após descontingenciamento, o órgão ainda enfrenta um congelamento de R\$ 549 milhões no orçamento do ano.

O órgão ainda perde metade do orçamento em 2020, segundo proposta encaminhada ao Congresso pelo governo: sai de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019, para R\$ 2,20 bilhões no ano que vem. O MEC afirma que já garantiu mais R\$ 600 milhões para o que vem e a **Capes** tem tentando convencer deputados a construir uma emenda parlamentar de mais R\$ 300 milhões.

Com relação ao CNPq, o orçamento de 2019 já foi aprovado com a previsão de recursos insuficientes. O orçamento garantia o pagamento das 84 mil bolsas somente até agosto.

As contas vencidas no mês passado e neste ano foram pagas com recursos garantidos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para garantir as bolsas do ano

O ministério da Ciência solicitou aportes para a Economia mas foi ignorado até agora, como a própria pasta informa em ofício de resposta a solicitação de informações do deputado Ivan Valente (PSOL).

Para pagar bolsistas neste mês, o CNPq remanejou recursos da área de fomento à pesquisa, que financia empreendimentos como o Sirius. O equipamento tem o tamanho de um estádio de futebol e é a máquina mais cara e sofisticada da ciência brasileira.

Trata-se de um acelerador de partículas, localizado em Campinas (SP), que possibilitará a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas (em busca de novas vacinas), de solo (com a ideia de aprimorar fertilizantes) e de rochas e de novos materiais (para melhorar a exploração de gás e petróleo), entre outras aplicações. Quando estiver pronto, colocará o país na vanguarda das pesquisas com esse método.

A pasta informa, no documento enviado à Câmara, que o desbloqueio de recursos é necessário para o início da operação de seus três aceleradores e para o funcionamento completo das treze linhas de luz do Sirius em 2020.

"No momento, o CNPEM tem como foco garantir o início do funcionamento do Sirius e sua abertura para a comunidade de pesquisadores ainda no ano que vem, o que é o principal objetivo do projeto, e que está sendo preservado, mesmo em um contexto de restrição orçamentária", disse em nota o CNPEM, organização social responsável pelo Sirius.

O Ministério da Ciência informou em nota que, no cenário de restrição, tem priorizado o pagamento das bolsas e a garantia de recursos para seus institutos de pesquisa e

entidades vinculadas.

O MEC informou que a decisão final de fusão das agências depende de decisão do presidente Bolsonaro. A reportagem questionou o MEC sobre o texto da medida provisória no início da noite de sexta-feira (11), mas até a publicação dessa reportagem não havia retorno sobre esse tema.

A medida provisória é um instrumento que acelera a tramitação no Congresso. Com força de lei, é adotado pelo presidente em casos de relevância e urgência. O atraso na apreciação pode trancar a pauta de votações.

topo ↕

FOLHA PA - TEMPO REAL

Ministro critica eventual fusão entre Capes e CNPq

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, criticou hoje (11) uma eventual fusão entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), subordinado a sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

“Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq”, publicou Pontes em sua conta na rede social Twitter.

Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País.

Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq.

— Marcos Pontes (@Astro_Pontes) October 11, 2019

topo ↕

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - TEMPO REAL

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Pontes é contra A fusão é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência

A equipe do ministro da Educação, Abraham Weintraub, encaminhou nesta semana ao Ministério da Ciência uma proposta de texto de medida provisória para fundir em uma mesma instituição a **Capes** e o CNPq. O MEC quer transformar as duas agências em uma fundação, que seria gerenciada pela pasta.

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é ligada ao Ministério da Educação, enquanto o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) está vinculado à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os dois órgãos têm atribuições de fomento à pesquisa, mas atuam com objetivos distintos. Responsável pela avaliação e coordenação da pós-graduação, a **Capes** financia bolsas de pesquisa com foco na qualificação do pessoal de nível superior. Já o CNPq tem foco maior no fomento de atividades de pesquisa e tecnologia. Também fornece

bolsas, mais voltadas à pesquisa científica e inovação.

O plano de fusão do governo Jair Bolsonaro (PSL) avança em meio a uma crise financeira que ameaça o pagamento de bolsas e a continuidade de grande projetos científicos, como o acelerador de partículas Sirius, maior empreendimento da ciência brasileira.

O Ministério da Ciência confirmou o recebimento do texto e ressaltou que se trata de uma proposta do MEC que não foi discutida pela pasta, sobretudo com relação à construção de uma fundação. A pasta informou ainda que se coloca à disposição para discutir a importância do CNPq.

O ministro Marcos Pontes publicou em rede social: “Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq.”

Weintraub aposta que o novo órgão ficaria no MEC sob o argumento de que a pasta soube lidar melhor com a escassez de recursos da **Capex** neste ano, sobretudo na relação com a equipe econômica.

O ministério da Economia recomendou a fusão das duas agências e a vinculação da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), hoje ligada à pasta da Ciência, ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Para Roberto Muniz, presidente do sindicato nacional de gestores em ciência e tecnologia, a crise orçamentária tem provocado o surgimento de ideias que não resolvem a questão.

“O governo está com um movimento para redirecionar todo o sistema de ciência e tecnologia, reduzi-lo drasticamente, e mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros”, diz. “É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento”, diz Muniz, que também é presidente da associação de servidores do CNPq.

Treze instituições acadêmicas e de pesquisa divulgaram na sexta-feira (11) carta em que se posicionam contra o plano de fusão.

“Seria uma medida equivocada sob todos aspectos já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares”, diz a carta, assinada por instituições como a Academia Brasileira de Ciências, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Andifes (que reúne reitores das universidades federais).

Por causa de bloqueio de recursos, a **Capex** cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, o equivalente a 8% do que havia no início do ano. Mesmo após descontingenciamento, o órgão ainda enfrenta um congelamento de R\$ 549 milhões no orçamento do ano.

O órgão ainda perde metade do orçamento em 2020, segundo proposta encaminhada ao Congresso pelo governo: sai de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019,

para R\$ 2,20 bilhões no ano que vem. O MEC afirma que já garantiu mais R\$ 600 milhões para o que vem e a Capes tem tentando convencer deputados a construir uma emenda parlamentar de mais R\$ 300 milhões.

Com relação ao CNPq, o orçamento de 2019 já foi aprovado com a previsão de recursos insuficientes. O orçamento garantia o pagamento das 84 mil bolsas somente até agosto.

As contas vencidas no mês passado e neste ano foram pagas com recursos garantidos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para garantir as bolsas do ano

O ministério da Ciência solicitou aportes para a Economia mas foi ignorado até agora, como a própria pasta informa em ofício de resposta a solicitação de informações do deputado Ivan Valente (PSOL).

Para pagar bolsistas neste mês, o CNPq remanejou recursos da área de fomento à pesquisa, que financia empreendimentos como o Sirius. O equipamento tem o tamanho de um estádio de futebol e é a máquina mais cara e sofisticada da ciência brasileira.

Trata-se de um acelerador de partículas, localizado em Campinas (SP), que possibilitará a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas (em busca de novas vacinas), de solo (com a ideia de aprimorar fertilizantes) e de rochas e de novos materiais (para melhorar a exploração de gás e petróleo), entre outras aplicações. Quando estiver pronto, colocará o país na vanguarda das pesquisas com esse método.

A pasta informa, no documento enviado à Câmara, que o desbloqueio de recursos é necessário para o início da operação de seus três aceleradores e para o funcionamento completo das treze linhas de luz do Sirius em 2020.

“No momento, o CNPEM tem como foco garantir o início do funcionamento do Sirius e sua abertura para a comunidade de pesquisadores ainda no ano que vem, o que é o principal objetivo do projeto, e que está sendo preservado, mesmo em um contexto de restrição orçamentária”, disse em nota o CNPEM, organização social responsável pelo Sirius.

O Ministério da Ciência informou em nota que, no cenário de restrição, tem priorizado o pagamento das bolsas e a garantia de recursos para seus institutos de pesquisa e entidades vinculadas.

O MEC informou que a decisão final de fusão das agências depende de decisão do presidente Bolsonaro. A reportagem questionou o MEC sobre o texto da medida provisória no início da noite de sexta-feira (11), mas até a publicação dessa reportagem não havia retorno sobre esse tema.

A medida provisória é um instrumento que acelera a tramitação no Congresso. Com força de lei, é adotado pelo presidente em casos de relevância e urgência. O atraso na apreciação pode trancar a pauta de votações.

[topo](#)

PORTAL DO HOLANDA - TEMPO REAL

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Pontes é contra

SÃO PAULO, SP (FOLHAPRESS) - A equipe do ministro da Educação, Abraham Weintraub, encaminhou nesta semana ao Ministério da Ciência uma proposta de texto de medida provisória para fundir em uma mesma instituição a **Capes** e o CNPq. O MEC quer transformar as duas agências em uma fundação, que seria gerenciada pela pasta.

A fusão é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência.

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é ligada ao Ministério da Educação, enquanto o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) está vinculado à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os dois órgãos têm atribuições de fomento à pesquisa, mas atuam com objetivos distintos. Responsável pela avaliação e coordenação da pós-graduação, a **Capes** financia bolsas de pesquisa com foco na qualificação do pessoal de nível superior. Já o CNPq tem foco maior no fomento de atividades de pesquisa e tecnologia. Também fornece bolsas, mais voltadas à pesquisa científica e inovação.

O plano de fusão do governo Jair Bolsonaro (PSL) avança em meio a uma crise financeira que ameaça o pagamento de bolsas e a continuidade de grande projetos científicos, como o acelerador de partículas Sirius, maior empreendimento da ciência brasileira.

O Ministério da Ciência confirmou o recebimento do texto e ressaltou que se trata de uma proposta do MEC que não foi discutida pela pasta, sobretudo com relação à construção de uma fundação. A pasta informou ainda que se coloca à disposição para discutir a importância do CNPq.

O ministro Marcos Pontes publicou em rede social: "Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq."

Weintraub aposta que o novo órgão ficaria no MEC sob o argumento de que a pasta soube lidar melhor com a escassez de recursos da **Capes** neste ano, sobretudo na relação com a equipe econômica.

O ministério da Economia recomendou a fusão das duas agências e a vinculação da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), hoje ligada à pasta da Ciência, ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Para Roberto Muniz, presidente do sindicato nacional de gestores em ciência e tecnologia, a crise orçamentária tem provocado o surgimento de ideias que não resolvem a questão.

"O governo está com um movimento para redirecionar todo o sistema de ciência e tecnologia, reduzi-lo drasticamente, e mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros", diz. "É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento",

diz Muniz, que também é presidente da associação de servidores do CNPq.

Treze instituições acadêmicas e de pesquisa divulgaram na sexta-feira (11) carta em que se posicionam contra o plano de fusão.

"Seria uma medida equivocada sob todos aspectos já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares", diz a carta, assinada por instituições como a Academia Brasileira de Ciências, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Andifes (que reúne reitores das universidades federais).

Por causa de bloqueio de recursos, a **Capes** cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, o equivalente a 8% do que havia no início do ano. Mesmo após descontingenciamento, o órgão ainda enfrenta um congelamento de R\$ 549 milhões no orçamento do ano.

O órgão ainda perde metade do orçamento em 2020, segundo proposta encaminhada ao Congresso pelo governo: sai de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019, para R\$ 2,20 bilhões no ano que vem. O MEC afirma que já garantiu mais R\$ 600 milhões para o que vem e a **Capes** tem tentando convencer deputados a construir uma emenda parlamentar de mais R\$ 300 milhões.

Com relação ao CNPq, o orçamento de 2019 já foi aprovado com a previsão de recursos insuficientes. O orçamento garantia o pagamento das 84 mil bolsas somente até agosto.

As contas vencidas no mês passado e neste ano foram pagas com recursos garantidos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para garantir as bolsas do ano

O ministério da Ciência solicitou aportes para a Economia mas foi ignorado até agora, como a própria pasta informa em ofício de resposta a solicitação de informações do deputado Ivan Valente (PSOL).

Para pagar bolsistas neste mês, o CNPq remanejou recursos da área de fomento à pesquisa, que financia empreendimentos como o Sirius. O equipamento tem o tamanho de um estádio de futebol e é a máquina mais cara e sofisticada da ciência brasileira.

Trata-se de um acelerador de partículas, localizado em Campinas (SP), que possibilitará a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas (em busca de novas vacinas), de solo (com a ideia de aprimorar fertilizantes) e de rochas e de novos materiais (para melhorar a exploração de gás e petróleo), entre outras aplicações. Quando estiver pronto, colocará o país na vanguarda das pesquisas com esse método.

A pasta informa, no documento enviado à Câmara, que o desbloqueio de recursos é necessário para o início da operação de seus três aceleradores e para o funcionamento completo das treze linhas de luz do Sirius em 2020.

"No momento, o CNPEM tem como foco garantir o início do funcionamento do Sirius e sua abertura para a comunidade de pesquisadores ainda no ano que vem, o que é o principal objetivo do projeto, e que está sendo preservado, mesmo em um contexto de restrição orçamentária", disse em nota o CNPEM, organização social responsável pelo Sirius.

O Ministério da Ciência informou em nota que, no cenário de restrição, tem priorizado o pagamento das bolsas e a garantia de recursos para seus institutos de pesquisa e entidades vinculadas.

O MEC informou que a decisão final de fusão das agências depende de decisão do presidente Bolsonaro. A reportagem questionou o MEC sobre o texto da medida provisória no início da noite de sexta-feira (11), mas até a publicação dessa reportagem não havia retorno sobre esse tema.

A medida provisória é um instrumento que acelera a tramitação no Congresso. Com força de lei, é adotado pelo presidente em casos de relevância e urgência. O atraso na apreciação pode trancar a pauta de votações.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Educação superior e zebras gordas

Em evento recente, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que quer ir atrás das “zebras gordas” da educação superior. Desde então, ando por aí assustado. Dou aulas de pós-graduação e há quem diga que estou acima do peso. Se eu vestir minha camisa do Botafogo, pode ser que o MEC venha atrás de mim!

Brincadeiras à parte, convém atentarmos para o contexto da fala do ministro. Eis um trecho do que ele disse na ocasião, segundo O GLOBO [1] (as partes entre colchetes foram acrescentadas por mim):

“Cobrar mensalidade de quem pode pagar [dentro os estudantes das universidades federais] não vai resolver nada. Eu tenho que ir atrás de onde está a zebra mais gorda, que é o professor de uma federal, com dedicação exclusiva, que dá oito horas de aulas por semana e ganha de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil por mês. [...] [O] MEC tem uma folha de pagamento com professores federais que cresce 8% ao ano sem eu fazer nada. Metade dos 600 mil servidores da República está no MEC, 300 mil. Eu tenho que enfrentar este exército. Dentre outras coisas, doutrinação, metodologia de alfabetização totalmente errada[,] gastam-se fortunas em universidades enquanto o filho do pobre não vai para a pré-escola.”

Vê-se que não está no horizonte do ministro cobrar mensalidades nas universidades federais. Fico aliviado com isso. Não sou totalmente contrário à cobrança, mas ela teria de ser muito bem pensada para evitar problemas como o enorme endividamento dos estudantes dos EUA [2]. Na dúvida, prefiro que continuemos como estamos.

Ao mesmo tempo em que rechaça as mensalidades, o ministro Weintraub deixa no ar alguns pontos nebulosos ou ambíguos. Por exemplo, ele parece estabelecer um nexos entre o custo da educação superior e a falta de pré-escola pública. Não custa lembrar que, ao contrário de um certo lugar comum, o Estado brasileiro gasta muito menos com educação superior do que com educação básica [3].

O foco deste artigo é a declaração bombástica sobre “zebras gordas” e o que ela pressupõe. Pagar altos salários e receber pouco trabalho de volta é o sonho de exatamente 0% dos brasileiros. Ao mesmo tempo, a declaração do ministro dá uma impressão errada de como deve ser o trabalho dos seus professores universitários, ou de

como deve ser a universidade ideal.

A ideia de universidade

Ao fundar a Universidade de Berlim, o alemão Wilhelm von Humboldt (1767 – 1835) ajudou a definir a universidade contemporânea. Na concepção “humboldtiana”, a universidade é um centro de produção e difusão do conhecimento puro que combina ensino e pesquisa em um ambiente de liberdade e autonomia acadêmica.

Neste ideal, o professor tem vários papéis. Ele ensina para difundir o conhecimento entre os alunos, preocupando-se, antes de tudo, em formar cidadãos pensantes (e não profissionais capacitados). Ele pesquisa para produzir conhecimento novo, com plena liberdade, e se torna um docente melhor no processo. Ao mesmo tempo, ele deve estar disposto a participar da administração da universidade porque uma comunidade autônoma deve gerir a si mesma. Vemos, portanto, que o professor dessa universidade é diferente do de um colégio. Ele tem dedicação exclusiva; tem estabilidade no emprego (que garante sua liberdade); mas não dá tantas aulas porque tem outras tarefas a desempenhar.

As universidades de ponta do Brasil e do mundo têm cada vez mais preocupações práticas, como formação profissional e intercâmbio com o setor produtivo. Isso, é claro, leva a tensões e debates acalorados sobre o que deve ser prioridade das universidades. Mesmo assim, persiste nas universidades a ideia de que a universidade é muito diferente de uma escola, deve produzir conhecimento e cultura com liberdade e, por isso, seus professores têm muitas tarefas para além da sala de aula.

Longe de ser um luxo, foi a ideia humboldtiana que fez de algumas universidades verdadeiras usinas de produção de conhecimento, cultura e inovação. Da música às empresas, da Medicina à Política, todos os ramos da vida humana foram influenciados pelas instituições inspiradas em Humboldt. Toda vez que você ouvir que pesquisadores de Harvard ou da UFRJ fizeram uma descoberta, lembre-se: os “pesquisadores” são, na sua enorme maioria, professores de dedicação exclusiva e alunos orientado por eles.

O ideal de universidade no Brasil

A Constituição Federal brasileira estabelece, em seu artigo 207, que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

A palavra “extensão”, que não vem do ideal humboldtiano, quer dizer levar o conhecimento para fora da universidade, através de atendimentos à população em escritórios ou clínicas-modelo; de eventos culturais; ou de cursos para a sociedade em geral. É razoável que a interação com o setor produtivo, tão falada em anos recentes, também entre nesta categoria.

Mesmo com essas ressalvas, os princípios da universidade brasileira também são derivados do que Humboldt propôs no século 19. Para mim, faz todo sentido que continue assim. As universidades que funcionam no “esquema colégio”, com professores horistas e propósitos mais práticos, têm custos mais baixos, mas não dão tanto retorno à sociedade. Elas têm impacto pequeno na inovação, na cultura e nos grandes problemas do país. A universidade de pesquisa não precisa ser literalmente

“para todos” – outras opções de formação devem existir –, mas é necessária para que o Brasil continue a transformar seu potencial em realidade.

(Um parêntese: entre as grandes universidades do país e do mundo, há instituições públicas e privadas, mas literalmente nenhuma delas tem fins lucrativos. Aqui no Brasil, as universidades com fins lucrativos são justamente as que apostam no “esquema colégio”.)

Acredito no modelo de universidade com professores em dedicação exclusiva, estáveis, com liberdade acadêmica e se desdobrando em atividades de pesquisa, ensino, extensão e administração. Ao dizer isso, no entanto, deixo várias questões em aberto. De quantas universidades dessas precisamos? Como decidir quem faz jus à estabilidade? Todo professor deve se dedicar igualmente a pesquisa, ensino, extensão e administração ou vale escolher três destas? Essas perguntas ficarão para outro dia. Por ora, quero voltar ao que disse o ministro.

De volta ao ministro: o que dizer das zebras gordas?

A fala do ministro pode dar a entender que é ruim ter professores com emprego estável e dedicação exclusiva que não dão muitas horas de aula por semana. Como expliquei acima, penso o exato contrário disso. Aliás, os docentes que conheço aqui no Brasil dão bem mais do que oito horas de aula semanais. Em muitos casos, suas disciplinas são complexas e exigem atualização constante. Aqueles que, além de fazer isso, se dedicam à pesquisa, extensão e administração são pessoas extremamente ocupadas, além de muito importantes para o país.

Por outro lado, há docentes que não cumprem suas tarefas a contento. Também é verdade que nem todas as promoções que levam à estabilidade e a altos salários são merecidas. Ocorre que estes são problemas que as universidades federais compartilham com todo o setor público brasileiro, e que também incluem obras inacabadas ou malfeitas e falta de planejamento de longo prazo. Em muitos casos, os bons professores das federais não conseguem fazer nada a respeito ou têm de tirar horas valiosas de suas atividades principais para encarar estas questões. O MEC, por sua vez, tentou fazer frente a estes problemas com o “Future-se”, mas o projeto, a meu ver, apresenta fragilidades sérias [5].

Assim, minha opinião é que a fala do ministro apontou para questões que são, ao mesmo tempo, muito menores e muito maiores do que ele deu a entender. Os problemas são menores porque temos, sim, muitos professores de alto nível nas universidades federais. Também são maiores, porque os problemas das federais são problemas do Estado brasileiro como um todo. Estes são pontos de difícil solução. Até agora, não vi proposta adequada para enfrentá-los, nem deste governo, nem dos anteriores.

De todas as dificuldades que citei acima, a falta de planejamento estratégico é a mais nociva para a educação superior e a produção de conhecimento no Brasil. Em poucos anos, passamos de uma expansão enorme das federais e de custeio indiscriminado de estudantes brasileiros no exterior [6] para o possível colapso de financiamento à pesquisa e profundos contingenciamentos orçamentários das universidades [7]. Essa falta de previsibilidade é um problema muito sério e deveria estar ao alcance do MEC tratar dela. Exorto o ministro Weintraub a propor soluções para este desafio com

precisão, competência técnica e sem dar margem a que se pense mal dos professores que se desdobram entre ensino, pesquisa, extensão e administração.

topo ↕

O IMPARCIAL - MA - TEMPO REAL

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Pontes é contra

SÃO PAULO, SP (FOLHAPRESS) - A equipe do ministro da Educação, Abraham Weintraub, encaminhou nesta semana ao Ministério da Ciência uma proposta de texto de medida provisória para fundir em uma mesma instituição a **Capes** e o CNPq. O MEC quer transformar as duas agências em uma fundação, que seria gerenciada pela pasta. A fusão é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência. A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é ligada ao Ministério da Educação, enquanto o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) está vinculado à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Os dois órgãos têm atribuições de fomento à pesquisa, mas atuam com objetivos distintos. Responsável pela avaliação e coordenação da pós-graduação, a **Capes** financia bolsas de pesquisa com foco na qualificação do pessoal de nível superior. Já o CNPq tem foco maior no fomento de atividades de pesquisa e tecnologia. Também fornece bolsas, mais voltadas à pesquisa científica e inovação. O plano de fusão do governo Jair Bolsonaro (PSL) avança em meio a uma crise financeira que ameaça o pagamento de bolsas e a continuidade de grande projetos científicos, como o acelerador de partículas Sirius, maior empreendimento da ciência brasileira. O Ministério da Ciência confirmou o recebimento do texto e ressaltou que se trata de uma proposta do MEC que não foi discutida pela pasta, sobretudo com relação à construção de uma fundação. A pasta informou ainda que se coloca à disposição para discutir a importância do CNPq. O ministro Marcos Pontes publicou em rede social: "Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sombreamento de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq." Weintraub aposta que o novo órgão ficaria no MEC sob o argumento de que a pasta soube lidar melhor com a escassez de recursos da **Capes** neste ano, sobretudo na relação com a equipe econômica. O ministério da Economia recomendou a fusão das duas agências e a vinculação da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), hoje ligada à pasta da Ciência, ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Para Roberto Muniz, presidente do sindicato nacional de gestores em ciência e tecnologia, a crise orçamentária tem provocado o surgimento de ideias que não resolvem a questão. "O governo está com um movimento para redirecionar todo o sistema de ciência e tecnologia, reduzi-lo drasticamente, e mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros", diz. "É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento", diz Muniz, que também é presidente da associação de servidores do CNPq. Treze instituições acadêmicas e de pesquisa divulgaram na sexta-feira (11) carta em que se posicionam contra o plano de fusão. "Seria uma medida equivocada sob todos aspectos já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares", diz a carta, assinada por instituições como a Academia Brasileira de Ciências, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Andifes (que reúne reitores das universidades federais). Por causa de bloqueio de recursos, a **Capes** cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, o equivalente a 8% do que havia no início do ano. Mesmo após descontingenciamento, o órgão ainda enfrenta um congelamento de R\$ 549 milhões no orçamento do ano. O órgão ainda perde metade do orçamento em 2020,

segundo proposta encaminhada ao Congresso pelo governo: sai de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019, para R\$ 2,20 bilhões no ano que vem. O MEC afirma que já garantiu mais R\$ 600 milhões para o que vem e a Capes tem tentando convencer deputados a construir uma emenda parlamentar de mais R\$ 300 milhões. Com relação ao CNPq, o orçamento de 2019 já foi aprovado com a previsão de recursos insuficientes. O orçamento garantia o pagamento das 84 mil bolsas somente até agosto. As contas vencidas no mês passado e neste ano foram pagas com recursos garantidos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para garantir as bolsas do ano. O ministério da Ciência solicitou aportes para a Economia mas foi ignorado até agora, como a própria pasta informa em ofício de resposta a solicitação de informações do deputado Ivan Valente (PSOL). Para pagar bolsistas neste mês, o CNPq remanejou recursos da área de fomento à pesquisa, que financia empreendimentos como o Sirius. O equipamento tem o tamanho de um estádio de futebol e é a máquina mais cara e sofisticada da ciência brasileira. Trata-se de um acelerador de partículas, localizado em Campinas (SP), que possibilitará a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas (em busca de novas vacinas), de solo (com a ideia de aprimorar fertilizantes) e de rochas e de novos materiais (para melhorar a exploração de gás e petróleo), entre outras aplicações. Quando estiver pronto, colocará o país na vanguarda das pesquisas com esse método. A pasta informa, no documento enviado à Câmara, que o desbloqueio de recursos é necessário para o início da operação de seus três aceleradores e para o funcionamento completo das treze linhas de luz do Sirius em 2020. "No momento, o CNPEM tem como foco garantir o início do funcionamento do Sirius e sua abertura para a comunidade de pesquisadores ainda no ano que vem, o que é o principal objetivo do projeto, e que está sendo preservado, mesmo em um contexto de restrição orçamentária", disse em nota o CNPEM, organização social responsável pelo Sirius. O Ministério da Ciência informou em nota que, no cenário de restrição, tem priorizado o pagamento das bolsas e a garantia de recursos para seus institutos de pesquisa e entidades vinculadas. O MEC informou que a decisão final de fusão das agências depende de decisão do presidente Bolsonaro. A reportagem questionou o MEC sobre o texto da medida provisória no início da noite de sexta-feira (11), mas até a publicação dessa reportagem não havia retorno sobre esse tema. A medida provisória é um instrumento que acelera a tramitação no Congresso. Com força de lei, é adotado pelo presidente em casos de relevância e urgência. O atraso na apreciação pode trancar a pauta de votações.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Brasil tem maior diferença salarial entre homens e mulheres em ranking da OCDE Salário médio de uma mulher brasileira com educação superior corresponde a 62% do de um homem com a mesma escolaridade, segundo a entidade

O salário médio de uma mulher brasileira com educação superior corresponde a apenas 62% do de um homem com a mesma escolaridade, segundo relatório divulgado nesta terça-feira pela Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), com dados de 46 países. O número coloca o Brasil, empatado com o Chile, no primeiro lugar do ranking de maior discrepância de renda entre gêneros no mercado de trabalho.

No país, 72% de homens que concluíram a universidade ganham mais de duas vezes a média de renda nacional. Entre as mulheres, essa taxa diminui para 52%. O detalhamento dos dados brasileiros comparados aos dos demais países – 34 países-membros da OCDE e 12 parceiros da organização – será feito na manhã desta terça pelo

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (Inep/MEC).

“As mulheres conquistaram algo que é recente, que é a maior participação na educação superior, e isso é refletido também na remuneração”, afirmou o diretor de estatísticas educacionais do Inep, Carlos Eduardo Moreno. O presidente do órgão, José Francisco Soares, salientou que, no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), as mulheres são maioria: 60% de todos os inscritos. “Nosso papel ao produzir esses indicadores é ajudar a não colocá-los debaixo do tapete”, disse.

O relatório, intitulado Education at a Glance 2015, traz informações educacionais referentes ao ano de 2013 e dados financeiros de 2012. Um dos destaques do documento é o fato de o Brasil ser o terceiro, entre os analisados, a aumentar os investimentos públicos em educação: de cada 100 reais, 17,20 reais foram destinados ao setor. Apenas México e Nova Zelândia apresentam proporção maior: pouco mais de 18%.

No quesito número de alunos por professor, o Brasil tem 21 alunos por sala de aula nos anos iniciais do ensino fundamental – está abaixo da média da OCDE, que registra, em média, 15 alunos por turma.

O Brasil também é o “campeão” na taxa de jovens brasileiros, entre 20 e 24 anos, que não estavam estudando em 2013: 76%. Ao mesmo tempo, nessa mesma faixa etária, o índice de emprego era de 52% – também a mais alta entre todos os países-membros e parceiros da OCDE.

(Com Estadão Conteúdo)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Plano de unir Capes e CNPq causa atritos no governo

Governo federal estuda formas para racionalizar custos e mudar a gestão, que incluem ainda desvinculação de fundo tecnológico e transferência de saldo para o BNDES; proposta feita pelo Ministério da Economia é combatida por instituições científicas

Weintraub e Pontes. Titular da Educação (à esq.) chamou colega de ‘ministro astronauta’

O governo estuda mudanças no financiamento à pesquisa com o objetivo de cortar custos. A principal proposta é a fusão da **Capes** (que dá bolsas) com o CNPq (que subsidia trabalhos científicos). A ideia é criticada pela comunidade científica e causa atritos entre os Ministérios da Educação, que coordenaria a nova área, e o da Ciência, que perderia atribuições.

“A fusão traria confusão para um sistema que trabalha de forma harmônica desde a década de 50.” ILDEU CASTRO MOREIRA PRESIDENTE DA SBPC

O governo estuda fundir o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. A discussão, que ganhou corpo no último mês, está na Casa Civil e tem em campos opostos Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia.

Criados em 1951, os dois órgãos têm funções distintas. A **Capes** tem a missão de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior, por meio da pós-graduação,

além de ajudar na qualificação de professores de ensino básico e solidificar a educação a distância no País. Já o CNPq se concentra em fomentar projetos de pesquisa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

O MEC trabalha pela mudança. No formato desenhado, a **Capes** – ligada à pasta – ficaria encarregada da coordenação. Concretizada a mudança, a pasta da Ciência perderia uma parte importante das atribuições. Pelas redes sociais, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, enfatizou ontem posição contrária. “Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria de gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq.”

A justificativa para a fusão de CNPq e **Capes** seria a de racionalizar os recursos. Para o próximo ano, a **Capes** já deverá perder metade do seu orçamento. A proposta é de que a fundação tenha R\$2,2 bilhões. Já a previsão orçamentária para o CNPQ ficou praticamente estável, em R\$ 1,06 bilhão.

O Ministério da Economia já preparou uma proposta, a que o Estado teve acesso, para alterar a gestão do orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. Além de citar o estudo sobre mudanças na política de bolsas do CNPq, a proposta sugere desvinculação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e a transferência do saldo para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esses recursos hoje são geridos pela Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), ligada ao Ministério da Ciência. Outra possibilidade apresentada

pela equipe econômica seria criar um fundo privado, com aporte da União, para substituir o FNDCT.

Numa discussão realizada semana passada na Casa Civil, o descompasso entre MEC e o Ministério da Ciência e Tecnologia ficou evidente, ampliando o mal-estar. Anteontem, o titular da Educação, Abraham Weintraub, chamou o colega no governo de “ministro astronauta” em uma entrevista a jornalistas.

Repercussão. A proposta é combatida por instituições ligadas a ciência, pesquisa e inovação. Em uma carta divulgada ontem, 14 delas – incluindo Associação Brasileira de Ciência e Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Inovação – afirmam que a fusão poderia trazer consequências comprometedoras para o sistema de ensino e pesquisa do País. “A fusão traria confusão para um sistema que desde a década de 1950 trabalha de forma harmônica”, afirmou o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Castro Moreira. Ele observa ainda que não há estudos que mostrem qual seria o impacto econômico da fusão. “Não haveria economia.”

O comunicado também defende a permanência do FNDCT e sua gestão pela Finep. O Estado procurou o Ministério da Economia, que não se pronunciou. O mesmo ocorreu com a pasta da Ciência. Em nota, o MEC afirmou que “acatará a decisão que o presidente da República considerar mais conveniente para o Brasil”.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
Administrando as reformas

Com a reforma da Previdência encaminhada, faz sentido priorizar a administrativa

A reforma tributária, ao lado do metrô paulistano e da paz no Oriente Médio, entra naquela categoria de coisas que todos desejamos, mas dificilmente veremos concluídas em vida. Mudar o sistema de impostos mexe com tantos interesses, que são ao mesmo tempo tão profundos e tão contraditórios, que fica quase impossível chegar a algum tipo de consenso.

Existe obviamente a preocupação de que o serviço público se torne menos atrativo e passe a recrutar pessoal menos qualificado. Esse é um problema real na educação básica, por exemplo. Não vejo, porém, como escapar à realidade física da falta de dinheiro.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/heliosschwartzman/2019/10/administrando-as-reformas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Polícia investiga servidor suspeito de usar igreja para receber propina na máfia das creches

Homem atuava em diretoria de educação e foi exonerado; polícia também investiga homem por vender ONGs

São Paulo

Em nova fase de operação que investiga a máfia das creches, a Polícia Civil de São Paulo localizou um servidor municipal suspeito de ajudar entidades conveniadas a fraudar documentos para desviar verbas. Outro homem investigado é apontado como corretor de gestoras de unidades educacionais, criadas para revenda.

De acordo com a Secretaria da Segurança Pública, os investigadores fizeram busca e apreensão nos endereços ligados aos dois homens na tarde desta sexta-feira (11).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/policia-investiga-servidor-suspeito-usar-igreja-para-receber-propina-na-mafia-das-creches.shtml>

topo ↕

O DIA - PI - RODA VIVA

Ministro critica eventual fusão entre Capes e CNPq

Até o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, criticou ontem (11) uma eventual fusão entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), subordinado a sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). A informação foi divulgada pela imprensa e teve como fonte assessores do presidente Jair Bolsonaro no Planalto. A fala de Pontes demonstra que ele não participou e nem sabia da intenção do governo. As duas agências são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. Contudo, elas possuem naturezas diferentes, bem como vinculações institucionais a dois órgãos distintos na estrutura ministerial do Executivo.

topo ↕

O LIBERAL - PA - ATUALIDADES

Governo quer fundir Capes e CNPq

BRASÍLIA

O governo estuda fundir o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. A discussão, que ganhou corpo no último mês, está na Casa Civil e tem em campos opostos Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia. Criados em 1951, os dois órgãos têm funções distintas. A **Capes** tem a missão de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior, por meio da pós-graduação, além de ajudar na qualificação de professores de ensino básico e solidificar a educação a distância no País. Já o CNPq se concentra em fomentar projetos de pesquisa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

topo ↕

O LIBERAL - PA - ATUALIDADES

Governo quer fundir Capes e CNPq

BRASÍLIA

O governo estuda fundir o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. A discussão, que ganhou corpo no último mês, está na Casa Civil e tem em campos opostos Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia. Criados em 1951, os dois órgãos têm funções distintas. A **Capes** tem a missão de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior, por meio da pós-graduação, além de ajudar na qualificação de professores de ensino básico e solidificar a educação a distância no País. Já o CNPq se concentra em fomentar projetos de pesquisa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Ministro critica eventual fusão entre Capes e CNPq

Marcos Pontes disse que junção dos órgãos seria prejudicial à ciência

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, criticou hoje (11) uma eventual fusão entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), subordinado a sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

“Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq”, publicou Pontes em sua conta na rede social Twitter.

A suposta intenção foi noticiada por diversos veículos de imprensa e, segundo reportagens publicadas, teria sido sinalizada por gestores do governo a dirigentes de entidades científicas e de ensino.

As duas agências são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. Contudo, elas possuem naturezas diferentes, bem como vinculações institucionais a dois órgãos distintos na estrutura ministerial do Executivo.

O CNPq custeia não somente bolsas, mas projetos de pesquisa realizados nas instituições de ensino superior e centros de investigação. Já a **Capes** não apenas paga

bolsas, mas também é responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação do país e periódicos, além de atuar com ações de formação de professores da educação básica.

Entidades científicas e tecnológicas

Hoje, 11 entidades da comunidade científica e tecnológica - como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Academia Brasileira de Ciências e o Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – divulgaram uma carta, enviada ao governo federal e a chefes de Poderes, na qual rechaçam a fusão das duas agências.

“A coexistência da **Capes** e do CNPq é fundamental para o nosso desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental. Alterar essas estruturas é fragilizar um dos alicerces – talvez o mais importante deles – de sustentação do Brasil contemporâneo que mira um futuro promissor para todos os brasileiros”, destacam as associações no documento.

As entidades também criticaram uma eventual transferência do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Sua execução exige uma estrutura complexa de análise e acompanhamento de projetos de pesquisa e inovação, que certamente deverá ser continuamente aprimorada, mas que não se adequa à experiência, finalidade e organização do Ministério da Economia e do BNDES”, acrescenta a carta.

A Agência Brasil entrou em contato com o MEC para obter a posição do órgão sobre a possível fusão e aguarda resposta.

topo 

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Marcos Pontes é contra
Treze instituições científicas assinaram carta criticando a fusão das agências de fomento

Brasília

A equipe do ministro da Educação, Abraham Weintraub, encaminhou nesta semana ao Ministério da Ciência uma proposta de texto de medida provisória para fundir em uma mesma instituição a **Capes** e o CNPq. O MEC quer transformar as duas agências em uma fundação, que seria gerenciada pela pasta.

A fusão é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência.

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é ligada ao Ministério da Educação, enquanto o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) está vinculado à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os dois órgãos têm atribuições de fomento à pesquisa, mas atuam com objetivos

distintos. Responsável pela avaliação e coordenação da pós-graduação, a **Capes** financia bolsas de pesquisa com foco na qualificação do pessoal de nível superior.

Já o CNPq tem foco maior no fomento de atividades de pesquisa e tecnologia. Também fornece bolsas, mais voltadas à pesquisa científica e inovação.

O plano de fusão do governo Jair Bolsonaro (PSL) avança em meio a uma crise financeira que ameaça o pagamento de bolsas e a continuidade de grande projetos científicos, como o acelerador de partículas Sirius, maior empreendimento da ciência brasileira.

O Ministério da Ciência confirmou o recebimento do texto e ressaltou que se trata de uma proposta do MEC que não foi discutida pela pasta, sobretudo com relação à construção de uma fundação. A pasta informou ainda que se coloca à disposição para discutir a importância do CNPq.

O ministro Marcos Pontes publicou em rede social: "Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sombreamento de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq."

Weintraub aposta que o novo órgão ficaria no MEC sob o argumento de que a pasta soube lidar melhor com a escassez de recursos da **Capes** neste ano, sobretudo na relação com a equipe econômica.

O ministério da Economia recomendou a fusão das duas agências e a vinculação da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), hoje ligada à pasta da Ciência, ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Para Roberto Muniz, presidente do sindicato nacional de gestores em ciência e tecnologia, a crise orçamentária tem provocado o surgimento de ideias que não resolvem a questão.

"O governo está com um movimento para redirecionar todo o sistema de ciência e tecnologia, reduzi-lo drasticamente, e mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros", diz. "É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento", diz Muniz, que também é presidente da associação de servidores do CNPq.

Treze instituições acadêmicas e de pesquisa divulgaram na sexta-feira (11) carta em que se posicionam contra o plano de fusão.

"Seria uma medida equivocada sob todos aspectos já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares", diz a carta, assinada por instituições como a Academia Brasileira de Ciências, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Andifes (que reúne reitores das universidades federais).

Por causa de bloqueio de recursos, a **Capes** cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, o equivalente a 8% do que havia no início do ano. Mesmo após descontingenciamento, o

órgão ainda enfrenta um congelamento de R\$ 549 milhões no orçamento do ano.

O órgão ainda perde metade do orçamento em 2020, segundo proposta encaminhada ao Congresso pelo governo: sai de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019, para R\$ 2,20 bilhões no ano que vem. O MEC afirma que já garantiu mais R\$ 600 milhões para o que vem e a **Capes** tem tentando convencer deputados a construir uma emenda parlamentar de mais R\$ 300 milhões.

Com relação ao CNPq, o orçamento de 2019 já foi aprovado com a previsão de recursos insuficientes. O orçamento garantia o pagamento das 84 mil bolsas somente até agosto.

As contas vencidas no mês passado e neste ano foram pagas com recursos garantidos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para garantir as bolsas do ano.

O ministério da Ciência solicitou aportes para a Economia mas foi ignorado até agora, como a própria pasta informa em ofício de resposta a solicitação de informações do deputado Ivan Valente (PSOL).

Para pagar bolsistas neste mês, o CNPq remanejou recursos da área de fomento à pesquisa, que financia empreendimentos como o Sirius. O equipamento tem o tamanho de um estádio de futebol e é a máquina mais cara e sofisticada da ciência brasileira.

Trata-se de um acelerador de partículas, localizado em Campinas (SP), que possibilitará a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas (em busca de novas vacinas), de solo (com a ideia de aprimorar fertilizantes) e de rochas e de novos materiais (para melhorar a exploração de gás e petróleo), entre outras aplicações. Quando estiver pronto, colocará o país na vanguarda das pesquisas com esse método.

A pasta informa, no documento enviado à Câmara, que o desbloqueio de recursos é necessário para o início da operação de seus três aceleradores e para o funcionamento completo das treze linhas de luz do Sirius em 2020.

"No momento, o CNPEM tem como foco garantir o início do funcionamento do Sirius e sua abertura para a comunidade de pesquisadores ainda no ano que vem, o que é o principal objetivo do projeto, e que está sendo preservado, mesmo em um contexto de restrição orçamentária", disse em nota o CNPEM, organização social responsável pelo Sirius.

O Ministério da Ciência informou em nota que, no cenário de restrição, tem priorizado o pagamento das bolsas e a garantia de recursos para seus institutos de pesquisa e entidades vinculadas.

O Ministério da Educação informou que a decisão final de fusão das agências depende de decisão do presidente Bolsonaro. A reportagem questionou o MEC sobre o texto da medida provisória no início da noite de sexta-feira (11), mas até a publicação dessa reportagem não havia retorno sobre esse tema.

A medida provisória é um instrumento que acelera a tramitação no Congresso. Com força de lei, é adotado pelo presidente em casos de relevância e urgência. O atraso na apreciação pode trancar a pauta de votações.

topo ↗

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Marcos Pontes é contra Treze instituições científicas assinaram carta criticando a fusão das agências de fomento

BRASÍLIA

A equipe do ministro da Educação, Abraham Weintraub, encaminhou nesta semana ao Ministério da Ciência uma proposta de texto de medida provisória para fundir em uma mesma instituição a **Capes** e o CNPq. O MEC quer transformar as duas agências em uma fundação, que seria gerenciada pela pasta.

A fusão é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência.

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é ligada ao Ministério da Educação, enquanto o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) está vinculado à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os dois órgãos têm atribuições de fomento à pesquisa, mas atuam com objetivos distintos. Responsável pela avaliação e coordenação da pós-graduação, a **Capes** financia bolsas de pesquisa com foco na qualificação do pessoal de nível superior.

Já o CNPq tem foco maior no fomento de atividades de pesquisa e tecnologia. Também fornece bolsas, mais voltadas à pesquisa científica e inovação.

O plano de fusão do governo Jair Bolsonaro (PSL) avança em meio a uma crise financeira que ameaça o pagamento de bolsas e a continuidade de grande projetos científicos, como o acelerador de partículas Sirius, maior empreendimento da ciência brasileira.

O Ministério da Ciência confirmou o recebimento do texto e ressaltou que se trata de uma proposta do MEC que não foi discutida pela pasta, sobretudo com relação à construção de uma fundação. A pasta informou ainda que se coloca à disposição para discutir a importância do CNPq.

O ministro Marcos Pontes publicou em rede social: "Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq."

Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País.

Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão.

Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq.

— Marcos Pontes (@Astro_Pontes) October 11, 2019

Weintraub aposta que o novo órgão ficaria no MEC sob o argumento de que a pasta soube lidar melhor com a escassez de recursos da **Capes** neste ano, sobretudo na relação com a equipe econômica.

O ministério da Economia recomendou a fusão das duas agências e a vinculação da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), hoje ligada à pasta da Ciência, ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Para Roberto Muniz, presidente do sindicato nacional de gestores em ciência e tecnologia, a crise orçamentária tem provocado o surgimento de ideias que não resolvem a questão.

"O governo está com um movimento para redirecionar todo o sistema de ciência e tecnologia, reduzi-lo drasticamente, e mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros", diz. "É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento", diz Muniz, que também é presidente da associação de servidores do CNPq.

Treze instituições acadêmicas e de pesquisa divulgaram na sexta-feira (11) carta em que se posicionam contra o plano de fusão.

"Seria uma medida equivocada sob todos aspectos já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares", diz a carta, assinada por instituições como a Academia Brasileira de Ciências, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Andifes (que reúne reitores das universidades federais).

Por causa de bloqueio de recursos, a **Capes** cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, o equivalente a 8% do que havia no início do ano. Mesmo após descontingenciamento, o órgão ainda enfrenta um congelamento de R\$ 549 milhões no orçamento do ano.

O órgão ainda perde metade do orçamento em 2020, segundo proposta encaminhada ao Congresso pelo governo: sai de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019, para R\$ 2,20 bilhões no ano que vem. O MEC afirma que já garantiu mais R\$ 600 milhões para o que vem e a **Capes** tem tentando convencer deputados a construir uma emenda parlamentar de mais R\$ 300 milhões.

Com relação ao CNPq, o orçamento de 2019 já foi aprovado com a previsão de recursos insuficientes. O orçamento garantia o pagamento das 84 mil bolsas somente até agosto.

As contas vencidas no mês passado e neste ano foram pagas com recursos garantidos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para garantir as bolsas do ano.

O ministério da Ciência solicitou aportes para a Economia mas foi ignorado até agora, como a própria pasta informa em ofício de resposta a solicitação de informações do deputado Ivan Valente (PSOL).

Para pagar bolsistas neste mês, o CNPq remanejou recursos da área de fomento à pesquisa, que financia empreendimentos como o Sirius. O equipamento tem o tamanho de um estádio de futebol e é a máquina mais cara e sofisticada da ciência brasileira.

Trata-se de um acelerador de partículas, localizado em Campinas (SP), que possibilitará a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas (em busca de

novas vacinas), de solo (com a ideia de aprimorar fertilizantes) e de rochas e de novos materiais (para melhorar a exploração de gás e petróleo), entre outras aplicações. Quando estiver pronto, colocará o país na vanguarda das pesquisas com esse método.

A pasta informa, no documento enviado à Câmara, que o desbloqueio de recursos é necessário para o início da operação de seus três aceleradores e para o funcionamento completo das treze linhas de luz do Sirius em 2020.

"No momento, o CNPEM tem como foco garantir o início do funcionamento do Sirius e sua abertura para a comunidade de pesquisadores ainda no ano que vem, o que é o principal objetivo do projeto, e que está sendo preservado, mesmo em um contexto de restrição orçamentária", disse em nota o CNPEM, organização social responsável pelo Sirius.

O Ministério da Ciência informou em nota que, no cenário de restrição, tem priorizado o pagamento das bolsas e a garantia de recursos para seus institutos de pesquisa e entidades vinculadas.

O Ministério da Educação informou que a decisão final de fusão das agências depende de decisão do presidente Bolsonaro. A reportagem questionou o MEC sobre o texto da medida provisória no início da noite de sexta-feira (11), mas até a publicação dessa reportagem não havia retorno sobre esse tema.

A medida provisória é um instrumento que acelera a tramitação no Congresso. Com força de lei, é adotado pelo presidente em casos de relevância e urgência. O atraso na apreciação pode trancar a pauta de votações.

topo ↕

AGÊNCIA JB - TEMPO REAL

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Marcos Pontes é contra Medida é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência

A equipe do ministro da Educação, Abraham Weintraub, encaminhou nesta semana uma proposta de texto de medida provisória para fundir em uma mesma instituição a Capes e o CNPq. O MEC quer transformar as duas agências em uma fundação, que seria gerenciada pela pasta.

A fusão é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência, responsável pelo CNPq.

A medida provisória é um instrumento que acelera a tramitação no Congresso. Com força de lei, é adotado pelo presidente em casos de relevância e urgência. O atraso na apreciação pode trancar a pauta de votações.

O plano de fusão do governo Jair Bolsonaro avança em meio a uma crise financeira que ameaça pagamento de bolsas e continuidade de grande projetos científicos, como o acelerador de partículas Sirius, maior empreendimento da ciência brasileira.

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** é ligada ao Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os dois órgãos têm atribuições de fomento à pesquisa, mas atuam com objetivos distintos.

O Ministério da Ciência confirmou o recebimento do texto e ressaltou que se trata de uma proposta do MEC que não foi discutida pela pasta, sobretudo com relação à construção de uma fundação. A pasta informou ainda que se coloca à disposição para discutir a importância do CNPq.

A fusão não é bem vista pela equipe do Ministério da Ciência, comanda por Marcos Pontes. O ministro publicou em rede social: "Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq."

Weintraub aposta que o novo órgão ficaria no MEC sob o argumento de que a pasta soube lidar melhor com a escassez de recursos da **Capes** neste ano, sobretudo na relação com a equipe econômica.

O ministério da Economia recomendou a fusão das duas agências. A proposta também incluiu a vinculação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), hoje ligada à pasta da Ciência, ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Para Roberto Muniz, presidente do sindicato nacional de gestores em ciência e tecnologia, a crise orçamentária tem provocado o surgimento de ideias que não resolvem a questão.

"O governo está com um movimento para redirecionar todo o sistema de ciência e tecnologia, reduzi-lo drasticamente, e mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros", diz. "É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento", diz Muniz, que também é presidente da associação de servidores do CNPq.

Treze instituições acadêmicas e de pesquisa divulgaram na sexta-feira (11) carta em que se posicionam contra o plano de fusão.

"Seria uma medida equivocada sob todos aspectos já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares", diz a carta, assinada por instituições como a Academia Brasileira de Ciências, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Andifes (que reúne reitores das universidades federais).

Por causa de bloqueio de recursos, a **Capes** cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, o equivalente a 8% do que havia no início do ano. Mesmo após descontingenciamento, o órgão ainda enfrenta um congelamento de R\$ 549 milhões no orçamento do ano.

O órgão ainda perde metade do orçamento em 2020, segundo proposta encaminhada ao Congresso pelo governo: sai de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019, para R\$ 2,20 bilhões no ano que vem. O MEC afirma que já garantiu mais R\$ 600 milhões para o que vem e a **Capes** tem tentando convencer deputados a construir uma

emenda parlamentar de mais R\$ 300 milhões.

Com relação ao CNPq, o orçamento de 2019 já foi aprovado com a previsão de recursos insuficientes. O orçamento garantia o pagamento das 84 mil bolsas somente até agosto.

As contas vencidas no mês passado e neste ano foram pagas com recursos garantidos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para garantir as bolsas do ano.

O ministério da Ciência solicitou aportes para a Economia mas foi ignorado até agora, como a própria pasta informa em ofício de resposta a solicitação de informações do deputado Ivan Valente (PSOL).

Para pagar bolsistas neste mês, o CNPq remanejou recursos da área de fomento à pesquisa, que financia empreendimentos como o Sirius. O equipamento tem o tamanho de um estádio de futebol e é a máquina mais cara e sofisticada da ciência brasileira.

Trata-se de um acelerador de partículas, localizado em Campinas (SP), que possibilitará a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas (em busca de novas vacinas), de solo (com a ideia de aprimorar fertilizantes) e de rochas e de novos materiais (para melhorar a exploração de gás e petróleo), entre outras aplicações. Quando estiver pronto, colocará o país na vanguarda das pesquisas com esse método.

A pasta informa, no documento enviado à Câmara, que o desbloqueio de recursos é necessário para o início da operação de seus três aceleradores e para o funcionamento completo das treze linhas de luz do Sirius em 2020.

"No momento, o CNPEM tem como foco garantir o início do funcionamento do Sirius e sua abertura para a comunidade de pesquisadores ainda no ano que vem, o que é o principal objetivo do projeto, e que está sendo preservado, mesmo em um contexto de restrição orçamentária", disse em nota o CNPEM, organização social responsável pelo Sirius.

O Ministério da Ciência informou em nota que, no cenário de restrição, tem priorizado o pagamento das bolsas e a garantia de recursos para seus institutos de pesquisa e entidades vinculadas.

O Ministério da Educação informou que a decisão final de fusão das agências depende de decisão do presidente Bolsonaro. A reportagem questionou o MEC sobre o texto da medida provisória no início da noite de sexta-feira (11), mas até a publicação dessa reportagem não havia retorno sobre esse tema.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; ministro Marcos Pontes é contra

A equipe do ministro da Educação, Abraham Weintraub, encaminhou nesta semana uma proposta de texto de medida provisória (MP) para fundir em uma mesma instituição a Capes e o CNPq. O MEC quer transformar as duas agências em uma fundação, que seria gerenciada pela pasta.

A fusão é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da

Ciência, responsável pelo CNPq.

A medida provisória é um instrumento que acelera a tramitação no Congresso. Com força de lei, é adotado pelo presidente em casos de relevância e urgência. O atraso na apreciação pode trancar a pauta de votações.

O plano de fusão do governo Jair Bolsonaro (PSL) avança em meio a uma crise financeira que ameaça pagamento de bolsas e continuidade de grande projetos científicos, como o acelerador de partículas Sirius, maior empreendimento da ciência brasileira.

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é ligada ao Ministério da Educação e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os dois órgãos têm atribuições de fomento à pesquisa, mas atuam com objetivos distintos.

O Ministério da Ciência confirmou o recebimento do texto e ressaltou que se trata de uma proposta do MEC que não foi discutida pela pasta, sobretudo com relação à construção de uma fundação. A pasta informou ainda que se coloca à disposição para discutir a importância do CNPq.

A fusão não é bem vista pela equipe do Ministério da Ciência, comanda por Marcos Pontes. O ministro publicou em rede social: "Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq."

Weintraub aposta que o novo órgão ficaria no MEC sob o argumento de que a pasta soube lidar melhor com a escassez de recursos da **Capes** neste ano, sobretudo na relação com a equipe econômica.

O ministério da Economia recomendou a fusão das duas agências. A proposta também incluiu a vinculação da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), hoje ligada à pasta da Ciência, ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Para Roberto Muniz, presidente do sindicato nacional de gestores em ciência e tecnologia, a crise orçamentária tem provocado o surgimento de ideias que não resolvem a questão.

"O governo está com um movimento para redirecionar todo o sistema de ciência e tecnologia, reduzi-lo drasticamente, e mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros", diz. "É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento", diz Muniz, que também é presidente da associação de servidores do CNPq.

Treze instituições acadêmicas e de pesquisa divulgaram na sexta-feira (11) carta em que se posicionam contra o plano de fusão.

"Seria uma medida equivocada sob todos aspectos já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares", diz a carta, assinada por instituições como a Academia Brasileira de Ciências, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Andifes (que reúne reitores das universidades federais).

Por causa de bloqueio de recursos, a **Capes** cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, o equivalente a 8% do que havia no início do ano. Mesmo após descontingenciamento, o órgão ainda enfrenta um congelamento de R\$ 549 milhões no orçamento do ano.

O órgão ainda perde metade do orçamento em 2020, segundo proposta encaminhada ao Congresso pelo governo: sai de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019, para R\$ 2,20 bilhões no ano que vem. O MEC afirma que já garantiu mais R\$ 600 milhões para o que vem e a **Capes** tem tentando convencer deputados a construir uma emenda parlamentar de mais R\$ 300 milhões.

Com relação ao CNPq, o orçamento de 2019 já foi aprovado com a previsão de recursos insuficientes. O orçamento garantia o pagamento das 84 mil bolsas somente até agosto.

As contas vencidas no mês passado e neste ano foram pagas com recursos garantidos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para garantir as bolsas do ano.

O ministério da Ciência solicitou aportes para a Economia mas foi ignorado até agora, como a própria pasta informa em ofício de resposta a solicitação de informações do deputado Ivan Valente (PSOL).

Para pagar bolsistas neste mês, o CNPq remanejou recursos da área de fomento à pesquisa, que financia empreendimentos como o Sirius. O equipamento tem o tamanho de um estádio de futebol e é a máquina mais cara e sofisticada da ciência brasileira.

Trata-se de um acelerador de partículas, localizado em Campinas (SP), que possibilitará a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas (em busca de novas vacinas), de solo (com a ideia de aprimorar fertilizantes) e de rochas e de novos materiais (para melhorar a exploração de gás e petróleo), entre outras aplicações. Quando estiver pronto, colocará o país na vanguarda das pesquisas com esse método.

A pasta informa, no documento enviado à Câmara, que o desbloqueio de recursos é necessário para o início da operação de seus três aceleradores e para o funcionamento completo das treze linhas de luz do Sirius em 2020.

"No momento, o CNPEM tem como foco garantir o início do funcionamento do Sirius e sua abertura para a comunidade de pesquisadores ainda no ano que vem, o que é o principal objetivo do projeto, e que está sendo preservado, mesmo em um contexto de restrição orçamentária", disse em nota o CNPEM, organização social responsável pelo Sirius.

O Ministério da Ciência informou em nota que, no cenário de restrição, tem priorizado o pagamento das bolsas e a garantia de recursos para seus institutos de pesquisa e entidades vinculadas.

O Ministério da Educação informou que a decisão final de fusão das agências depende de decisão do presidente Bolsonaro. A reportagem questionou o MEC sobre o texto da medida provisória no início da noite de sexta-feira (11), mas até a publicação dessa reportagem não havia retorno sobre esse tema.

topo ↕

BAHIA NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Marcos Pontes é contra

A equipe do ministro da Educação, Abraham Weintraub, encaminhou nesta semana uma proposta de texto de medida provisória para fundir em uma mesma instituição a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O MEC quer transformar as duas agências em uma fundação, que seria gerenciada pela pasta.

A fusão é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência, responsável pelo CNPq.

A medida provisória é um instrumento que acelera a tramitação no Congresso. Com força de lei, é adotado pelo presidente em casos de relevância e urgência. O atraso na apreciação pode trancar a pauta de votações.

O plano de fusão do governo Jair Bolsonaro (PSL) avança em meio a uma crise financeira que ameaça pagamento de bolsas e continuidade de grande projetos científicos, como o acelerador de partículas Sirius, maior empreendimento da ciência brasileira.

A **Capes** é ligada ao Ministério da Educação e o CNPq, à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os dois órgãos têm atribuições de fomento à pesquisa, mas atuam com objetivos distintos.

O Ministério da Ciência confirmou o recebimento do texto e ressaltou que se trata de uma proposta do MEC que não foi discutida pela pasta, sobretudo com relação à construção de uma fundação. A pasta informou ainda que se coloca à disposição para discutir a importância do CNPq.

A fusão não é bem vista pela equipe do Ministério da Ciência, comanda por Marcos Pontes. O ministro publicou em rede social: "Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq."

Weintraub aposta que o novo órgão ficaria no MEC sob o argumento de que a pasta soube lidar melhor com a escassez de recursos da **Capes** neste ano, sobretudo na relação com a equipe econômica.

O ministério da Economia recomendou a fusão das duas agências. A proposta também incluiu a vinculação da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), hoje ligada à pasta da Ciência, ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

CLIPPING



Para Roberto Muniz, presidente do sindicato nacional de gestores em ciência e tecnologia, a crise orçamentária tem provocado o surgimento de ideias que não resolvem a questão.

"O governo está com um movimento para redirecionar todo o sistema de ciência e tecnologia, reduzi-lo drasticamente, e mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros", diz. "É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento", diz Muniz, que também é presidente da associação de servidores do CNPq.

Treze instituições acadêmicas e de pesquisa divulgaram na sexta-feira (11) carta em que se posicionam contra o plano de fusão.

"Seria uma medida equivocada sob todos aspectos já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares", diz a carta, assinada por instituições como a Academia Brasileira de Ciências, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Andifes (que reúne reitores das universidades federais).

Por causa de bloqueio de recursos, a **Capes** cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, o equivalente a 8% do que havia no início do ano. Mesmo após descontingenciamento, o órgão ainda enfrenta um congelamento de R\$ 549 milhões no orçamento do ano.

O órgão ainda perde metade do orçamento em 2020, segundo proposta encaminhada ao Congresso pelo governo: sai de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019, para R\$ 2,20 bilhões no ano que vem. O MEC afirma que já garantiu mais R\$ 600 milhões para o que vem e a **Capes** tem tentando convencer deputados a construir uma emenda parlamentar de mais R\$ 300 milhões.

Com relação ao CNPq, o orçamento de 2019 já foi aprovado com a previsão de recursos insuficientes. O orçamento garantia o pagamento das 84 mil bolsas somente até agosto.

As contas vencidas no mês passado e neste ano foram pagas com recursos garantidos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para garantir as bolsas do ano.

O ministério da Ciência solicitou aportes para a Economia mas foi ignorado até agora, como a própria pasta informa em ofício de resposta a solicitação de informações do deputado Ivan Valente (PSOL).

Para pagar bolsistas neste mês, o CNPq remanejou recursos da área de fomento à pesquisa, que financia empreendimentos como o Sirius. O equipamento tem o tamanho de um estádio de futebol e é a máquina mais cara e sofisticada da ciência brasileira.

Trata-se de um acelerador de partículas, localizado em Campinas (SP), que possibilitará a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas (em busca de novas vacinas), de solo (com a ideia de aprimorar fertilizantes) e de rochas e de novos materiais (para melhorar a exploração de gás e petróleo), entre outras aplicações. Quando estiver pronto, colocará o país na vanguarda das pesquisas com esse método.

A pasta informa, no documento enviado à Câmara, que o desbloqueio de recursos é

necessário para o início da operação de seus três aceleradores e para o funcionamento completo das treze linhas de luz do Sirius em 2020.

"No momento, o CNPEM tem como foco garantir o início do funcionamento do Sirius e sua abertura para a comunidade de pesquisadores ainda no ano que vem, o que é o principal objetivo do projeto, e que está sendo preservado, mesmo em um contexto de restrição orçamentária", disse em nota o CNPEM, organização social responsável pelo Sirius.

O Ministério da Ciência informou em nota que, no cenário de restrição, tem priorizado o pagamento das bolsas e a garantia de recursos para seus institutos de pesquisa e entidades vinculadas.

O Ministério da Educação informou que a decisão final de fusão das agências depende de decisão do presidente Bolsonaro. A reportagem questionou o MEC sobre o texto da medida provisória no início da noite de sexta-feira (11), mas até a publicação dessa reportagem não havia retorno sobre esse tema.

topo ↕

CENÁRIO MT - TEMPO REAL

Governo planeja fundir CNPq e CAPES “para economizar”

Encontra-se na Casa Civil a discussão sobre a fusão entre dois importantes órgãos ligados a educação brasileira: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes). Os Ministérios da Educação (MEC) e da Ciência e Tecnologia estão em posições opostas nesta questão: o MEC é a favor e o Ciência e Tecnologia contra.

Nessa discussão, o interesse do governo é que a **Capes** se torne a coordenadora do novo órgão. Assim haverá maior economia de recursos tanto com pessoal quanto com sistemas. Com a efetivação dessa fusão o nome a ser dado ao novo órgão é: Fundação Brasileira para a Ciência.

Se essa mudança for concretizada a pasta da Ciência ficará com prejuízo. Por ora, o governo afirma que a realização da fusão permitirá maior economia de gastos realizados com pessoal e sistema, mas para a pasta o efeito que poderá surtir será de uma possível duplicação de gastos.

A manifestação contrária a fusão foi dada pelo ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes. Para ele: “A posição do MCTIC é contrária a proposta de fusão, uma vez que causará prejuízos ao que concerne ao desenvolvimento científico do Brasil. Existe algum tipo de sobreposição de atividades e de pontos de melhoria de gestão. Esses problemas já estão sendo devidamente trabalhados no CNPq”.

-Continua depois da publicidade ©-

Até o momento, este órgão dedicado exclusivamente ao fomento da pesquisa acabou sofrendo com os bloqueios de verba, o que gerou bastante discussão e ameaças quanto ao pagamento de bolsas concedidas a pesquisadores.

Para o governo federal, o contingenciamento realizado foi importante e necessário para se fazer o ajuste fiscal.

Embora ambos os órgãos tenham nascido em 1951, eles possuem funções distintas. O CNPq é responsável por fomentar os projetos de pesquisa, de modo que venha a contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

Já a **Capes**, por sua vez, tem o objetivo de aprimorar a formação dos profissionais de ensino superior através da pós-graduação, além de auxiliar na qualificação dos professores de ensino básico e consolidação da educação a distância (EAD) no Brasil.

Em uma possível avaliação, diversos integrantes do CNPq acreditam que a mudança nas agências e sua consequente fusão não poderá ser realizada por meio de decreto presidencial e sim por uma proposta que necessita de apoio do Congresso Nacional.

Desta forma, seria fundamental buscar essa aprovação por meio de uma Medida Provisória (MP) ou então de um projeto de lei. Para alguns representantes da base aliada do governo como, por exemplo, o senador Major Olímpio (PSL – SP) tal ideia não é interessante e por isso exige-se maiores explicações, assim como estudos mais detalhados que dizem respeito a fusão.

Fundo

Uma proposta foi preparada pelo Ministério da Economia para fazer a alteração da gestão de orçamento do Ministério da Ciência. Além de sugerir mudanças na política de concessão de bolsas do CNPq também aponta a edição de uma MP ou apresentação de projeto de lei que desvincule o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que reúne os recursos necessários para o financiamento da inovação e desenvolvimento tecnológico e científico, assim como a transferência de saldo para o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Hoje, esses recursos são geridos pela Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), a qual é ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Existe uma outra possibilidade que foi apresentada pela equipe econômica que é a criação de uma espécie de fundo privado para substituir o FNDCT com o aporte da União. Com esse fundo novos projetos de ciência e tecnologia ganham financiamentos.

Por outro lado, as discussões realizadas até o momento apresentam fortes dificuldades e hostilidades. No último dia 10, Abraham Weintraub, ministro da Educação, chamou o ministro Marcos Pontes de “ministro astronauta” durante uma entrevista a jornalistas provocando mal-estar.

Além disso, a proposta de fusão dos órgãos tem sido amplamente criticada por instituições que são ligadas à ciência, inovação e pesquisa, entre elas: a Associação Brasileira de Ciência e a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Inovação. Elas afirmam que tal projeto pode comprometer seriamente o sistema de ensino e pesquisa realizada no Brasil.

Já para Ildeu Castro Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), os órgãos (**Capes** e CNPq) “possuem estruturas e finalidades específicas. Se no CNPq busca-se apoiar os pesquisadores, na **Capes** as ações são de

caráter mais institucional. Assim com uma fusão entre elas geraria uma confusão que não existe, uma vez que elas trabalham harmoniosamente”, afirmou.

Em tempo: Estima-se que em 2020, a **Capes** perca metade do seu orçamento, cuja proposta é de que tenha aproximadamente R\$ 2,2 bilhões para realizar os financiamentos de formação de professores da educação básica e as pesquisas de pós-graduação.

topo ↕

CENÁRIO MT - TEMPO REAL

Governo planeja fundir CNPq e CAPES “para economizar”

Encontra-se na Casa Civil a discussão sobre a fusão entre dois importantes órgãos ligados a educação brasileira: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**). Os Ministérios da Educação (MEC) e da Ciência e Tecnologia estão em posições opostas nesta questão: o MEC é a favor e o Ciência e Tecnologia contra.

Nessa discussão, o interesse do governo é que a **Capes** se torne a coordenadora do novo órgão. Assim haverá maior economia de recursos tanto com pessoal quanto com sistemas. Com a efetivação dessa fusão o nome a ser dado ao novo órgão é: Fundação Brasileira para a Ciência.

Se essa mudança for concretizada a pasta da Ciência ficará com prejuízo. Por ora, o governo afirma que a realização da fusão permitirá maior economia de gastos realizados com pessoal e sistema, mas para a pasta o efeito que poderá surtir será de uma possível duplicação de gastos.

A manifestação contrária a fusão foi dada pelo ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes. Para ele: “A posição do MCTIC é contrária a proposta de fusão, uma vez que causará prejuízos ao que concerne ao desenvolvimento científico do Brasil. Existe algum tipo de sobreposição de atividades e de pontos de melhoria de gestão. Esses problemas já estão sendo devidamente trabalhados no CNPq”.

Até o momento, este órgão dedicado exclusivamente ao fomento da pesquisa acabou sofrendo com os bloqueios de verba, o que gerou bastante discussão e ameaças quanto ao pagamento de bolsas concedidas a pesquisadores.

Para o governo federal, o contingenciamento realizado foi importante e necessário para se fazer o ajuste fiscal.

Embora ambos os órgãos tenham nascido em 1951, eles possuem funções distintas. O CNPq é responsável por fomentar os projetos de pesquisa, de modo que venha a contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

Já a **Capes**, por sua vez, tem o objetivo de aprimorar a formação dos profissionais de ensino superior através da pós-graduação, além de auxiliar na qualificação dos professores de ensino básico e consolidação da educação a distância (EAD) no Brasil.

Em uma possível avaliação, diversos integrantes do CNPq acreditam que a mudança nas agências e sua consequente fusão não poderá ser realizada por meio de decreto

presidencial e sim por uma proposta que necessita de apoio do Congresso Nacional.

Desta forma, seria fundamental buscar essa aprovação por meio de uma Medida Provisória (MP) ou então de um projeto de lei. Para alguns representantes da base aliada do governo como, por exemplo, o senador Major Olímpio (PSL – SP) tal ideia não é interessante e por isso exige-se maiores explicações, assim como estudos mais detalhados que dizem respeito a fusão.

Fundo

Uma proposta foi preparada pelo Ministério da Economia para fazer a alteração da gestão de orçamento do Ministério da Ciência. Além de sugerir mudanças na política de concessão de bolsas do CNPq também aponta a edição de uma MP ou apresentação de projeto de lei que desvincule o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que reúne os recursos necessários para o financiamento da inovação e desenvolvimento tecnológico e científico, assim como a transferência de saldo para o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Hoje, esses recursos são geridos pela Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), a qual é ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Existe uma outra possibilidade que foi apresentada pela equipe econômica que é a criação de uma espécie de fundo privado para substituir o FNDCT com o aporte da União. Com esse fundo novos projetos de ciência e tecnologia ganham financiamentos.

Por outro lado, as discussões realizadas até o momento apresentam fortes dificuldades e hostilidades. No último dia 10, Abraham Weintraub, ministro da Educação, chamou o ministro Marcos Pontes de “ministro astronauta” durante uma entrevista a jornalistas provocando mal-estar.

Além disso, a proposta de fusão dos órgãos tem sido amplamente criticada por instituições que são ligadas à ciência, inovação e pesquisa, entre elas: a Associação Brasileira de Ciência e a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Inovação. Elas afirmam que tal projeto pode comprometer seriamente o sistema de ensino e pesquisa realizada no Brasil.

Já para Ildeu Castro Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), os órgãos (**Capes** e CNPq) “possuem estruturas e finalidades específicas. Se no CNPq busca-se apoiar os pesquisadores, na **Capes** as ações são de caráter mais institucional. Assim com uma fusão entre elas geraria uma confusão que não existe, uma vez que elas trabalham harmoniosamente”, afirmou.

Em tempo: Estima-se que em 2020, a **Capes** perca metade do seu orçamento, cuja proposta é de que tenha aproximadamente R\$ 2,2 bilhões para realizar os financiamentos de formação de professores da educação básica e as pesquisas de pós-graduação.

topo ↕

CIDADE VERDE - TEMPO REAL

UFPI abre 25 vagas para mestrado em Direito; veja como participar

A Universidade Federal do Piauí oferece 25 novas vagas para o Mestrado Acadêmico em Direito. Os interessados poderão participar do processo seletivo com inscrições até o

dia 18 de outubro.

As 25 vagas estão divididas em quatro áreas temáticas: (1) Democracia, constituição e justiça, (2) Estado e efetividade do direito, (3) Ordem econômica e mudanças institucionais, e (4) Mudanças na ordem privada. No momento da inscrição, o candidato já deverá escolher a área de afinidade.

O processo seletivo está organizado em quatro etapas: 1º) a prova objetiva, 2º) a prova dissertativa, 3º) a defesa do projeto de pesquisa e 4º) a prova de títulos. Todos os detalhes do certame estão no Edital nº005/2019-PPGD/UFPI, disponível no site www.ppgd.ufpi.br.

O Mestrado em Direito da UFPI é o único mestrado permanente nesta área autorizado pela CAPES (Governo Federal) em funcionamento no Piauí. O Mestrado em Direito da UFPI conta, atualmente, com 14 professores, todos doutores, e tem como Coordenador o Prof. Dr. Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima.

Todas as informações sobre o processo seletivo estão disponíveis no site www.ppgd.ufpi.br.

topo ↕

CORREIO DO POVO - AL - NOTÍCIAS

Plano de unir Capes e CNPq causa atritos no governo

Governo federal estuda formas para racionalizar custos e mudar a gestão, que incluem ainda desvinculação de fundo tecnológico e transferência de saldo para o BNDES

O governo estuda mudanças no financiamento à pesquisa com o objetivo de cortar custos. A principal proposta é a fusão da **Capes** (que dá bolsas) com o CNPq (que subsidia trabalhos científicos). A ideia é criticada pela comunidade científica e causa atritos entre os Ministérios da Educação, que coordenaria a nova área, e o da Ciência, que perderia atribuições.

O governo estuda fundir o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. A discussão, que ganhou corpo no último mês, está na Casa Civil e tem em campos opostos Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia.

Criados em 1951, os dois órgãos têm funções distintas. A **Capes** tem a missão de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior, por meio da pós-graduação, além de ajudar na qualificação de professores de ensino básico e solidificar a educação a distância no País. Já o CNPq se concentra em fomentar projetos de pesquisa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

O MEC trabalha pela mudança. No formato desenhado, a **Capes** – ligada à pasta – ficaria encarregada da coordenação. Concretizada a mudança, a pasta da Ciência perderia uma parte importante das atribuições. Pelas redes sociais, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, enfatizou ontem posição contrária. “Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria de gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq.”

A justificativa para a fusão de CNPq e **Capes** seria a de racionalizar os recursos. Para o

próximo ano, a **Capes** já deverá perder metade do seu orçamento. A proposta é de que a fundação tenha R\$2,2 bilhões. Já a previsão orçamentária para o CNPQ ficou praticamente estável, em R\$ 1,06 bilhão.

O Ministério da Economia já preparou uma proposta, a que o Estado teve acesso, para alterar a gestão do orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. Além de citar o estudo sobre mudanças na política de bolsas do CNPq, a proposta sugere desvinculação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e a transferência do saldo para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esses recursos hoje são geridos pela Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), ligada ao Ministério da Ciência. Outra possibilidade apresentada pela equipe econômica seria criar um fundo privado, com aporte da União, para substituir o FNDCT.

Numa discussão realizada semana passada na Casa Civil, o descompasso entre MEC e o Ministério da Ciência e Tecnologia ficou evidente, ampliando o mal-estar. Anteontem, o titular da Educação, Abraham Weintraub, chamou o colega no governo de “ministro astronauta” em uma entrevista a jornalistas.

Repercussão. A proposta é combatida por instituições ligadas a ciência, pesquisa e inovação. Em uma carta divulgada ontem, 14 delas – incluindo Associação Brasileira de Ciência e Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Inovação – afirmam que a fusão poderia trazer consequências comprometedoras para o sistema de ensino e pesquisa do País. “A fusão traria confusão para um sistema que desde a década de 1950 trabalha de forma harmônica”, afirmou o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Castro Moreira. Ele observa ainda que não há estudos que mostrem qual seria o impacto econômico da fusão. “Não haveria economia.”

O comunicado também defende a permanência do FNDCT e sua gestão pela Finep. O Estado procurou o Ministério da Economia, que não se pronunciou. O mesmo ocorreu com a pasta da Ciência. Em nota, o MEC afirmou que “acatará a decisão que o presidente da República considerar mais conveniente para o Brasil”.

[topo](#) ↕

DIÁRIO DO PODER - NOTÍCIAS

Ministro da Ciência critica eventual fusão da Capes e do CNPq

Marcos Pontes disse que junção dos órgãos seria prejudicial à ciência

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, criticou hoje (11) uma eventual fusão entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), subordinado a sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

“Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sombreamento de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq”, publicou Pontes em sua conta na rede social Twitter.

A suposta intenção foi noticiada por diversos veículos de imprensa e, segundo

reportagens publicadas, teria sido sinalizada por gestores do governo a dirigentes de entidades científicas e de ensino.

As duas agências são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. Contudo, elas possuem naturezas diferentes, bem como vinculações institucionais a dois órgãos distintos na estrutura ministerial do Executivo.

O CNPq custeia não somente bolsas, mas projetos de pesquisa realizados nas instituições de ensino superior e centros de investigação. Já a **Capes** não apenas paga bolsas, mas também é responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação do país e periódicos, além de atuar com ações de formação de professores da educação básica.

Entidades científicas e tecnológicas

Hoje, 11 entidades da comunidade científica e tecnológica – como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Academia Brasileira de Ciências e o Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – divulgaram uma carta, enviada ao governo federal e a chefes de Poderes, na qual rechaçam a fusão das duas agências.

“A coexistência da **Capes** e do CNPq é fundamental para o nosso desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental. Alterar essas estruturas é fragilizar um dos alicerces – talvez o mais importante deles – de sustentação do Brasil contemporâneo que mira um futuro promissor para todos os brasileiros”, destacam as associações no documento.

As entidades também criticaram uma eventual transferência do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Sua execução exige uma estrutura complexa de análise e acompanhamento de projetos de pesquisa e inovação, que certamente deverá ser continuamente aprimorada, mas que não se adequa à experiência, finalidade e organização do Ministério da Economia e do BNDES”, acrescenta a carta. (ABr)

topo 

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Marcos Pontes é contra Medida é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência

A equipe do ministro da Educação, Abraham Weintraub, encaminhou nesta semana uma proposta de texto de medida provisória para fundir em uma mesma instituição a **Capes** e o CNPq. O MEC quer transformar as duas agências em uma fundação, que seria gerenciada pela pasta.

A fusão é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência, responsável pelo CNPq.

A medida provisória é um instrumento que acelera a tramitação no Congresso. Com força de lei, é adotado pelo presidente em casos de relevância e urgência. O atraso na

apreciação pode trancar a pauta de votações.

O plano de fusão do governo Jair Bolsonaro avança em meio a uma crise financeira que ameaça pagamento de bolsas e continuidade de grande projetos científicos, como o acelerador de partículas Sirius, maior empreendimento da ciência brasileira.

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** é ligada ao Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os dois órgãos têm atribuições de fomento à pesquisa, mas atuam com objetivos distintos.

O Ministério da Ciência confirmou o recebimento do texto e ressaltou que se trata de uma proposta do MEC que não foi discutida pela pasta, sobretudo com relação à construção de uma fundação. A pasta informou ainda que se coloca à disposição para discutir a importância do CNPq.

A fusão não é bem vista pela equipe do Ministério da Ciência, comanda por Marcos Pontes. O ministro publicou em rede social: "Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq."

Weintraub aposta que o novo órgão ficaria no MEC sob o argumento de que a pasta soube lidar melhor com a escassez de recursos da **Capes** neste ano, sobretudo na relação com a equipe econômica.

O ministério da Economia recomendou a fusão das duas agências. A proposta também incluiu a vinculação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), hoje ligada à pasta da Ciência, ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Para Roberto Muniz, presidente do sindicato nacional de gestores em ciência e tecnologia, a crise orçamentária tem provocado o surgimento de ideias que não resolvem a questão.

"O governo está com um movimento para redirecionar todo o sistema de ciência e tecnologia, reduzi-lo drasticamente, e mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros", diz. "É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento", diz Muniz, que também é presidente da associação de servidores do CNPq.

Treze instituições acadêmicas e de pesquisa divulgaram na sexta-feira (11) carta em que se posicionam contra o plano de fusão.

"Seria uma medida equivocada sob todos aspectos já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares", diz a carta, assinada por instituições como a Academia Brasileira de Ciências, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Andifes (que reúne reitores das universidades federais).

Por causa de bloqueio de recursos, a **Capes** cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, o equivalente a 8% do que havia no início do ano. Mesmo após descontingenciamento, o órgão ainda enfrenta um congelamento de R\$ 549 milhões no orçamento do ano.

O órgão ainda perde metade do orçamento em 2020, segundo proposta encaminhada ao Congresso pelo governo: sai de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019, para R\$ 2,20 bilhões no ano que vem. O MEC afirma que já garantiu mais R\$ 600 milhões para o que vem e a **Capes** tem tentando convencer deputados a construir uma emenda parlamentar de mais R\$ 300 milhões.

Com relação ao CNPq, o orçamento de 2019 já foi aprovado com a previsão de recursos insuficientes. O orçamento garantia o pagamento das 84 mil bolsas somente até agosto.

As contas vencidas no mês passado e neste ano foram pagas com recursos garantidos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para garantir as bolsas do ano.

O ministério da Ciência solicitou aportes para a Economia mas foi ignorado até agora, como a própria pasta informa em ofício de resposta a solicitação de informações do deputado Ivan Valente (PSOL).

Para pagar bolsistas neste mês, o CNPq remanejou recursos da área de fomento à pesquisa, que financia empreendimentos como o Sirius. O equipamento tem o tamanho de um estádio de futebol e é a máquina mais cara e sofisticada da ciência brasileira.

Trata-se de um acelerador de partículas, localizado em Campinas (SP), que possibilitará a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas (em busca de novas vacinas), de solo (com a ideia de aprimorar fertilizantes) e de rochas e de novos materiais (para melhorar a exploração de gás e petróleo), entre outras aplicações. Quando estiver pronto, colocará o país na vanguarda das pesquisas com esse método.

A pasta informa, no documento enviado à Câmara, que o desbloqueio de recursos é necessário para o início da operação de seus três aceleradores e para o funcionamento completo das treze linhas de luz do Sirius em 2020.

"No momento, o CNPEM tem como foco garantir o início do funcionamento do Sirius e sua abertura para a comunidade de pesquisadores ainda no ano que vem, o que é o principal objetivo do projeto, e que está sendo preservado, mesmo em um contexto de restrição orçamentária", disse em nota o CNPEM, organização social responsável pelo Sirius.

O Ministério da Ciência informou em nota que, no cenário de restrição, tem priorizado o pagamento das bolsas e a garantia de recursos para seus institutos de pesquisa e entidades vinculadas.

O Ministério da Educação informou que a decisão final de fusão das agências depende de decisão do presidente Bolsonaro. A reportagem questionou o MEC sobre o texto da medida provisória no início da noite de sexta-feira (11), mas até a publicação dessa reportagem não havia retorno sobre esse tema.

topo ↕

GAUCHA - RS - TEMPO REAL

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Marcos Pontes é contra Medida é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência

A equipe do ministro da Educação, Abraham Weintraub, encaminhou nesta semana uma proposta de texto de medida provisória para fundir em uma mesma instituição a **Capes** e o CNPq. O MEC quer transformar as duas agências em uma fundação, que seria gerenciada pela pasta.

A fusão é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência, responsável pelo CNPq.

A medida provisória é um instrumento que acelera a tramitação no Congresso. Com força de lei, é adotado pelo presidente em casos de relevância e urgência. O atraso na apreciação pode trancar a pauta de votações.

O plano de fusão do governo Jair Bolsonaro avança em meio a uma crise financeira que ameaça pagamento de bolsas e continuidade de grande projetos científicos, como o acelerador de partículas Sirius, maior empreendimento da ciência brasileira.

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** é ligada ao Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os dois órgãos têm atribuições de fomento à pesquisa, mas atuam com objetivos distintos.

O Ministério da Ciência confirmou o recebimento do texto e ressaltou que se trata de uma proposta do MEC que não foi discutida pela pasta, sobretudo com relação à construção de uma fundação. A pasta informou ainda que se coloca à disposição para discutir a importância do CNPq.

A fusão não é bem vista pela equipe do Ministério da Ciência, comanda por Marcos Pontes. O ministro publicou em rede social: "Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq."

Weintraub aposta que o novo órgão ficaria no MEC sob o argumento de que a pasta soube lidar melhor com a escassez de recursos da **Capes** neste ano, sobretudo na relação com a equipe econômica.

O ministério da Economia recomendou a fusão das duas agências. A proposta também incluiu a vinculação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), hoje ligada à pasta da Ciência, ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Para Roberto Muniz, presidente do sindicato nacional de gestores em ciência e tecnologia, a crise orçamentária tem provocado o surgimento de ideias que não resolvem a questão.

"O governo está com um movimento para redirecionar todo o sistema de ciência e tecnologia, reduzi-lo drasticamente, e mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros", diz. "É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento", diz Muniz, que também é presidente da associação de servidores do CNPq.

Treze instituições acadêmicas e de pesquisa divulgaram na sexta-feira (11) carta em que se posicionam contra o plano de fusão.

"Seria uma medida equivocada sob todos aspectos já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares", diz a carta, assinada por instituições como a Academia Brasileira de Ciências, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Andifes (que reúne reitores das universidades federais).

Por causa de bloqueio de recursos, a **Capes** cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, o equivalente a 8% do que havia no início do ano. Mesmo após descontingenciamento, o órgão ainda enfrenta um congelamento de R\$ 549 milhões no orçamento do ano.

O órgão ainda perde metade do orçamento em 2020, segundo proposta encaminhada ao Congresso pelo governo: sai de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019, para R\$ 2,20 bilhões no ano que vem. O MEC afirma que já garantiu mais R\$ 600 milhões para o que vem e a **Capes** tem tentando convencer deputados a construir uma emenda parlamentar de mais R\$ 300 milhões.

Com relação ao CNPq, o orçamento de 2019 já foi aprovado com a previsão de recursos insuficientes. O orçamento garantia o pagamento das 84 mil bolsas somente até agosto.

As contas vencidas no mês passado e neste ano foram pagas com recursos garantidos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para garantir as bolsas do ano.

O ministério da Ciência solicitou aportes para a Economia mas foi ignorado até agora, como a própria pasta informa em ofício de resposta a solicitação de informações do deputado Ivan Valente (PSOL).

Para pagar bolsistas neste mês, o CNPq remanejou recursos da área de fomento à pesquisa, que financia empreendimentos como o Sirius. O equipamento tem o tamanho de um estádio de futebol e é a máquina mais cara e sofisticada da ciência brasileira.

Trata-se de um acelerador de partículas, localizado em Campinas (SP), que possibilitará a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas (em busca de novas vacinas), de solo (com a ideia de aprimorar fertilizantes) e de rochas e de novos materiais (para melhorar a exploração de gás e petróleo), entre outras aplicações. Quando estiver pronto, colocará o país na vanguarda das pesquisas com esse método.

A pasta informa, no documento enviado à Câmara, que o desbloqueio de recursos é necessário para o início da operação de seus três aceleradores e para o funcionamento completo das treze linhas de luz do Sirius em 2020.

"No momento, o CNPEM tem como foco garantir o início do funcionamento do Sirius e

sua abertura para a comunidade de pesquisadores ainda no ano que vem, o que é o principal objetivo do projeto, e que está sendo preservado, mesmo em um contexto de restrição orçamentária", disse em nota o CNPEM, organização social responsável pelo Sirius.

O Ministério da Ciência informou em nota que, no cenário de restrição, tem priorizado o pagamento das bolsas e a garantia de recursos para seus institutos de pesquisa e entidades vinculadas.

O Ministério da Educação informou que a decisão final de fusão das agências depende de decisão do presidente Bolsonaro. A reportagem questionou o MEC sobre o texto da medida provisória no início da noite de sexta-feira (11), mas até a publicação dessa reportagem não havia retorno sobre esse tema.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro estuda promover fusão CNPq-Capes

O governo federal estaria estudando transformar em um único órgão dois meios de desenvolvimento e financiamento da ciência no Brasil: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. A informação foi divulgada pelo Estadão. Ministérios estariam divididos sobre a fusão CNPq-Capes: o MEC (Educação) a favor e Ciência e Tecnologia contrário.

A discussão está em análise na Casa Civil e trabalharia para que a **Capes**, pertencente ao Ministério da Educação, coordenasse o novo órgão. A ideia seria economizar recursos com pessoal e sistemas. Inclusive, já haveria um nome resultado da fusão CNPq-Capes: Fundação Brasileira para a Ciência.

Ambos os órgãos de financiamento da ciência foram criados em 1951. Contudo, as atribuições são divididas. Enquanto a **Capes** tem como missão o aprimoramento pela pós-graduação e qualificação de professores, além de estímulo à educação à distância, o CNPq investe em projetos de desenvolvimento científico e tecnológico. Ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes já se posicionou publicamente contra a fusão CNPq-Capes:

“Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sombreamento de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq”, escreveu no Twitter o “ministro astronauta”.

Segundo documento a qual o Estadão teve acesso, há uma proposta do Ministério da Economia para a junção dos órgãos, o que ocorreria por projeto de lei ou edição de medida provisória.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Governo federal estuda fundir Capes e CNPq

O governo federal estuda fundir o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgãos de desenvolvimento da ciência do país. A discussão, que ganhou corpo no último mês, está em análise na Casa Civil e tem em campos opostos os

ministérios da Educação (MEC) e da Ciência e Tecnologia.

O MEC trabalha pela mudança, segundo apurou o Estadão. No formato desenhado, com a fusão, a **Capes** – ligada à Educação – ficaria encarregada da coordenação desse órgão unificado. Concretizada a mudança, a pasta da Ciência perderia uma parte importante de suas atribuições.

A reportagem apurou que o MEC propõe criar a Fundação Brasileira para a Ciência, que seria o resultado da fusão das duas agências. O principal argumento para a junção é a economia de recursos, já que, com a mudança, o ministério pretende economizar com pessoal e sistemas – a pasta argumenta que, atualmente, os gastos são duplicados.

Criados em 1951, os dois órgãos têm funções distintas. A **Capes** tem a missão de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior, por meio da pós-graduação, além de ajudar na qualificação de professores de ensino básico e solidificar a educação a distância no país. Já o CNPq se concentra em fomentar projetos de pesquisa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Sombreamento de atividades

Pelas redes sociais, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, enfatizou nesta sexta-feira sua posição contrária. “Existe algum sombreamento de atividades e pontos de melhoria de gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq”, disse.

Neste ano, o órgão de fomento à pesquisa também sofreu com bloqueios de verba, o que chegou a ameaçar o pagamento de bolsas a pesquisadores. Segundo o governo, o contingenciamento foi necessário por causa da necessidade de ajuste fiscal.

A mudança nas agências não poderia ser feita por decreto presidencial, na avaliação de integrantes do CNPq. Por isso, a proposta precisaria de apoio do Congresso. Seria necessário aprovar Medida Provisória (MP) ou projeto de lei. A ideia não foi bem recebida nem mesmo pela base aliada do governo. O senador Major Olímpio (PSL-SP) cobrou explicações e estudos mais detalhados sobre a fusão.

Fundo

O Ministério da Economia também preparou uma proposta, a qual o Estadão teve acesso, para alterar a gestão do orçamento do Ministério da Ciência. Além de citar o estudo sobre mudanças na política de bolsas do CNPq, a proposta sugere a edição de Medida Provisória ou apresentação de projeto de lei para desvincular o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) – que reúne recursos para financiar inovação, desenvolvimento científico e tecnológico – e a transferência do saldo para o BNDES.

Esses recursos hoje são geridos pela Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), também ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Outra possibilidade apresentada pela equipe econômica seria criar um fundo privado, com aporte da União, para substituir o FNDCT. Esse fundo ficaria encarregado de financiar os projetos de ciência e tecnologia.

Em nota, o MEC disse que “acatará a decisão que o presidente da República considerar

mais conveniente para o Brasil”. O Estado procurou o Ministério da Economia, mas não obteve resposta até a publicação da reportagem.

topo ↕

O ESTADO ONLINE - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro estuda fundir Capes e CNPq

Em discussão desde o mês passado, o governo federal estuda fundir o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O plano ainda está em análise na Casa Civil.

De acordo com informações do site Terra, o Ministério da Educação (MEC) trabalha pela mudança, sendo que no formato desenhado, com a fusão, a **Capes** – ligada à Educação – ficaria encarregada da coordenação desse órgão unificado. Concretizada a mudança, a pasta da Ciência perderia uma parte importante de suas atribuições.

Ainda conforme apuração, o MEC propõe criar a Fundação Brasileira para a Ciência, que seria o resultado da fusão das duas agências. O principal argumento para a junção é a economia de recursos, já que, com a mudança, o ministério pretende economizar com pessoal e sistemas – a pasta argumenta que, atualmente, os gastos são duplicados.

topo ↕

OLHAR DIRETO - TEMPO REAL

Sem dinheiro para despesas básicas, UFMT suspende pagamento de bolsas até dezembro

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) suspendeu o pagamento das bolsas para monitoria e tutoria ofertadas aos estudantes. Num despacho publicado na última sexta-feira (11), a instituição alega que os cortes foram necessários diante do contingenciamento de R\$ 34 milhões feito pelo Governo Bolsonaro no início do ano, além de dívidas e da falta de recursos para cobrir suas despesas mais básicas.

A Universidade também afirma que a suspensão visa a continuidade das atividades acadêmicas e a manutenção dos auxílios de caráter assistencial. Por meio de uma nota nas redes sociais, a presidente da União Estadual dos Estudantes de Mato Grosso (UEE-MT), Luana Caroline, informou que a entidade irá entrar em contato com os Diretórios Centrais dos Estudantes da UFMT e conselhos superiores para tentar revogar o documento. A UEE-MT defende ser importante a continuidade de bolsas para a permanência dos alunos na UFMT.

Esta não é a primeira medida tomada pela Universidade após o anúncio de contingenciamento do seu orçamento. Em setembro, a unidade federal anunciou a suspensão de diversos serviços realizados dentro do campus, como limpeza, otimização nos serviços da portaria e vigilância armada, recesso do Restaurante Universitário nas férias e racionamento de energia elétrica em alguns setores da universidade.

Ainda em meados de julho, a UFMT teve sua energia suspensa devido a seis contas atrasadas com a Energisa, concessionária responsável em Mato Grosso, sendo quatro referentes ao ano de 2018 e duas a 2019, que totalizam R\$ 1,8 milhão, segundo o Ministério da Educação. Em consequência, a unidade teve prejuízos em pesquisas e alunos que residem na Casa do Estudante sequer foram comunicados, mas já esperavam na época devido às notificações feitas a Universidade.

Corte de 25%

Em setembro, a Coordenação Pessoal de Nível Superior (**Capes**), fundação vinculada ao MEC, anunciou a suspensão de 5.613 bolsas de pós-graduação até o final de 2019 em todo o país.

Considerando os três cortes, de abril a dezembro, serão menos 55 bolsas de mestrado, 15 de doutorado e dez de pós-doutorado na UFMT. Isso representa uma perda de 11 a 12% em bolsas de mestrado e cerca de 10% em doutorado. O maior percentual ficou para as bolsas de pós-doutorado, que terão corte de aproximadamente 25%.

A UFMT oferece 113 cursos de graduação, sendo 108 presenciais e cinco na modalidade a distância (EaD), em 33 cidades mato-grossenses. São cinco Câmpus e 28 pólos de EaD. Na pós-graduação, são 66 programas de mestrado e doutorado. A instituição atende 25.435 mil estudantes, distribuídos em todas as regiões de Mato Grosso.

topo ↕

PARAÍBA ONLINE - TEMPO REAL

Ministro critica eventual fusão entre Capes e CNPq

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, criticou hoje (11) uma eventual fusão entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), subordinado a sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

“Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq”, publicou Pontes em sua conta na rede social Twitter.

A suposta intenção foi noticiada por diversos veículos de imprensa e, segundo reportagens publicadas, teria sido sinalizada por gestores do governo a dirigentes de entidades científicas e de ensino.

As duas agências são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. Contudo, elas possuem naturezas diferentes, bem como vinculações institucionais a dois órgãos distintos na estrutura ministerial do Executivo.

O CNPq custeia não somente bolsas, mas projetos de pesquisa realizados nas instituições de ensino superior e centros de investigação. Já a **Capes** não apenas paga bolsas, mas também é responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação do país e periódicos, além de atuar com ações de formação de professores da educação básica.

Entidades científicas e tecnológicas

Hoje, 11 entidades da comunidade científica e tecnológica – como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Academia Brasileira de Ciências e o Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – divulgaram uma carta, enviada ao governo federal e a chefes de Poderes, na qual rechaçam a fusão das duas

agências.

“A coexistência da **Capes** e do CNPq é fundamental para o nosso desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental. Alterar essas estruturas é fragilizar um dos alicerces – talvez o mais importante deles – de sustentação do Brasil contemporâneo que mira um futuro promissor para todos os brasileiros”, destacam as associações no documento.

As entidades também criticaram uma eventual transferência do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Sua execução exige uma estrutura complexa de análise e acompanhamento de projetos de pesquisa e inovação, que certamente deverá ser continuamente aprimorada, mas que não se adequa à experiência, finalidade e organização do Ministério da Economia e do BNDES”, acrescenta a carta.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Marcos Pontes critica eventual fusão entre Capes e CNPq

Ministro da Ciência e Tecnologia criticou a intenção de gestores do governo veiculada pela imprensa

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, criticou hoje (11) uma eventual fusão entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), subordinado a sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

“Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sombreamento de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq”, publicou Pontes em sua conta na rede social Twitter.

A suposta intenção foi noticiada por diversos veículos de imprensa e, segundo reportagens publicadas, teria sido sinalizada por gestores do governo a dirigentes de entidades científicas e de ensino.

As duas agências são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. Contudo, elas possuem naturezas diferentes, bem como vinculações institucionais a dois órgãos distintos na estrutura ministerial do Executivo.

O CNPq custeia não somente bolsas, mas projetos de pesquisa realizados nas instituições de ensino superior e centros de investigação. Já a **Capes** não apenas paga bolsas, mas também é responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação do país e periódicos, além de atuar com ações de formação de professores da educação básica.

Entidades científicas e tecnológicas

Hoje, 11 entidades da comunidade científica e tecnológica – como a Sociedade

Brasileira para o Progresso da Ciência, a Academia Brasileira de Ciências e o Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – divulgaram uma carta, enviada ao governo federal e a chefes de Poderes, na qual rechaçam a fusão das duas agências.

“A coexistência da **Capes** e do CNPq é fundamental para o nosso desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental. Alterar essas estruturas é fragilizar um dos alicerces – talvez o mais importante deles – de sustentação do Brasil contemporâneo que mira um futuro promissor para todos os brasileiros”, destacam as associações no documento.

As entidades também criticaram uma eventual transferência do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Sua execução exige uma estrutura complexa de análise e acompanhamento de projetos de pesquisa e inovação, que certamente deverá ser continuamente aprimorada, mas que não se adequa à experiência, finalidade e organização do Ministério da Economia e do BNDES”, acrescenta a carta.

A Agência Brasil entrou em contato com o MEC para obter a posição do órgão sobre a possível fusão e aguarda resposta.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Ministro critica eventual fusão entre Capes e CNPq

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, criticou hoje (11) uma eventual fusão entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), subordinado a sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

“Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sombreamento de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq”, publicou Pontes em sua conta na rede social Twitter.

A suposta intenção foi noticiada por diversos veículos de imprensa e, segundo reportagens publicadas, teria sido sinalizada por gestores do governo a dirigentes de entidades científicas e de ensino.

As duas agências são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. Contudo, elas possuem naturezas diferentes, bem como vinculações institucionais a dois órgãos distintos na estrutura ministerial do Executivo.

O CNPq custeia não somente bolsas, mas projetos de pesquisa realizados nas instituições de ensino superior e centros de investigação. Já a **Capes** não apenas paga bolsas, mas também é responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação do país e periódicos, além de atuar com ações de formação de professores da educação

básica.

Entidades científicas e tecnológicas

Hoje, 11 entidades da comunidade científica e tecnológica – como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Academia Brasileira de Ciências e o Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – divulgaram uma carta, enviada ao governo federal e a chefes de Poderes, na qual rechaçam a fusão das duas agências.

“A coexistência da **Capes** e do CNPq é fundamental para o nosso desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental. Alterar essas estruturas é fragilizar um dos alicerces – talvez o mais importante deles – de sustentação do Brasil contemporâneo que mira um futuro promissor para todos os brasileiros”, destacam as associações no documento.

As entidades também criticaram uma eventual transferência do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Sua execução exige uma estrutura complexa de análise e acompanhamento de projetos de pesquisa e inovação, que certamente deverá ser continuamente aprimorada, mas que não se adequa à experiência, finalidade e organização do Ministério da Economia e do BNDES”, acrescenta a carta.

A Agência Brasil entrou em contato com o MEC para obter a posição do órgão sobre a possível fusão e aguarda resposta.

topo ↗

RADAR SANTA MARIA - DF - NOTÍCIAS

Weintraub e Marcos Pontes divergem sobre CNPq e Capes | Revista Fórum

Os ministros Abraham Weintraub, da Educação (MEC), e Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia (MCTIC), não tem entrado em acordo sobre a proposta de fusão da **Capes** e do CNPq, feita pelo MEC. O ex-astronauta acredita que as agências devem seguir separadas, assim como grande parte dos pesquisadores brasileiros.

A proposta de Weintraub de fundir as duas e mantê-las sob comando do seu ministério tem sido bastante criticada pela comunidade científica e acadêmica. O MEC quer apresentar medida provisória no Congresso para garantir uma tramitação rápida.

No entanto, os planos do ministro ligado ao astrólogo Olavo de Carvalho parecem não estar de acordo com o titular do MCTIC, Marcos Pontes, que crê que os objetivos das agências são distintos e quer continuar com o CNPq sob sua tutela.

“Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sombreamento de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq”, publicou o ex-astronauta nas redes sociais nesta sexta-feira (11).

O Ministério da Economia, capitaneado por Paulo Guedes, também defende a fusão

com base no argumento de Weintraub de que o MEC saberia gerir melhor os recursos que estão sendo cada vez mais limitados por parte do governo Bolsonaro.

A Fórum nunca foi tão lida como atualmente. Ao mesmo tempo nunca publicou tanto conteúdo original e trabalhou com tantos colaboradores e colunistas. Ou seja, nossos recordes mensais de audiência são frutos de um enorme esforço para fazer um jornalismo posicionado a favor dos direitos, da democracia e dos movimentos sociais, mas que não seja panfletário e de baixa qualidade. Prezamos nossa credibilidade. Mesmo com todo esse sucesso não estamos satisfeitos.

Queremos melhorar nossa qualidade editorial e alcançar cada vez mais gente. Para isso precisamos de um número maior de sócios, que é a forma que encontramos para bancar parte do nosso projeto. Sócios já recebem uma newsletter exclusiva todas as manhãs e em julho terão uma área exclusiva.

Fique sócio e faça parte desta caminhada para que ela se torne um veículo cada vez mais respeitado e forte.

topo ↕

REGIÃO NOROESTE - TEMPO REAL

Ministro critica eventual fusão entre Capes e CNPq

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, criticou hoje (11) uma eventual fusão entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), subordinado a sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

“Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq”, publicou Pontes em sua conta na rede social Twitter.

A suposta intenção foi noticiada por diversos veículos de imprensa e, segundo reportagens publicadas, teria sido sinalizada por gestores do governo a dirigentes de entidades científicas e de ensino.

As duas agências são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. Contudo, elas possuem naturezas diferentes, bem como vinculações institucionais a dois órgãos distintos na estrutura ministerial do Executivo.

O CNPq custeia não somente bolsas, mas projetos de pesquisa realizados nas instituições de ensino superior e centros de investigação. Já a **Capes** não apenas paga bolsas, mas também é responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação do país e periódicos, além de atuar com ações de formação de professores da educação básica.

Entidades científicas e tecnológicas

Hoje, 11 entidades da comunidade científica e tecnológica - como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Academia Brasileira de Ciências e o Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – divulgaram uma carta,

enviada ao governo federal e a chefes de Poderes, na qual rechaçam a fusão das duas agências.

“A coexistência da **Capes** e do CNPq é fundamental para o nosso desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental. Alterar essas estruturas é fragilizar um dos alicerces – talvez o mais importante deles – de sustentação do Brasil contemporâneo que mira um futuro promissor para todos os brasileiros”, destacam as associações no documento.

As entidades também criticaram uma eventual transferência do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Sua execução exige uma estrutura complexa de análise e acompanhamento de projetos de pesquisa e inovação, que certamente deverá ser continuamente aprimorada, mas que não se adequa à experiência, finalidade e organização do Ministério da Economia e do BNDES”, acrescenta a carta.

A Agência Brasil entrou em contato com o MEC para obter a posição do órgão sobre a possível fusão e aguarda resposta.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro estuda fundir Capes e CNPq

Principal argumento para a fusão das agências é a economia de recursos

O governo federal estuda fundir o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgãos de desenvolvimento da ciência do País. A discussão, que ganhou corpo no último mês, está em análise na Casa Civil e tem entre campos opostos os ministérios da Educação (MEC) e da Ciência e Tecnologia.

O MEC trabalha pela mudança, segundo apurou a reportagem. No formato desenhado, com a fusão, a **Capex** - ligada à Educação - ficaria encarregada da coordenação desse órgão unificado. Concretizada a mudança, a pasta da Ciência perderia uma parte importante de suas atribuições.

O Estadão apurou que o MEC propõe criar a Fundação Brasileira para a Ciência, que seria o resultado da fusão das duas agências. O principal argumento para a junção é a economia de recursos, já que, com a mudança, o ministério pretende economizar com pessoal e sistemas - a pasta argumenta que, atualmente, os gastos são duplicados.

Criados em 1951, os dois órgãos têm funções distintas. A **Capex** tem a missão de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior, por meio da pós-graduação, além de ajudar na qualificação de professores de ensino básico e solidificar a educação a distância no País. Já o CNPq se concentra em fomentar projetos de pesquisa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Pelas redes sociais, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, enfatizou nesta sexta-feira sua posição contrária. "Existe algum sombreamento de atividades e pontos de melhoria de gestão. Esses problemas já estão

sendo trabalhados no CNPq." Neste ano, o órgão de fomento à pesquisa também sofreu com bloqueios de verba, o que chegou a ameaçar o pagamento de bolsas a pesquisadores. Segundo o governo, o contingenciamento foi necessário por causa da necessidade de ajuste fiscal.

A mudança nas agências não poderia ser feita por decreto presidencial, na avaliação de integrantes do CNPq, por isso, a proposta precisaria de apoio do Congresso. Seria necessário aprovar Medida Provisória (MP) ou projeto de lei. A ideia não foi bem recebida nem mesmo pela base aliada do governo, o senador Major Olímpio (PSL-SP) cobrou explicações e estudos mais detalhados sobre a fusão.

Fundo

O Ministério da Economia também preparou uma proposta, a qual o Estadão teve acesso, para alterar a gestão do orçamento do Ministério da Ciência. Além de citar o estudo sobre mudanças na política de bolsas do CNPq, a proposta sugere a edição de Medida Provisória ou apresentação de projeto de lei para desvincular o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - que reúne recursos para financiar inovação, desenvolvimento científico e tecnológico - e a transferência do saldo para o BNDES. Esses recursos hoje são geridos pela Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), também ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Outra possibilidade apresentada pela equipe econômica seria criar um fundo privado, com aporte da União, para substituir o FNDCT. Esse fundo ficaria encarregado de financiar os projetos de ciência e tecnologia.

Numa discussão realizada semana passada na pasta da Casa Civil, o descompasso entre MEC e o Ministério da Ciência e Tecnologia ficou evidente, ampliando o mal estar entre os integrantes. Nesta quinta-feira, 10, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, chamou o colega no governo (Pontes) de "ministro astronauta" numa entrevista a jornalistas.

A justificativa para a fusão de CNPq e **Capex** seria a de racionalizar recursos. Para os defensores da mudança, as duas agências têm função semelhante. A proposta, porém, é duramente criticada por instituições ligadas à ciência, pesquisa e inovação. Em carta divulgada nesta sexta, 14 associações - entre elas, Associação Brasileira de Ciência, Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Inovação - afirmam que a fusão poderia trazer consequências comprometedoras para o sistema de ensino e pesquisa do País.

"**Capex** e CNPq têm estruturas e finalidades específicas. CNPq tem como objetivo principal o apoio a pesquisadores. E na **Capex** as ações são mais institucionais. Uma fusão traria confusão para um sistema que desde a década de 50 trabalha de forma harmônica", afirmou o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Castro Moreira. Ele, professor do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), observa ainda que não há estudos que mostrem qual seria o impacto econômico da fusão. "Não haveria economia. Não seria a fusão que resolveria os problemas de financiamento", completou.

Para o próximo ano, **Capex** deverá perder metade do seu orçamento. A proposta é de que a fundação tenha R\$2,2 bilhões para financiar pesquisas de pós-graduação e formação de professores da educação básica.

No documento publicado nesta sexta, entidades argumentam que a coexistência de **Capes** e CNPq é fundamental. "Alterar essas estruturas é fragilizar um dos alicerces - talvez o mais importante deles - de sustentação do Brasil contemporâneo", diz a nota, divulgada pelas entidades do setor.

O comunicado também defende a permanência do FNDCT e sua gestão pela Finep. Para entidades que assinam a carta, a transferência da gestão dos recursos do fundo para o BNDES impossibilitaria a execução de uma série de atividades de fomento hoje realizadas. O argumento principal é o de que o BNDES é um banco e está sujeito a normas internacionais.

A justificativa da equipe econômica para a mudança no FNDCT é de que a maior parte dos recursos fica em reserva de contingência - uma condição em que a verba, embora esteja em tese disponível, não é usada para que haja sempre uma sobra no caixa. A equipe econômica argumenta ainda que a alteração traria maior liberdade para o uso dos recursos. Hoje, avaliam, por estar vinculado, o orçamento é extremamente rígido.

Em nota, o MEC disse que "acatará a decisão que o presidente da República considerar mais conveniente para o Brasil". O Estadão procurou o Ministério da Economia, mas não obteve resposta até a publicação da reportagem. / COLABOROU ISABELA PALHARES

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ministro critica eventual fusão entre Capes e CNPq

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, criticou hoje (11) uma eventual fusão entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), subordinado a sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

"Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq", publicou Pontes em sua conta na rede social Twitter.

A suposta intenção foi noticiada por diversos veículos de imprensa e, segundo reportagens publicadas, teria sido sinalizada por gestores do governo a dirigentes de entidades científicas e de ensino.

As duas agências são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. Contudo, elas possuem naturezas diferentes, bem como vinculações institucionais a dois órgãos distintos na estrutura ministerial do Executivo.

O CNPq custeia não somente bolsas, mas projetos de pesquisa realizados nas instituições de ensino superior e centros de investigação. Já a **Capex** não apenas paga bolsas, mas também é responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação do país e periódicos, além de atuar com ações de formação de professores da educação básica.

Entidades científicas e tecnológicas

Hoje, 11 entidades da comunidade científica e tecnológica - como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Academia Brasileira de Ciências e o Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa - divulgaram uma carta, enviada ao governo federal e a chefes de Poderes, na qual rechaçam a fusão das duas agências.

"A coexistência da **Capes** e do CNPq é fundamental para o nosso desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental. Alterar essas estruturas é fragilizar um dos alicerces - talvez o mais importante deles - de sustentação do Brasil contemporâneo que mira um futuro promissor para todos os brasileiros", destacam as associações no documento.

As entidades também criticaram uma eventual transferência do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

"Sua execução exige uma estrutura complexa de análise e acompanhamento de projetos de pesquisa e inovação, que certamente deverá ser continuamente aprimorada, mas que não se adequa à experiência, finalidade e organização do Ministério da Economia e do BNDES", acrescenta a carta.

A Agência Brasil entrou em contato com o MEC para obter a posição do órgão sobre a possível fusão e aguarda resposta.

topo ↕

YAHOO! NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Marcos Pontes é contra Medida é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência

A equipe do ministro da Educação, Abraham Weintraub, encaminhou nesta semana uma proposta de texto de medida provisória para fundir em uma mesma instituição a **Capes** e o CNPq. O MEC quer transformar as duas agências em uma fundação, que seria gerenciada pela pasta.

A fusão é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência, responsável pelo CNPq.

A medida provisória é um instrumento que acelera a tramitação no Congresso. Com força de lei, é adotado pelo presidente em casos de relevância e urgência. O atraso na apreciação pode trancar a pauta de votações.

O plano de fusão do governo Jair Bolsonaro avança em meio a uma crise financeira que ameaça pagamento de bolsas e continuidade de grande projetos científicos, como o acelerador de partículas Sirius, maior empreendimento da ciência brasileira.

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** é ligada ao Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os dois órgãos têm atribuições de fomento à pesquisa, mas atuam com objetivos distintos.

O Ministério da Ciência confirmou o recebimento do texto e ressaltou que se trata de uma proposta do MEC que não foi discutida pela pasta, sobretudo com relação à construção de uma fundação. A pasta informou ainda que se coloca à disposição para discutir a importância do CNPq.

A fusão não é bem vista pela equipe do Ministério da Ciência, comanda por Marcos Pontes. O ministro publicou em rede social: "Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq."

Weintraub aposta que o novo órgão ficaria no MEC sob o argumento de que a pasta soube lidar melhor com a escassez de recursos da **Capes** neste ano, sobretudo na relação com a equipe econômica.

O ministério da Economia recomendou a fusão das duas agências. A proposta também incluiu a vinculação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), hoje ligada à pasta da Ciência, ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Para Roberto Muniz, presidente do sindicato nacional de gestores em ciência e tecnologia, a crise orçamentária tem provocado o surgimento de ideias que não resolvem a questão.

"O governo está com um movimento para redirecionar todo o sistema de ciência e tecnologia, reduzi-lo drasticamente, e mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros", diz. "É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento", diz Muniz, que também é presidente da associação de servidores do CNPq.

Treze instituições acadêmicas e de pesquisa divulgaram na sexta-feira (11) carta em que se posicionam contra o plano de fusão.

"Seria uma medida equivocada sob todos aspectos já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares", diz a carta, assinada por instituições como a Academia Brasileira de Ciências, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Andifes (que reúne reitores das universidades federais).

Por causa de bloqueio de recursos, a **Capes** cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, o equivalente a 8% do que havia no início do ano. Mesmo após descontingenciamento, o órgão ainda enfrenta um congelamento de R\$ 549 milhões no orçamento do ano.

O órgão ainda perde metade do orçamento em 2020, segundo proposta encaminhada ao Congresso pelo governo: sai de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019, para R\$ 2,20 bilhões no ano que vem. O MEC afirma que já garantiu mais R\$ 600 milhões para o que vem e a **Capes** tem tentando convencer deputados a construir uma emenda parlamentar de mais R\$ 300 milhões.

Com relação ao CNPq, o orçamento de 2019 já foi aprovado com a previsão de recursos insuficientes. O orçamento garantia o pagamento das 84 mil bolsas somente até agosto.

As contas vencidas no mês passado e neste ano foram pagas com recursos garantidos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para garantir as bolsas do ano.

O ministério da Ciência solicitou aportes para a Economia mas foi ignorado até agora, como a própria pasta informa em ofício de resposta a solicitação de informações do deputado Ivan Valente (PSOL).

Para pagar bolsistas neste mês, o CNPq remanejou recursos da área de fomento à pesquisa, que financia empreendimentos como o Sirius. O equipamento tem o tamanho de um estádio de futebol e é a máquina mais cara e sofisticada da ciência brasileira.

Trata-se de um acelerador de partículas, localizado em Campinas (SP), que possibilitará a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas (em busca de novas vacinas), de solo (com a ideia de aprimorar fertilizantes) e de rochas e de novos materiais (para melhorar a exploração de gás e petróleo), entre outras aplicações. Quando estiver pronto, colocará o país na vanguarda das pesquisas com esse método.

A pasta informa, no documento enviado à Câmara, que o desbloqueio de recursos é necessário para o início da operação de seus três aceleradores e para o funcionamento completo das treze linhas de luz do Sirius em 2020.

"No momento, o CNPEM tem como foco garantir o início do funcionamento do Sirius e sua abertura para a comunidade de pesquisadores ainda no ano que vem, o que é o principal objetivo do projeto, e que está sendo preservado, mesmo em um contexto de restrição orçamentária", disse em nota o CNPEM, organização social responsável pelo Sirius.

O Ministério da Ciência informou em nota que, no cenário de restrição, tem priorizado o pagamento das bolsas e a garantia de recursos para seus institutos de pesquisa e entidades vinculadas.

O Ministério da Educação informou que a decisão final de fusão das agências depende de decisão do presidente Bolsonaro. A reportagem questionou o MEC sobre o texto da medida provisória no início da noite de sexta-feira (11), mas até a publicação dessa reportagem não havia retorno sobre esse tema.

topo ↕

JORNAL TIJUCAS - TEMPO REAL

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Marcos Pontes é contra Medida é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência

A equipe do ministro da Educação, Abraham Weintraub, encaminhou nesta semana uma proposta de texto de medida provisória para fundir em uma mesma instituição a Capes e o CNPq. O MEC quer transformar as duas agências em uma fundação, que seria gerenciada pela pasta.

A fusão é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da

Ciência, responsável pelo CNPq.

A medida provisória é um instrumento que acelera a tramitação no Congresso. Com força de lei, é adotado pelo presidente em casos de relevância e urgência. O atraso na apreciação pode trancar a pauta de votações.

O plano de fusão do governo Jair Bolsonaro avança em meio a uma crise financeira que ameaça pagamento de bolsas e continuidade de grande projetos científicos, como o acelerador de partículas Sirius, maior empreendimento da ciência brasileira.

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** é ligada ao Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os dois órgãos têm atribuições de fomento à pesquisa, mas atuam com objetivos distintos.

O Ministério da Ciência confirmou o recebimento do texto e ressaltou que se trata de uma proposta do MEC que não foi discutida pela pasta, sobretudo com relação à construção de uma fundação. A pasta informou ainda que se coloca à disposição para discutir a importância do CNPq.

A fusão não é bem vista pela equipe do Ministério da Ciência, comanda por Marcos Pontes. O ministro publicou em rede social: "Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq."

Weintraub aposta que o novo órgão ficaria no MEC sob o argumento de que a pasta soube lidar melhor com a escassez de recursos da **Capes** neste ano, sobretudo na relação com a equipe econômica.

O ministério da Economia recomendou a fusão das duas agências. A proposta também incluiu a vinculação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), hoje ligada à pasta da Ciência, ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Para Roberto Muniz, presidente do sindicato nacional de gestores em ciência e tecnologia, a crise orçamentária tem provocado o surgimento de ideias que não resolvem a questão.

"O governo está com um movimento para redirecionar todo o sistema de ciência e tecnologia, reduzi-lo drasticamente, e mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros", diz. "É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento", diz Muniz, que também é presidente da associação de servidores do CNPq.

Treze instituições acadêmicas e de pesquisa divulgaram na sexta-feira (11) carta em que se posicionam contra o plano de fusão.

"Seria uma medida equivocada sob todos aspectos já que as duas instituições, criadas e

desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares", diz a carta, assinada por instituições como a Academia Brasileira de Ciências, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Andifes (que reúne reitores das universidades federais).

Por causa de bloqueio de recursos, a **Capes** cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, o equivalente a 8% do que havia no início do ano. Mesmo após descontingenciamento, o órgão ainda enfrenta um congelamento de R\$ 549 milhões no orçamento do ano.

O órgão ainda perde metade do orçamento em 2020, segundo proposta encaminhada ao Congresso pelo governo: sai de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019, para R\$ 2,20 bilhões no ano que vem. O MEC afirma que já garantiu mais R\$ 600 milhões para o que vem e a **Capes** tem tentando convencer deputados a construir uma emenda parlamentar de mais R\$ 300 milhões.

Com relação ao CNPq, o orçamento de 2019 já foi aprovado com a previsão de recursos insuficientes. O orçamento garantia o pagamento das 84 mil bolsas somente até agosto.

As contas vencidas no mês passado e neste ano foram pagas com recursos garantidos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para garantir as bolsas do ano.

O ministério da Ciência solicitou aportes para a Economia mas foi ignorado até agora, como a própria pasta informa em ofício de resposta a solicitação de informações do deputado Ivan Valente (PSOL).

Para pagar bolsistas neste mês, o CNPq remanejou recursos da área de fomento à pesquisa, que financia empreendimentos como o Sirius. O equipamento tem o tamanho de um estádio de futebol e é a máquina mais cara e sofisticada da ciência brasileira.

Trata-se de um acelerador de partículas, localizado em Campinas (SP), que possibilitará a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas (em busca de novas vacinas), de solo (com a ideia de aprimorar fertilizantes) e de rochas e de novos materiais (para melhorar a exploração de gás e petróleo), entre outras aplicações. Quando estiver pronto, colocará o país na vanguarda das pesquisas com esse método.

A pasta informa, no documento enviado à Câmara, que o desbloqueio de recursos é necessário para o início da operação de seus três aceleradores e para o funcionamento completo das treze linhas de luz do Sirius em 2020.

"No momento, o CNPEM tem como foco garantir o início do funcionamento do Sirius e sua abertura para a comunidade de pesquisadores ainda no ano que vem, o que é o principal objetivo do projeto, e que está sendo preservado, mesmo em um contexto de restrição orçamentária", disse em nota o CNPEM, organização social responsável pelo Sirius.

O Ministério da Ciência informou em nota que, no cenário de restrição, tem priorizado o pagamento das bolsas e a garantia de recursos para seus institutos de pesquisa e entidades vinculadas.

O Ministério da Educação informou que a decisão final de fusão das agências depende

de decisão do presidente Bolsonaro. A reportagem questionou o MEC sobre o texto da medida provisória no início da noite de sexta-feira (11), mas até a publicação dessa reportagem não havia retorno sobre esse tema.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Avesso à mídia? Weintraub lidera ranking de coletivas no governo

Conhecido pelas publicações cômicas nas redes sociais, o ministro não descarta o encontro físico para tratar de assuntos do MEC

Com apoio dos militantes bolsonaristas, o ministro Abraham Weintraub, do Ministério da Educação, tornou-se popular nas redes sociais devido às publicações irônicas, e cômicas, que costuma fazer. Quando o assunto é alfinetar a oposição, o titular da pasta não poupa caracteres. Já para tratar de temas referentes à competência do órgão, o ministro expõe um lado avesso às novas mídias e opta pelo contato físico com jornalistas: ele lidera o ranking de convocações de coletivas de imprensa no governo de Jair Bolsonaro (PSL).

Explorando a face humorística, Weintraub chamou atenção ao divulgar um vídeo oficial rodando um guarda-chuva ao som da canção *Singing in The Rain* – de um clássico filme dos anos 50 –, avaliando estar “chovendo fake news” sobre o seu ministério. Mesmo sem estabelecer uma relação de causa, ele passou a dialogar mais com a mídia. Possivelmente de forma a combater a propalada “chuva”. Ainda assim, ele é adepto das críticas bolsonaristas à imprensa.

Além disso, ele costuma publicar frases polêmicas. Uma delas, criticando um mural com a imagem do educador Paulo Freire, que fica em frente ao MEC.

Mural em frente ao MEC...É ou não é feio de doer?

ABRAHAM WEINTRAUB

Para o professor de Comunicação e Ética da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) Luiz Peres Neto, a postura do ministro nas redes sociais busca um tom “polemista”. “De alguém que utiliza a ironia como forma de deslegitimar a interlocução. Usa uma estratégia retórica para se ter razão”, avalia.

O Metrôpoles realizou um levantamento para identificar o número de coletivas convocadas pelos 23 ministros da gestão de Jair Bolsonaro (PSL), com base na agenda divulgada nos portais das pastas durante este ano. O chefe do MEC disparou na frente, com 18 encontros marcados com jornalistas. Atrás, está Ernesto Araújo, ministro das Relações Exteriores, com 14. Contudo, é importante lembrar que há uma diferença entre os dois, já o responsável pelo Itamaraty está no cargo desde o início do governo, diferentemente de Weintraub.

Araújo tomou posse no Ministério das Relações Exteriores (MRE) na primeira semana de governo, mais precisamente no dia 2 de janeiro. Mas o comando do MEC passou por algumas turbulências. Chefiada inicialmente pelo professor Ricardo Vélez Rodrigues, a pasta foi alvo de inúmeras polêmicas. Até que em abril o colombiano foi exonerado e Weintraub assumiu. Ou seja, há uma disparidade de três meses na atuação dos ministros.

Em relação ao comportamento do ministro do MEC de convocar coletivas de imprensa,

indo na contramão da maior parte dos integrantes do governo, Neto acredita que é uma forma de atrair olhares. “Ao fazer isso ele consegue ter maior atenção e, ao compor um personagem excêntrico, ele ‘deita e rola’ no palco montado pelas coletivas”, avaliou o professor.

Em 3º lugar no ranking, está a ministra Tereza Cristina, da Agricultura, com 12 coletivas. Em seguida, vem Luiz Henrique Mandetta, do Ministério da Saúde, que marcou 7 encontros com a mídia. Na 5ª posição estão outros três ministros: Damarens Alves, da Mulher, Família e dos Direitos Humanos; Sergio Moro, da Justiça e Segurança Pública e André Luiz de Almeida, da Advocacia-Geral da União (AGU).

O astronauta e ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, Marcos Pontes, ocupa o 6º lugar, ao lado dos colegas Fernando Azevedo e Silva, da Defesa; Osmar Terra, da Cidadania e Wagner Rosário, da Controladoria-Geral da União (CGU). Todos eles convocaram apenas três coletivas.

Braço direito do presidente da República, o ministro Paulo Guedes, da Economia, não chamou muitas coletivas à imprensa. Ele marcou apenas dois encontros com veículos de comunicação. É comum, no caso do ministro da Economia, a realização dos chamados “quebra-queixo” que, no jargão jornalístico, se refere a entrevista para diversos jornalistas improvisada entre um compromisso e outro. No mesmo patamar, está Onyx Lorenzoni, da Casa Civil – que esteve sob os holofotes no início do governo, quando admitiu ter recebido dinheiro de Caixa 2. Ele está na mira do Supremo Tribunal Federal (STF).

Protagonistas silenciosos

Com apenas uma coletiva convocada durante o ano, protagonistas do governo aderem à linha silenciosa. É o caso do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que recentemente recebeu o prêmio de “Exterminador do Futuro”, na Câmara dos Deputados, em meio a uma discussão sobre as queimadas na Floresta Amazônica. Ele não marcou encontros com jornalistas após os impasses relacionados à preservação do meio ambiente.

Outro ministro que teve pouco contato com a imprensa, por meio de coletivas, foi o general Augusto Heleno. Ele passou por uma “saia justa” quando um sargento foi preso com 49 kg de cocaína, transportados em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Como o militar é chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), foi cobrado inclusive pelo filho do meio do presidente, Carlos, como um dos responsáveis no episódio. Ele foi à Câmara se defender.

Os ministros Bento Albuquerque, de Minas e Energia e Tarcísio Gomes, da Infraestrutura, estão na mesma colocação.

Zero contato

Cinco ministros não convocaram nenhuma entrevista coletiva com a imprensa na atual gestão. Entre eles está Marcelo Álvaro Antônio, do Turismo, que é alvo de uma investigação do Ministério Público relacionada às candidaturas-laranja no PSL – partido de Bolsonaro. Ele não marcou encontro com jornalistas para se manifestar sobre o caso.

Em último lugar no ranking ainda estão os ministros Gustavo Canuto, do

Desenvolvimento; Jorge Oliveira, da Secretaria-Geral da Presidência e Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo. Além de Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central.

Procurada pelo Metrôpoles, a assessoria do Ministério da Educação não se manifestou até o momento. O espaço segue aberto para posicionamentos.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Escola sem provas, nem boletim. Conheça a pedagogia Waldorf Queridinha dos pais do Vale do Silício, meca da tecnologia, pedagogia não usa computadores e valoriza as experiências das crianças

Uma escola que leva a brincadeira a sério. As aulas de música e de artes têm o mesmo peso que português e matemática. Nada de provas, boletins nem livros didáticos até o fim do ensino fundamental. As crianças são avaliadas por um único professor e, ao contrário do que ocorre em boa parte das escolas tradicionais, os alunos das escolas que usam a pedagogia Waldorf ficam bem distantes de eletrônicos, computadores e tecnologia em geral.

O curioso é que justamente essa pedagogia, que completa 100 anos de existência, foi escolhida pelos pais do Vale do Silício, o berço das maiores empresas de tecnologia do mundo como a Apple, como método de ensino para seus filhos. E por quê?

“As escolas desenvolvem com as crianças habilidades muito procuradas pelas empresas, são pessoas que fogem do trivial, pensam fora da caixinha”, explica Irceu Munhoz Júnior, professor da Escola Waldorf. “É uma pedagogia que é muito moderna e necessária no processo de formação do ser humano.”

As escolas têm um compromisso com o desenvolvimento integral da criança: capacidade emocional, social e motora. “Esse desenvolvimento respeita o ser humano e é um contraponto a essa era digital”, avalia Munhoz.

Desta forma, os alunos são incentivados a trabalhar com as mãos em aulas de marcenaria ou tricô, por exemplo. Além de desenvolver as habilidades manuais, os estudantes têm aulas de música, teatro e arte. Todo esse conteúdo somado a base comum curricular do MEC (Ministério da Educação).

Na pedagogia Waldorf tudo tem um sentido, uma razão de ser. A criança planta o trigo, cuida, colhe, debulha, faz a farinha para produzir o pão. A alfabetização só começa aos 7 anos, quando as crianças já têm maturidade e sem pressa. O que vai na contramão da maioria das escolas e até do próprio MEC, que prevê que ao fim dos 7 anos os alunos estejam plenamente alfabetizados.

“Do maternal ao ensino médio ensinamos o aluno a aprender, a se apropriar do conhecimento, a vivenciar e não decorar”, avalia Munhoz.

A GAZETA - ES - ÚLTIMAS

Conheça as três mulheres que disputam o comando da reitoria da Ufes A escolhida ficará responsável por administrar o orçamento da universidade, além de funcionários e alunos

Três mulheres estão na disputa pelo comando da reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). A eleição está prevista para acontecer em dezembro deste ano e a

escolhida ficará responsável por administrar o orçamento da universidade e por cuidar dos interesses de funcionários e alunos da instituição.

De acordo com a Secretaria de Órgãos Colegiados Superiores (Socs) da Ufes, a data de início para as inscrições oficiais dos interessados em concorrer à Reitoria será no dia 27 de novembro, finalizando no dia 29 do mesmo mês.

"A Socs esclarece que no dia 5 de dezembro o Colégio Eleitoral (composto pelo Conselho Universitário - CUN, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE e pelo Conselho de Curadores - CUR) se reúne para elaborar a lista tríplice, da qual constam os três nomes mais votados. Tal listagem é enviada ao Ministério da Educação num prazo de até 60 dias antes do término do mandato da atual gestão e o Presidente da República nomeia o Reitor", explicou a Ufes, por nota.

Para decidir quem é a pessoa mais capacitada para o mandato, que tem início em 2020 e dura até 2023, A Gazeta preparou um perfil de cada candidata.

Nome completo, idade, naturalidade e onde vive hoje:

Meu nome é Ethel Leonor Noia Maciel, tenho 50 anos e sou natural de Baixo Guandu, Espírito Santo. Hoje vivo em Vitória, em Jardim Camburi, com minha família.

Qual sua formação acadêmica e especialidades?

Sou enfermeira, formada pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Tenho Mestrado em Enfermagem de Saúde Pública pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Doutorado em Saúde Coletiva/Epidemiologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Pós-doutorado em Epidemiologia pela Johns Hopkins University, nos Estados Unidos. Sou professora associada ao Departamento de Enfermagem da UFES, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1D, e desenvolvo atividades no campo da Saúde Coletiva, com ênfase em Epidemiologia de Doenças Infecciosas. Também sou consultora da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Quais projetos que pretende implementar na Ufes?

O nosso programa está sendo construído de forma coletiva junto à comunidade acadêmica, tendo como principais pilares o ensino, a pesquisa e a extensão, atentos aos processos de gestão e ao cuidado com as pessoas (técnicos-administrativos, discentes e docentes). Dentre os projetos temos como diretrizes uma universidade inclusiva, com políticas e ações focadas no acesso e permanência dos estudantes, e na implementação do plano de acessibilidade para pessoas com deficiência. Um exemplo foi a I Conferência de Ações Afirmativas da Ufes na qual pude participar da construção coletiva de políticas de ações afirmativas para a universidade. Na gestão, o foco é o planejamento estratégico situacional nos setores administrativos, de forma descentralizada, com eficiência e eficácia, e priorizando uma política voltada para o bem-estar das pessoas. Trabalharemos de forma próxima à sociedade capixaba, instituições públicas do Estado e seus representantes nos vários níveis de poderes, e consolidaremos parcerias com intuito de fortalecer os pilares da nossa universidade.

Defende a bandeira de alguma causa social? Qual?

Atuo no enfrentamento à violência contra as mulheres no nosso estado, que apresenta altos índices de feminicídio. Também atuo na defesa do respeito à diversidade, no

âmbito da sociedade e, dentro da universidade, tenho me dedicado fortemente em defesa de ações em prol do acesso e desenvolvimento de mulheres nos campos da ciência. Além disso, integro, desde 2015, a Cátedra Sérgio Vieira Mello, um projeto criado por meio de parceria entre a Ufes e a ONU e que tem como objetivo promover e difundir, em especial, o direito e a proteção a refugiados. Na área da Epidemiologia, minha especialidade e campo de estudo, trabalho em prol da eliminação de doenças infecciosas, dentre elas a tuberculose. Hoje, sou presidente na Rede Brasileira de Pesquisa em Tuberculose (Rede-TB) e represento o Brasil na rede de pesquisa em tuberculose nos BRICS.

Como avalia os cortes atuais na educação?

Primeiramente, cabe ressaltar que a universidade vem sofrendo diminuição nos repasses de recursos a partir de 2014. Apesar disso, a Ufes continuou cumprindo seu papel e entrou, em 2019, na lista das melhores universidade do mundo. A instituição, desde então, vem por meio de audiência públicas se posicionando contrária a essas reduções, bem como apresentando os números e como isso está afetando o funcionamento da Ufes. O impacto tem sido em despesas de custeio, como energia, água, vigilância, limpeza, manutenção predial (dentre outras), bolsas de estudantes, ajuda de custo, aquisição de material de consumo, mão de obra de apoio administrativo, equipamentos para laboratório, obras, reformas e etc. Aliado a isso, vem ocorrendo redução dos recursos das agências de fomento, como **Capes** e CNPq, que impactam diretamente o funcionamento da pós-graduação. Enquanto pesquisadora e considerando toda a minha formação em universidades públicas, entendo que a defesa da educação de qualidade é primordial para o desenvolvimento do país em todos os aspectos.

Gláucia Rodrigues defende o respeito as diferenças e transparência dos recursos da Ufes. Crédito: Acervo Pessoal

Nome completo, idade, naturalidade e onde vive hoje:

Sou Gláucia Rodrigues de Abreu, natural de Guaçuí, tenho 55 anos e atualmente moro em Vitória.

Qual sua formação acadêmica e especialidades?

Sou enfermeira formada pela Ufes mestre e doutora em ciências fisiológicas. Também sou pesquisadora de produtividade do CNPq, membro permanente do programa de pós-graduação em ciências fisiológicas da Ufes e avaliadora dos cursos de graduação do Inep.

Quais projetos que pretende implementar na Ufes?

Estruturação de uma secretária de Integração entre os projetos e captação de recursos; criação projeto de suporte jurídico a comunidade acadêmica; criação de fundo para assistência estudantil; criação de escritório de projetos de captação e acompanhamento de recursos. Além de unificar os sistemas acadêmicos administrativos e de infra estrutura, criação de ciclovia nos campus, tratamento de esgoto no campus, criação de portal de transparência para acesso aos contratos da universidade e alocação de recursos orçamentários. Também quero cumprir os critérios para a alocação de recursos para as Unidades Acadêmicas, respeitando a Matriz de Alocação de Recursos de Custeio e Capital. Outro projeto é melhorar a eficiência, rapidez e apoio dos fluxos de trabalhos, assim como, na elaboração e celebração de convênios com parceiros públicos ou privados, assim possibilitando compartilhar serviços ou recursos com esses órgãos.

Defende a bandeira de alguma causa social? Qual?

Defendo a transparência e otimização dos recursos pela nova gestão da universidade.

Defendo o respeito às diferenças e melhorias nos programas de assistência estudantil, nos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela comunidade acadêmica.

Defendendo a bandeira da inclusão na universidade para todos de forma a que a Ufes seja como modelo para o desenvolvimento da população capixaba. Se a gestão não for eficiente e competente para atender as necessidades, nenhum programa o projeto social encontrará base para o seu desenvolvimento.

Como avalia os cortes atuais na educação?

Eu entendo que os cortes são problemas, sim, para as universidades de uma maneira geral. Mas penso que nós temos problemas na gestão dos recursos e isso muitas vezes amplifica as dificuldades orçamentárias

Sumara Freitas defende reforço na segurança da instituição e melhor relação com governo federal. Crédito: Acervo pessoal

Nome completo, idade, naturalidade e onde vive hoje:

Meu nome é Surama Azevedo Freitas, tenho 49 anos, sou natural de Tocantinópolis-Tocantins. Sou afrodescendente, com bisavó indígena. Recebi título de Cidadã Espírito-Santense pela Assembleia Legislativa do ES. Sou lotada no Campus de Alegre da Ufes. Assim, tenho domicílio em Alegre.

Qual sua formação acadêmica e especialidades?

Tenho formação acadêmica em Medicina Veterinária, especialização em Zootecnia, mestrado em Zootecnia, doutorado em Zootecnia e pós-doutorado em Segurança Alimentar.

Quais projetos que pretende implementar na Ufes?

Adesão ao Future-se pois, na prática, ele já ocorre, ainda que de forma parcial, na Ufes; transparência, impessoalidade e meritocracia na gestão dos recursos humanos; eficiência e transparência na aplicação dos recursos públicos; melhoria contínua do Ensino, com foco na Academia; desenvolvimento da pesquisa/inação em parceria com o setor produtivo e com foco no desenvolvimento do ES; valorização e reforço da segurança patrimonial e implantação de política de segurança pessoal, cerco inteligente de segurança nos campi da Ufes e estreitamento das relações institucionais com o governo federal.

Defende a bandeira de alguma causa social? Qual??

Combater o tráfico de drogas, uma mazela social. Primar pela Ética nas relações interpessoais e combater as perseguições políticas, algo infelizmente rotineiro em nossa convivência cotidiana intra muros.

Como avalia os cortes atuais na educação??

Não houve cortes. Estes só ocorrem quando o ano financeiro é concluído. Houve contingenciamento. Mais: recentemente, o Ministro da Educação descontingenciou parte da verba que havia sido contingenciada. Precisamos ser mais eficientes. Fazer mais com menos.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Governo estuda fusão de Capes e CNPq e entidades reagem

Questão foi mencionada durante reunião do conselho superior de um dos órgãos;

Em nota, MEC diz que cumprirá ordens do presidente da República

BRASÍLIA- O governo discute fundir a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ligada ao Ministério da Educação (MEC), e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O GLOBO apurou que na última reunião do conselho superior da **Capes**, no dia 1º de outubro, o presidente da autarquia, Anderson Correia, confirmou que a possibilidade estava em discussão. Os órgãos são os principais responsáveis pelo fomento à pesquisa científica no país.

A medida gerou reação na área, um grupo de 13 entidades encaminhou uma carta aos ministros da Educação; Casa Civil; Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações; Economia; e Secretaria de Governo; e aos presidentes da Câmara e do Senado manifestando posição contrária à fusão.

— Na última reunião do Conselho tivemos a certeza de que isso (a fusão) é real, não é mais dúvida, porque o presidente da **Capes** que sempre esteve do lado da ciência de repente achou que isso era válido — afirmou Helena Nader, presidente emérita da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Leia mais: CNPq gasta R\$ 1,43 milhão por mês com aluguel mesmo tendo prédio próprio vazio

Outro presente na reunião do conselho, que preferiu não se identificar, contou que uma das justificativas para a fusão era a visão de que os órgãos desempenham papel semelhante:

— Foi perguntado explicitamente aos três presidentes que estavam lá: da **Capes**, do CNPq e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), e confirmaram que está rolando essa conversa. O presidente da **Capes** é favorável à fusão, segundo ele, as agências começaram com vocações distintas, mas agora se recobriam muito. Ele afirmou que a **Capes** faz muitas coisas que o CNPq faz e vice-versa, e que o corpo técnico das duas agências é parecido. O presidente do CNPq se mostrou contrário à ideia.

Uma reunião para discutir o assunto na Casa Civil chegou a ser prevista, mas acabou não acontecendo. Além da fusão das duas agências, o governo estuda incorporar a Finep à estrutura ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A avaliação de pessoas ligadas à área de pesquisa é de que há um movimento de desidratação do MCTIC, que desde o governo de Michel Temer, quando houve a fusão das pastas da Ciência e da Comunicação, vem sofrendo cortes orçamentários. Após a fusão, as agências ficariam subordinadas ao MEC.

Essa não é a primeira vez que a possível fusão das agências gera polêmica na área científica. Em 2015, durante a reforma ministerial conduzida pela presidente Dilma Rousseff, rumores de junção dos dois órgãos, que acabou não acontecendo, alarmaram representantes do setor. Enquanto a **Capes** é responsável por fomentar programas de pós-graduação, o CNPq apoia diretamente os pesquisadores que desenvolvem estudos

em diversas instituições de ensino do país.

— As duas agências dão bolsas, mas são distintas. É cegueira pensar que é possível fazer essa fusão, e o Ministério da Educação não é o lugar para gerenciar isso. É exatamente contrário a tudo que o presidente (Jair) Bolsonaro falou. Ele foi eleito democraticamente, mas não foi eleito para destruir o Brasil e se ele fizer isso, no congresso a gente derruba a medida, tenho certeza — criticou Nader.

Em entrevista ao Correio Braziliense, na última quarta-feira, o ministro da Ciência, Marcos Pontes, afirmou que a fusão das agências "não faz muito sentido, exceto na parte econômica". E defendeu que, caso isso aconteça, elas fiquem alocadas no MCTIC. Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich também se colocou contra a medida.

— Existe uma proposta nesse sentido e nós somos frontalmente contrários a essa proposta de fusão, porque são instituições muito distintas uma das outras — afirmou Davidovich.

A ABC é uma das signatárias da carta encaminhada nesta sexta-feira às autoridades. Segundo o texto, que foi assinado ainda por outras entidades, como a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), a fusão dos órgãos " poderá trazer consequências comprometedoras, tanto para o sistema de ensino brasileiro como para o sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação."

Em resposta ao GLOBO, a **Capex** não negou a fusão das agências:

"O Ministério da Educação acatará a decisão que o presidente da República considerar mais conveniente para o Brasil."

O CNPq, por sua vez, se manifestou contrário à junção com a **Capex**. Em nota, o órgão afirmou que a fusão "não é adequada tendo em vista as diferenças de missão e atuação de cada uma." O CNPq defendeu ainda que "ambas são essenciais dentro dos seus propósitos e uma fusão entre elas pode prejudicar significativamente a missão de cada uma."

[topo](#)

DIÁRIO DE GOIÁS - GO - TEMPO REAL

Em meio ao descaso com a ciência, Biossimilar que possibilita terapia avançada contra cânceres representa salto tecnológico para o Brasil

De acordo com um levantamento produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) é o mais afetado pelos cortes orçamentários feitos no começo deste ano pelo governo federal.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, importante no financiamento de inovação e infraestrutura de pesquisa das instituições de ciência e tecnologia, teve mais de 80% dos seus recursos contingenciados.

Nos oito meses de gestão do atual presidente, Jair Bolsonaro, foram extintas 11.811 bolsas de estudos financiadas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**.

Enquanto o Brasil parece estar na contramão do desenvolvimento e vê com descaso o fomento à pesquisa, os laboratórios possibilitaram que o país desse um grande salto tecnológico com a chegada dos biossimilares. Neste ano, foi iniciada a produção do primeiro biossimilar para câncer no país.

Aprovado em junho deste ano pela Anvisa, o primeiro anticorpo monoclonal de princípio ativo rituximabe já está sendo fabricado em escala industrial no Brasil. O medicamento foi registrado pela Libbs Farmacêutica sob a marca Vivaxxia e é indicado para tratamento de cânceres hematológicos como o linfoma não-Hodgkin e leucemia linfocítica crônica. O Vivaxxia começou a ser disponibilizado ao mercado em setembro.

A Biotec, responsável pela produção do primeiro anticorpo monoclonal do país, utiliza o sistema single-use, uma tecnologia de produção que faz uso de biorreatores com bolsas descartáveis. As principais vantagens desse sistema são a flexibilidade de produção e a otimização do processo, já que as bolsas descartáveis dispensam operações de descontaminação e limpeza.

Para o diretor da unidade de negócios B2B da Libbs, Marco Dacal, o Vivaxxia reforça o compromisso da farmacêutica nacional com o desenvolvimento tecnológico do país em prol do paciente. “O Vivaxxia representa um passo importante para ajudar a ampliar o acesso a tratamentos que a OMS considera essencial, como é o caso do rituximabe, que revolucionou o tratamento de linfomas”, pontuou.

A biotecnologia no SUS

Para a hematologista, Dr^a Danielle Leão, é de extrema importância o desenvolvimento em biotecnologia no Brasil. Segundo ela, é necessário que haja um comprometimento do sistema de saúde, para que o atual quadro clínico brasileiro melhore e mais pessoas sejam curadas.

“A cada 100 mil pessoas, 20 vão desenvolver os linfomas não-Hodgkin. Não só os números de diagnósticos estão aumentando, mas a incidência também. As viroses estão chegando precocemente na infância, e esses vírus ficam incubados. Nos últimos anos, as estatísticas não são muito boas para o Brasil. A população está chegando a idades tardias graças ao início do uso do rituximabe, que não aumenta a toxicidade, mas sim, a eficácia”, inteirou.

No Sistema único de Saúde (SUS) o rituximabe não está aprovado para o tratamento de grande parte das doenças, e para as que estão (linfoma difuso de grandes células B e linfoma folicular) é válido para apenas metade do tratamento. A situação é diferente no sistema privado, onde a aprovação é unânime em todos os casos.

“Acesso é uma dificuldade, mas injustiça é uma outra realidade. Com a biotecnologia a gente pode dar às pessoas uma chance. Eu trabalho no SUS há 16 anos. Lá, nós matamos um leão por dia. Não desistimos e estamos tentando mudar essa realidade. Os estudos clínicos são extremamente importantes para fazer essa mudança. Os centros de estudo são completamente sérios e consistentes, há toda uma regulamentação brasileira extremamente rígida. Essa é uma situação que nós estamos realmente tentando mudar.

O fato de nós termos a possibilidade de colocar o Brasil nesse cenário de estudo clínico, ofertando aos pesquisadores brasileiros aprendizado e desenvolvimento, com mais centros de pesquisa e tendo pacientes que já começaram a receber a medicação, é um grande ganho para o Brasil. Isso não tem preço”, declarou.

Tratamento com terapia-alvo

Além do tratamento feito por meio da quimioterapia, da radioterapia e do transplante da medula óssea, existem medicamentos biológicos que atuam nas células cancerosas sem atingir as normais e extingue os efeitos colaterais, é a chamada imunoterapia.

Diferente da quimioterapia clássica que mata não somente as células doentes, mas também as células saudáveis, esse medicamento age predominantemente sobre as células do linfoma. O Brasil já possui esse tipo de tratamento, cada vez mais acessível à população.

O Vivaxxia, rituximabe biossimilar recém-chegado ao mercado, é indicado para o tratamento de cânceres hematológicos. O medicamento é um anticorpo monoclonal dirigido contra antígeno CD20, indicado para o tratamento de pacientes com linfoma não Hodgkin de células B CD20 positivas, os quais representam a grande maioria dos linfomas, além da leucemia mais comum, a leucemia linfocítica crônica (LLC).

O Vivaxxia foi avaliado por meio de estudos analíticos que demonstraram a similaridade ao referencial, garantindo semelhante segurança e eficácia para as indicações terapêuticas aprovadas. O estudo clínico multicêntrico teve a inclusão de 28 pacientes brasileiros de 13 importantes centros nacionais.

De acordo com o oncologista e especialista em farmacoeconomia, Drº Stephen Stefani, a imunoterapia possibilitou que o tratamento contra o câncer trouxesse menos danos aos pacientes.

“Os pacientes que necessitavam fazer quimioterapia, há 20 anos atrás, a toxicidade era grande e a taxa de sucesso era anedótica. O fato é que nós mudamos essa realidade. Tratar câncer hoje é muito mais sofisticado, menos tóxico e mais assertivo, não só porque as pessoas já não têm o mesmo medo, mas porque elas vão cobrar pelo ideal. Quanto mais entenderem sobre o assunto, mais vão cobrar para que seja feito o correto. Quase não tem mais quimioterapia sendo lançada, hoje, praticamente, os estudos estão dirigidos a imunoterapia. Agora, não há somente respostas muito menos tóxicas, como tem um grupo de pacientes que depois de 4 ou 5 anos estão vivos e seguindo normalmente suas vidas.

O biossimilar

Os biossimilares são moléculas complexas de alto peso molecular, produzidos por material vivo ou derivados de material vivo por tecnologia do DNA recombinante e métodos de expressão gênica.

A maior complexidade estrutural faz com que, ao contrário dos fármacos de pequenas moléculas, um biossimilar não seja idêntico ao produto de referência. A tecnologia disponível atualmente não consegue cópias idênticas dos biológicos de referência, mas a

molécula do biossimilar, é altamente similar e tem a mesma atividade biológica. Portanto, o conceito de biossimilares é diferente dos conceitos dos medicamentos sintéticos, já que estes são réplicas reais da estrutura e características da molécula do medicamento de referência.

Como os biossimilares impactam na saúde pública

Com a entrada dos biossimilares no mercado, o orçamento para que haja investimento em inovação é liberado. Além do fato do remédio ser mais barato, a concorrência acaba tendo que sair da zona de conforto. Por haver mais de um fornecedor no mercado, acaba tonando-se necessária criatividade por parte dos fornecedores.

“Toda a literatura que vem sendo publicada mostra que, só com a entrada dos biossimilares no mercado, haverá reduções que irão variar de 20% a 40% do custo dos tratamentos. A diferença entre o sistema público e privado é inquietante. Imagine que nós gastamos 9.6% do nosso PIB em saúde. Dessa porcentagem, 55% são gastos com os 25% das pessoas que têm plano de saúde. Portanto, mais da metade é gasto com esses 25% que têm acesso ao convênio. Os 45% são todos os outros juntos. O modelo também não é saudável para os planos de saúde, para deixar bem claro. Na última década se perdeu 20% das pessoas que tem capacidade de pagar o plano. Todo ano é feito um cálculo equatorial do que foi gasto no ano passado em saúde, e repactua com o número de pessoas que têm plano. O reajuste nos planos é maior do que a inflação. O motivo é simples, a inflação médica é muito maior. Ainda existe na saúde, infelizmente, um índice assustadoramente alto de desperdício. Ainda se pede exames que não faz sentido pedir, porque não vão fazer com que aquilo se traduza em benefícios para o paciente. A medicina faz várias coisas sem pensar, sem a crítica de saber que aquilo pesa. Eu, como todo oncologista, sou um otimista. Eu acredito que nós temos ferramentas para isso, temos apenas que saber usá-las. Aproveitar e estudar de uma forma técnica. Avaliar onde vamos conseguir beneficiar mais gente por mais tempo, e libertar recursos que não deveriam estar sendo desperdiçados”, afirmou o Drº Stephen Stefani.

Ação no organismo

O anticorpo monoclonal do medicamento se liga a receptores da célula maligna e emite um sinal. Células de defesa são acionadas e chegam para destruir a célula tumoral.

Processo regulatório dos biossimilares

A Anvisa, através da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) N° 55 de 16 de dezembro de 2010, dispõe sobre o registro de produtos biológicos novos e produtos biológicos. Nesta RDC estão incluídos os anticorpos monoclonais. Os fabricantes de produtos biológicos têm que cumprir com uma extensa lista de regulações e documentos guias para assegurar a qualidade, eficácia e segurança dos produtos biológicos.

Os produtos biológicos biossimilares podem ser aprovados através da via de desenvolvimento por comparabilidade, através de exercício de comparabilidade com o produto biológico comparador em termos de qualidade, eficácia e segurança.

O workshop para a imprensa foi realizado no dia 9 de outubro, no município de Embu das Artes, no estado de São Paulo. O evento, que teve como tema “Biotecnologia e salto tecnológico para o Brasil”, foi organizado pela Libbs, empresa farmacêutica que proporcionou o debate acerca da importância da chegada dos biossimilares para o desenvolvimento técnico-científico, para a saúde da população e o acesso por meio da saúde pública.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Entidades científicas, acadêmicas e tecnológicas se manifestam contra desmonte de agências nacionais de fomento à CT&I

Em carta enviada nesta sexta-feira a ministros e chefes do legislativo, a SBPC, a ABC e outras 11 entidades alertam para consequências comprometedoras da fusão da **Capes** e CNPq e da transferência do FNDCT para o Ministério da Economia e da FINEP para o BNDES

Entidades científicas, acadêmicas e tecnológicas de todo o País enviaram nesta sexta-feira, 11 de outubro, uma carta a ministros e chefes do legislativo manifestando posição contrária à fusão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capes), e à transferência do FNDCT para o Ministério da Economia e da FINEP para o BNDES.

O documento foi encaminhado aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia, e aos ministros da Secretaria de Governo da Presidência da República, Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, da Economia, Paulo Guedes, e ao da Educação, Abraham Weintraub.

Segundo o documento, a proposta de fusão do CNPq e **Capes** é uma medida equivocada que poderá trazer consequências comprometedoras, tanto para o sistema de ensino brasileiro, como para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). “A coexistência da **Capes** e do CNPq é fundamental para o nosso desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental. Alterar essas estruturas é fragilizar um dos alicerces – talvez o mais importante deles – de sustentação do Brasil contemporâneo que mira um futuro promissor para todos os brasileiros”, defendem as entidades.

Com relação à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), eles ressaltam seu papel fundamental para o SNCTI. “Seu impacto é extenso em todas as áreas, da agricultura, à aeronáutica, à indústria de medicamentos e equipamentos médicos, entre tantos outros.”

A Finep é a secretaria executiva do FNDCT, que, com a criação dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, se tornou o principal instrumento de financiamento às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em nosso País. “Sua execução exige uma estrutura complexa de análise e acompanhamento de projetos de pesquisa e inovação, que certamente deverá ser continuamente aprimorada, mas que não se adequa à experiência, finalidade e organização do Ministério da Economia e do BNDES”, destacam na carta.

As entidades que assinam o documento reivindicam por fim, que a discussão das propostas ocorram mediante “diálogo aberto e com intercâmbio de informações e opiniões com a comunidade de ciência, tecnologia e inovação – vale dizer, instituições de pesquisa, entidades representativas da comunidade científica”. O documento encerra com destaque ao que prevê o artigo 218 da Constituição Federal: “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação” e que “A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação”.

Assinam a carta as seguintes entidades:

Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Academia Nacional de Engenharia (ANE)

Academia Nacional de Medicina (ANM)

Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (ABIPTI)

Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM)

Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)

Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Inovação (ANPROTEC)

Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (CONFIES)

Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF)

Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP)

Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC)

Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas (RBCIH)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Leia o documento na íntegra aqui.

Jornal da Ciência

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

“A ciência é capaz de transformar vidas, é capaz de desenvolver o País”

A declaração é do reitor da Unicamp, Marcelo Knobel, em seu depoimento para a campanha “Ciência, pra que Ciência?”. A SBPC convida todos os pesquisadores, desde a iniciação científica até a pós-graduação, bolsistas e ex-bolsistas, profissionais de todas as áreas e todos os amigos da ciência a participar da campanha e compartilhar suas histórias sobre a importância da ciência para suas vidas e para o Brasil

Preocupada com os severos cortes que estão desmantelando o sistema nacional de C&T brasileiro, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) lançou a campanha “Ciência, pra que Ciência?”. O objetivo é chamar a atenção para o impacto que as pesquisas têm no desenvolvimento econômico e social do Brasil e como os cortes severos impostos pelo governo às duas principais agências de fomento do País – **Capes** e **CNPq** – impedem o desenvolvimento de estudos importantes para o Brasil, comprometem o futuro da ciência e dos cientistas e trazem prejuízos para toda a população. Na campanha, que já recebeu cerca de 100 vídeos (que podem ser acessados no canal do YouTube da entidade), os participantes – estudantes e pesquisadores – têm mostrado a importância de seus trabalhos e como o financiamento público é vital para garantir o desenvolvimento e continuidade dessas pesquisas.

O reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Marcelo Knobel, explica em seu depoimento o quanto que a ciência pode ser importante para beneficiar a população. “Sou físico, trabalho com magnetismo, materiais magnéticos, e quando comecei trabalhar com isso, não tinha nem ideia de que esses materiais que eu estudava poderiam ser aplicados na medicina. Hoje, os materiais nanoestruturados com que eu trabalho podem ser aplicados, funcionalizados para se ligarem a tumores específicos e, por exemplo, matar células cancerígenas. Imagina o desenvolvimento que isso pode trazer para a saúde de toda a população? Este é só um exemplo de milhares e milhares que existem por aí. A ciência é capaz de transformar vidas, é capaz de desenvolver o País. Vamos apoiar a ciência cada vez mais”, diz.

Heraldo Almeida, professor da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), explica em seu vídeo para a campanha #CiênciaPraQueCiência por que o Brasil precisa investir em Ciência: “O investimento em ciência é o que distingue um país desenvolvido, que exporta produtos de alta tecnologia, de um país pobre como o nosso, que precisa produzir e exportar montanhas de minérios e produtos agrícolas para obter dinheiro suficiente pra importar, a custos caríssimos, esses produtos de alta tecnologia. Essa relação assimétrica com os países desenvolvidos gera emprego de baixa qualificação e baixa remuneração aqui, e empregos de alta qualificação e remuneração lá nos países que investiram em ciência. A dependência da tecnologia estrangeira mantém o nosso país pobre, com arrecadação insuficiente para investimentos sociais e dificuldade permanente de equilibrar suas contas. É por isso que um governo verdadeiramente comprometido com o desenvolvimento do país deveria investir massivamente na ciência brasileira”, declara.

Participe das ações da SBPC em defesa a ciência brasileira

A SBPC convida todos os estudantes e pesquisadores, desde a iniciação científica até a pós-graduação, bolsistas e ex-bolsistas, profissionais de todas as áreas e todos os amigos da ciência a participar da campanha e compartilhar suas histórias, que serão amplamente divulgadas nas redes sociais da entidade. Basta gravar um breve vídeo, com duração de 30 segundos a um minuto, acessar este link, preencher um breve formulário e seguir as instruções para carregá-lo. O depoimento pode ser gravado em celular mesmo, em alta definição, com o aparelho na horizontal.

A campanha “Ciência, pra que Ciência?” soma forças às intensas manifestações que a SBPC, com apoio de outras entidades científicas do País, vem realizando em defesa dos recursos para a viabilização da Ciência no Brasil, como o abaixo-assinado online #SomosTodosCNPq. A petição foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia em agosto. Ela continua disponível neste link para quem ainda quiser assinar. Falta muito pouco para chegar a 1 milhão de assinaturas – ajude a chegarmos a esta importante marca!

Envie seu vídeo para a campanha “Ciência, pra que Ciência?” aqui.

Os vídeos estão sendo publicados diariamente nas redes sociais da SBPC e disponibilizados também em uma playlist da TV SBPC, no YouTube.

Jornal da Ciência

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Governo estuda fundir Capes e CNPq; entidades criticam: medida equivocada

O governo Jair Bolsonaro (PSL) estuda fundir os dois principais órgãos federais de fomento à pesquisa no país: a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

O UOL apurou que o presidente da **Capes, Anderson Correia**, confirmou a pessoas ligadas ao ensino superior e à pesquisa que a possibilidade está em discussão. A fala de Correia aconteceu ao fim de uma reunião do conselho superior da **Capes**, semana passada.

"Esse assunto não fazia parte da pauta. Quando a reunião acabou é que se perguntou, porque tinha muitos boatos sobre isso. Foi então confirmado pelo próprio presidente da **Capes**, que disse que se estuda implementar uma agência única", disse à reportagem Helena Nader, vice-presidente da ABC (Academia Brasileira de Ciências), que estava presente na reunião.

Fontes confirmaram à reportagem o teor da conversa e relataram que o governo cogita editar uma Medida Provisória para fundir os órgãos.

Segundo Nader, o presidente da **Capes** defendeu que não há sentido na existência dos dois órgãos, já que "os dois fazem a mesma coisa". Nader relatou que os presentes discordaram: "Nós discutimos, dissemos que a proposta não faz sentido e que não admitimos isso".

Ela diz estar preocupada porque, agora, a possibilidade de fusão "não é mais boato". "O

grave é que, sem nenhuma discussão, pode ser desmontado um sistema que custou muito para construir", afirma.

Outra pessoa que estava na reunião, mas pediu para não ser identificada, confirmou ter ouvido a justificativa de que as agências desempenhariam papéis semelhantes.

Procurados pelo UOL, **Capes** e MEC não negaram a possibilidade de fusão. Em nota, informaram apenas que "o ministério da Educação acatará a decisão que o presidente da República considerar mais conveniente para o Brasil".

A reportagem também procurou o CNPq e o MCTIC, que não responderam até o momento.

Além da possibilidade de fusão entre **Capes** e CNPq, o governo estaria estudando transferir a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), empresa vinculada ao MCTIC, para o BNDES.

Entidades reagem: consequências comprometedoras

Em resposta a essa possibilidade, 13 entidades escreveram uma carta aos ministros da Educação (MEC), da Economia, da Casa Civil, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), à Secretaria de Governo e também aos presidentes da Câmara e do Senado.

A **Capes** está vinculada ao MEC, e o CNPq ao MCTIC.

Na carta endereçada às autoridades, as entidades afirmam que a proposta, se efetivada, traria consequências "comprometedoras" tanto para o sistema de ensino brasileiro como para o sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação.

"Seria uma medida equivocada sob todos aspectos já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares, que funcionam como pilares do sistema educacional e científico do País", diz o texto.

O documento é assinado por entidades como a ABC, a Andifes (Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior), o Confies (Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica) e a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

O que fazem **Capes** e CNPq

A **Capes** atua na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todo o país e também na formação de professores da educação básica.

Para isso, além de oferecer bolsas de estudo para mestrado e doutorado, avalia programas de pós-graduação, fomenta projetos de pesquisa entre grupos brasileiros e estrangeiros, financia o intercâmbio de professores universitários e organiza também a oferta de cursos e projetos de pesquisa e inovação para docentes que atuam na educação básica.

Já o CNPq fomenta a pesquisa científica e tecnológica e incentivo a formação de

pesquisadores no país. Para isso, o CNPq oferece bolsas para pesquisas desde o ensino médio até a pós-graduação.

"Em síntese, a missão da **Capes** é fomentar a qualificação de recursos humanos em praticamente todos os níveis do sistema educacional brasileiro. Já a missão do CNPq, desde sua criação, é fomentar projetos de pesquisa científica, de modo a contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País", defendem as entidades na carta.

"A coexistência da **Capes** e do CNPq é fundamental para o nosso desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental. Alterar essas estruturas é fragilizar um dos alicerces - talvez o mais importante deles - de sustentação do Brasil contemporâneo que mira um futuro promissor para todos os brasileiros", diz ainda o documento.

topo ↕

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

CDH analisa sugestão que aumenta piso salarial dos professores para R\$ 3,5 mil

No mês em que se comemora o Dia do Professor (15 de outubro), o Senado avalia medidas relacionadas à rotina desses profissionais. A sugestão 9/2019, que aumenta o piso salarial para professores da educação básica para R\$ 3,5 mil, está sob relatoria do senador Paulo Paim (PT-RS) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Já o PLS 472/2018, que vincula parte do salário dos professores ao desempenho escolar dos alunos na educação básica pública, aguarda votação na Comissão de Educação (CE).

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

O que o governo ainda precisa explicar sobre o funcionamento das escolas cívico-militares

Embora seja um das principais propostas do governo Bolsonaro para a educação, o programa não teve seu funcionamento detalhado - não se sabe como será investido o dinheiro, quem vai fazer a governança dos militares nas escolas nem a quem os professores vão recorrer se algo der errado.

A implementação de escolas cívico-militares no ensino básico e médio é um dos principais projetos do governo Bolsonaro para a educação.

Embora o governo tenha publicado o decreto de criação do programa com sua moldura básica, ainda se sabe muito pouco como esse plano funcionará, qual o seu escopo ou como será o financiamento.

O plano prevê atuação de militares da reserva na administração de escolas, mas também não está claro qual será o nível de interferência deles na área pedagógica.

Diferentemente das escolas totalmente militares, que são geridas somente pelo Exército e pensadas para os filhos de militares, nesse formato cívico-militar o currículo é determinado pelas secretarias de educação, mas os estudantes seguem regras definidas pelos militares.

Fora essa ideia geral e o fato de que os Estados podem escolher participar ? 16 unidades federativas aderiram ?, o governo não determinou praticamente nenhum detalhe operacional do programa.

Por exemplo, não se sabe ainda como o dinheiro anunciado para as escolas será usado,

quantos militares haverá por escola ou a quem se recorre se houver algum problema.

Não há informações detalhadas no decreto que criou o programa, nas notícias sobre o projeto no site oficial do Ministério da Educação, nem foi publicada uma portaria com regulamentações.

O governo disse que irá liberar R\$ 54 milhões anuais, o que dá R\$ 1 milhão para cada uma das 54 escolas que pretende criar por ano ? a ideia é criar 216 delas até 2023, diz o Ministério da Educação.

Mas a pasta não anunciou qual será o uso desse dinheiro ? se vai ser investido nas escolas ou se pagará o salário dos militares, por exemplo.

Segundo informações obtidas pelo jornal O Globo via Lei de Acesso à Informação, o cálculo do valor foi feito visando somente a pagar o salário dos militares inativos que vão atuar nas escolas ? que podem ser tanto bombeiros, policiais ou das Forças Armadas.

Imposição ou escolha?

Por enquanto, há dúvidas sobre os aspectos mais básicos do programa, como se as comunidades escolares nas unidades escolhidas para participar ? alunos, pais e professores ? poderão escolher aderir ou não.

Inicialmente foi anunciado pelo Ministro da Educação, Abraham Weintraub, que a comunidade escolar seria consultada e a parceria cívico-militar só seria implementada onde pais, professores e alunos concordassem. Ou seja, a adesão seria voluntária não apenas para os Estados, mas também individualmente para cada comunidade.

No entanto, após duas escolas em Brasília (de cinco que estavam sendo consideradas para o programa) votarem contra a implantação da parceria com os militares no local, o presidente Jair Bolsonaro defendeu "impor" o modelo.

"Se aquela garotada está na quinta série e na prova do Pisa não sabe uma regra de três simples, não sabe interpretar um texto, não responde a uma pergunta básica de ciência, me desculpa, não tem que perguntar para o pai, irresponsável nesta questão, se ele quer ou não uma escola, de certa forma, com militarização. Tem que impor, tem que mudar", disse ele, em um evento.

O governador do DF, Ibaneis Rocha, disse que iria implementar o modelo "de qualquer jeito", o que levou a atritos com o secretário da Educação, Rafael Parente. Pouco tempo depois o governador voltou atrás e decidiu só aplicá-lo nas escolas que o desejassem, mas Parente acabou exonerado.

"Caso se deseje realmente fazer esse experimento, está bem claro que ele não pode ser imposto para a comunidade, tem que ser por adesão", afirma Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (CEIPE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), professora visitante na Faculdade de Educação de Harvard e ex-ministra de Administração e Reforma, no governo Fernando Henrique Cardoso.

A BBC News Brasil perguntou ao Ministério da Educação se os Estados que aderiram

ao programa receberam algum tipo de esclarecimento ou garantia extra além do decreto e das informações gerais já divulgadas, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

Quem vai administrar os militares?

A principal questão em aberto é sobre a governança das escolas e dos militares que irão atuar nelas.

Sabe-se apenas que os militares atuarão na administração ? nada mais.

Não há regras sobre quem será o diretor (civil ou militar), como ele será escolhido, quantos militares vai haver por escola, se eles ficarão em todos os turnos, qual será seu papel, quem definirá esse papel, quem fará a governança dos militares das forças armadas, como será feito o planejamento, quem vai participar ou validá-lo etc.

A BBC News Brasil enviou essas perguntas ao Ministério da Educação, mas a pasta não respondeu.

"Essas perguntas sobre governança fazem todo sentido porque cada unidade federativa tem que olhar para sua rede e para as crianças e jovens no seu território e garantir que eles tenham acesso e tratamentos iguais", afirma Claudia Costin, da FGV.

Também não está claro a quem a secretaria, os professores ou as escolas vão recorrer se tiverem problemas ou estiverem descontentes com a atuação dos militares.

"Quem administra a rede? O secretário vai ter poder para divergir do comando da escola?", pergunta Costin.

As Forças Armadas, de onde vem parte dos militares que atuarão nas escolas, e as secretarias de educação são instâncias federativas diferentes e autônomas, que não respondem umas às outras, portanto a interlocução entre elas pode ficar complicada, diz ela. Também não está claro como será a relação com a PM e os bombeiros, que são estaduais.

Há dúvidas sobre como vai ser definida a hierarquia nas escolas, se os militares podem abandonar o programa a qualquer momento, se vai haver algum processo de seleção específico para os professores dessas escolas etc.

O prazo para os Estados aderirem ao programa terminou no fim de setembro (27), e eles tiveram de tomar as decisões antes de diretrizes oficiais com esses detalhamentos serem publicadas. Até o dia 27, o Distrito Federal e 15 Estados resolveram aderir.

Como será usado o dinheiro?

Dúvidas como essas fizeram o Estado de São Paulo hesitar quanto à participação ou não no programa. No dia do encerramento do prazo, o secretário de Educação do Estado, Rossieli Soares da Silva, enviou um ofício ao governo federal pedindo uma extensão do prazo e fazendo mais de 20 perguntas justamente como essas sobre o funcionamento do programa.

À Folha de S. Paulo, ele disse que é "difícil aderir a um programa que você não sabe o

que é". No dia seguinte, no entanto, apareceu em um vídeo, divulgado pela deputada do PSL paulista Letícia Aguiar, dizendo que conversou com o MEC para esclarecer pontos do projeto e que o Estado desejava aderir ao programa.

No ofício enviado ao governo no dia anterior, o secretário havia feito ? além de diversas perguntas sobre governança ? questionamentos sobre como o recurso para as escolas será recebido e de que forma seria transferido, se será anual, qual será a periodicidade do recebimento, se contempla o pagamento do salário dos militares, qual será a remuneração média dos militares que atuaram nas unidades e se recurso será o mesmo independentemente do tamanho das escolas. No ofício, também questionava por quanto tempo está previsto o recurso anunciado de R\$ 1 milhão por escola.

Também fazia questionamentos sobre aspectos pedagógicos que o governo ainda não definiu oficialmente, como qual a carga-horária diária que os alunos terão, se haverá disciplinas extras obrigatórias e se vai haver alguma mudança na rotina da escola.

A BBC News Brasil reenviou as mesmas perguntas que estavam no ofício ao Ministério da Educação e perguntou quais os eventuais esclarecimentos feitos aos governadores dos Estados que decidiram aderir, mas não recebeu resposta da pasta.

Frederico Amancio, Secretário de Educação de Pernambuco, um dos Estados que não aderiram, diz que a decisão de não participar do programa no momento veio em grande parte das dúvidas sobre como será o funcionamento das escolas.

"Não teve uma apresentação ampla. Em educação a gente não muda só por uma ideia, precisa ter uma proposta, precisa ter a oportunidade de conhecer melhor. E por enquanto não existem evidências de resultados desse modelo cívico-militar", diz ele.

"Não sabemos qual será a participação dos militares, quem vai dar apoio, nem quantos serão. Três pessoa na escola vai mudar as escolas? Como vai se dar o processo de gestão? Quem vai dar a última palavra?"

Amancio diz que não descarta a participação no futuro quando tiver mais conhecimento do modelo. "O problema é que com as informações disponíveis hoje minha equipe técnica não sentiu segurança em aderir. Se eu entrasse também seria questionado do porquê."

Custos extras

O governo ainda não explicou se vai bancar eventuais custos extras que as escolas possam ter com as novas regras militares.

Se os alunos tiverem de usar fardas, por exemplo ? que custam mais caro que os uniformes normais das redes estaduais ? não está claro se quem vai bancar é o governo federal ou as secretarias.

"Nas escolas que atualmente adotam o modelo de parceria cívico-militar, fora do programa, na verdade as escolas acabaram gastando mais dinheiro", diz Costin, citando casos de unidades na Bahia e em Goiás.

Nem o salário dos militares é pago pelo governo federal, é dinheiro do orçamentos

locais que é utilizado. "Você desvia a política educacional, a energia e os recursos da educação que já são escassos para profissionais que não são da área", analisa Costin.

"Hoje olhando para as receitas e políticas adotadas nos 30 melhores sistemas educacionais do mundo, não tem em lugar nenhum a conclusão que precisa ter escolas cívico-militares", diz ela, que também foi Diretora Global de Educação do Banco Mundial entre 2014 e 2016.

"Lógico que o Brasil pode fazer experiências e ver se o modelo funciona, mas é preciso que esteja claro o que será feito e que, acima de tudo, não seja imposto, porque quem vai ficar com os resultados disso é a comunidade escolar."

HOJE EM DIA - MG - EDUCAÇÃO

CAPES E EUA OFERTAM BOLSAS DE DOUTORADO NA UNIVERSIDADE YALE

Estão abertas, até 1º de novembro, as inscrições para dez bolsas de doutorado em Ciências Biomédicas na Universidade Yale, nos Estados Unidos. A oportunidade é fruto de uma parceria entre a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), e a instituição de ensino norte-americana. Os contemplados com as bolsas receberão 3 mil dólares, passagens aéreas, auxílio instalação e seguro saúde. As vagas de doutorado em Vale têm duração de até seis anos. A divulgação do resultado ocorre até 28 de fevereiro de 2020, e o início das aulas está marcado para agosto. O edital do programa está disponível em capes.gov.br.

topo ↕

JORNAL DA MANHÃ - MG - GERAL

Ufp está entre as melhores de ranking

Na classificação geral do ranking das melhores universidades federais, a Universidade Federal de Ouro Preto aparece na 34ª posição. Já em relação às 11 universidades federais do estado de Minas Gerais, está em sexto lugar. Produzido pelo jornal Folha de S. Paulo desde 2012, o RUF é uma avaliação anual dos cursos de graduação das universidades, centros universitários e faculdades brasileiras. A partir de dados recolhidos de instituições e avaliações nacionais, como Enade, Inep, **Capes**, Inpi, CNPq, SciELO e Datafolha, a pesquisa responde a cinco indicadores, que compreendem ensino, pesquisa, inovação, internacionalização e mercado. (Portal

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - EDUCAÇÃO

GUIA DESTRINCHA REDAÇÃO DO ENEM PONTO A PONTO

CARTILHA APRESENTA PROVAS QUE OBTIVERAM NOTA MIL

Prova mais temida do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a redação tem peso importante na composição da nota do candidato, impactando na busca por uma vaga na universidade pública. Para ajudar o estudante que fará a avaliação, o Ministério da Educação (MEC) lançou uma cartilha com informações essenciais sobre estrutura e correção do teste.

O guia, disponível em inep.gov.br, traz dicas de como produzir um bom texto, de acordo com as exigências do certame, bem como explicações sobre a análise e distribuição dos pontos.

O destaque fica por conta da apresentação de sete redações que obtiveram nota máxima - t000 - na edição do Enem 2018, com comentários. A ideia, conforme o Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é divulgar exemplos que contemplaram todos os critérios máximos de avaliação pelos diferentes corretores.

Ao todo, no ano passado, 55 participantes alcançaram a pontuação mais alta na dissertação. Desse s, 14 eram mineiro s. Outro s 112.559 (2,73%), em todo o país, z eraram a prova dissertativa.

TESTES IMPRESSOS

Ontem, o titular do MEC, Abraham Weintraub, informou que todas as provas do exame foram impressas. Metade do material já foi remetida aos locais de aplicação.

A primeira remessa, de 408 mil testes, foi enviada em 3 de outubro para áreas de difícil acesso do Pará e da Bahia. Outros malotes seguiram para Rondônia, Piauí, Pernambuco e Mato Grosso.

"Acabou o risco de não ter Enem", enfatizou o ministro, referindo-se ao temor de que as avaliações poderiam ser prejudicadas pela falência da gráfica responsável pela impressão dos cadernos de questões.

A contratação da segunda colocada na licitação realizada em 2016 foi autorizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Para 2020, será necessária uma nova concorrência.

Em 2019, as provas serão aplicadas em 3 e io de novembro, em 1.727 municípios brasileiros. Mais de 5 milhões de pessoas farão o exame em 14 mil locais. *Com Agência Brasil

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Enem será aplicado duas vezes

No próximo ano, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) acontecerá duas vezes, uma no mês de outubro e outra em novembro. A primeira aplicação será no formato digital e a segunda no modelo tradicional, como vem ocorrendo, com as provas impressas em papel. Em 2021, serão três datas de exame, sendo duas digitais e uma impressa. A meta do Ministério da Educação (MEC) é chegar em 2026 com a avaliação completamente digitalizada e realizada quatro vezes ao ano. Segundo o MEC, em 2020 o candidato vai escolher, na inscrição, se quer fazer as provas no modelo digital ou a tradicional.

A estimativa é de que a versão digital seja aplicada para 50 mil pessoas em 15 capitais. As informações foram repassadas pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, e pelo presidente do Inep, Alexandre Lopes, ontem, em Brasília. O ministro aproveitou para informar que todas as provas do Enem 2019 estão impressas. Metade já começou a ser distribuída para os Estados. As provas serão nos dias 3 e 10 de novembro, com 5 milhões de inscritos. "Acabou o risco de não ter Enem", destacou. Sobre o conteúdo das provas, o governo reafirmou que o foco será questões que avaliem objetivamente o aprendizado dos estudantes.

"A prova foi produzida da mesma forma dos anos anteriores. O que houve foi uma orientação para que as questões focassem na aprendizagem", afirmou o presidente do Inep. Também ontem foi lançada a Cartilha da Redação do Enem 2019. A publicação

está disponível no site do Inep (www.inep.gov.br) e traz dicas para uma boa redação. Detalha as cinco competências exigidas na dissertação e explica como é a correção dos textos. Mostra ainda redações de 2018 que tiraram nota mil. Professora do Colégio Santa Maria, Ana Cristina Verdasca elogiou o manual. “Não há mudança no que diz respeito aos critérios adotados, mas esse material é mais detalhado.

O participante que conseguir ler e entender tudo, certamente, terá muita possibilidade de atingir a nota máxima. Pena que demorou tanto para ser divulgado.”

topo ↕

AGÊNCIA SERTÃO - TEMPO REAL

Inscrições para Seleção de Tutores da Uneb terminam nesta sexta

Encerra nesta sexta-feira (11), o período de inscrição para se candidatar no processo seletivo que visa preencher 40 vagas de tutores para a Universidade do Estado da Bahia (Uneb). As oportunidades são para a cidade de Caetitê, Brumado, Bom Jesus da Lapa, Barreiras e outras.

O Processo Seletivo Simplificado será realizado em etapa única, sob responsabilidade do CPS/UNEB, mediante a realização de Avaliação de Títulos, de caráter classificatório.

Aos candidatos selecionados para exercer as funções de Tutor Presencial e Tutor a Distância. Será concedida bolsa no valor mensal de R\$ 765,00.

A inscrição deve ser realizada exclusivamente pela Internet, no endereço eletrônico da organizadora do processo seletivo. Não há taxa de inscrição.

O Processo Seletivo Simplificado visa à seleção de pessoal para as funções de Tutor Presencial e Tutor a Distância, em caráter temporário, na condição de bolsista da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, no sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), executado pela Unidade Acadêmica de Educação a Distância (UNEAD) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Os pré-requisitos são – ter formação acadêmica mínima em nível superior na área do curso para o qual pleiteia a vaga; ter experiência de um ano no magistério de ensino básico ou superior; ter disponibilidade de 20 (vinte) horas para as atividades inerentes a função, que serão desenvolvidas de acordo com as necessidades do curso ao qual estiver vinculado e ter acesso à internet em sua residência e ter habilidade no uso de computador em atividades educacionais.

Há também a necessidade de residir no município/polo de apoio para o qual pleiteia a vaga, se candidato a Tutor Presencial; ter disponibilidade para participar dos encontros presenciais; não receber outra bolsa concedida pela **CAPES/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)** ou pela Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), exceto quando expressamente admitido em regulamentação própria e ser classificado na Avaliação de Títulos de acordo com o quantitativo de vagas disposto.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Comunidade acadêmica comemora 75 anos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

Uma das principais publicações produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) completa 75 anos em 2019. A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), veículo de circulação de ideias e projetos na área educacional, teve sua primeira edição divulgada em 11 de julho de 1944, no Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional. Em comemoração à data, serão lançados, na próxima terça-feira, 15 de outubro, o selo e o carimbo que remetem à publicação.

Na oportunidade, serão agraciados os autores que contribuíram com mais artigos na RBEP nos últimos 30 anos. Entre os destaques, está o atual diretor de Estatísticas Educacionais do Inep, Carlos Moreno, servidor da casa com mais artigos publicados na revista, totalizando cinco. “Precisamos explorar os dados que a gente produz, porque o Inep, antes de tudo, é um produtor de informações”, ressaltou o diretor. “Na medida em que produzimos e tratamos essa informação, nós geramos conhecimento sobre a realidade educacional e, a partir daí, a gente tenta subsidiar e até influenciar as políticas educacionais.”

Serão homenageados também o professor Cândido Alberto Gomes, que produziu três resenhas e 16 artigos para a revista, além de editores, designers, diagramadores, revisores, membros da editoria científica e pareceristas. “Comemorar os 75 anos da RBEP é comemorar a própria história da educação brasileira”, celebra a coordenadora de Editoração do Inep, Carla Nascimento. “A publicação funda e é referência para o pensamento pedagógico brasileiro, e a sua permanência no cenário educacional é de grande responsabilidade do Inep para a formação dos professores.”

A RBEP é a mais antiga revista em educação ainda em circulação, sempre pautada por diretrizes éticas, como originalidade, detecção de plágio e análise de má conduta científica. A publicação passou por modificações em sua estrutura, acompanhando a trajetória do Inep no redesenho das políticas educacionais no Brasil. Ao longo dos 75 anos, foram mais de 250 edições com três mil artigos publicados.

A primeira edição era composta de seis seções: Editorial, Ideias e Debates, Documentação, Vida Educacional, Orientação Pedagógica e Atos Oficiais. Atualmente, são três publicações por ano e suas páginas contam com três seções: Estudos, Relatos de Experiência e Resenhas.

Celebração – Ainda como parte das comemorações pelos 75 anos da RBEP, na sexta-feira, 18 de outubro, das 14h às 18h, será realizada a conferência “Os três cardeais da educação e a defesa da educação pública”, com a professora Diana Gonçalves Vidal, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP), no auditório do Inep.

Qualificação – A revista tem agora nota máxima no Qualis Periódicos da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Com a avaliação do triênio 2013-2015, a RBEP passou a ter qualificação A1 na área de Ensino e A2 em Educação. A revista científica figurava como publicação B1 desde 2010.

De acordo com Tânia Maria Castro, uma das editoras executivas da RBEP, a elevação do padrão de qualidade da revista é resultado de uma série de ações da Diretoria de Estudos Educacionais do Inep. “Nos últimos anos, investimos em capacitação da equipe, migração do sistema Open Journal System, maior captação de artigos, maior

CLIPPING



participação em eventos na área de educação e nos empenhamos para fazer parte da coleção SciELO e atender aos seus critérios, que estão em constante renovação, entre outras ações que incentivaram esse crescimento”, destacou.

Homenageados

Autores:

Carlos Moreno
Cândido Alberto Gomes

Editores:

Jader de Medeiros Britto
Jair Santana Moraes
Rosa dos Anjos Oliveira
Tânia Maria de Castro

Designers

Fernando Secchin
Marcos Alfredo Hartwich
Raphael Caron Freitas

Diagramadores

Érika Janaína de Oliveira Saraiva
José Miguel dos Santos

Revisores

Aline Ferreira de Souza
Antônio Bezerra Filho
Josiane Cristina da Costa Silva

Acesse a publicação número 255 da Rbep

Conheça as publicações do Inep

Assessoria de Comunicação Social - INEP

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Bolsista da CAPES descobre fóssil de mamífero

Biólogo, doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), Pedro Victor Buck, fez uma importante descoberta científica: pegadas fósseis de um mamífero que viveu no período geológico conhecido como Cretáceo, que durou entre 145 e 66 milhões de anos atrás.

De onde surgiu seu interesse pelo assunto?

Desde criança eu sempre tive interesse em biologia, em especial nos organismos do passado, como os dinossauros. Minha mãe e meu pai me incentivaram, ao longo do meu desenvolvimento, com revistas, filmes e outros materiais sobre o tema. Quando terminei o ensino médio, decidi estudar Ciências Biológicas com o objetivo de me tornar paleontólogo. Então, eu conheci a Paleontologia, minha principal área de atuação dentro da Paleontologia, por meio do meu orientador, o Prof. Dr. Marcelo Adorna Fernandes, com quem, então, fui fazer o mestrado e atualmente faço o doutorado.

Fale um pouco sobre o seu trabalho de pesquisa

De maneira geral, eu trabalho com Paleontologia, que é o estudo dos organismos antigos e que já foram extintos. Meu trabalho está inserido dentro da Paleontologia, que é o estudo dos vestígios fósseis. Os fósseis podem ser subdivididos em dois principais tipos, os fósseis corporais (todo ou parte do corpo dos organismos) e os icnofósseis (vestígios produzidos pela atividade e comportamento dos organismos). Meu foco são as pegadas fósseis de, aproximadamente, 130 milhões de anos que são encontradas nos arenitos da Formação Botucatu, na região do município de Araraquara (Estado de São Paulo). Estes arenitos representam um antigo deserto de dunas que cobriu grande parte do território brasileiro durante a era dos dinossauros (Mesozoico). Diversos animais que viveram ali, dentre eles dinossauros carnívoros e herbívoros, mamíferos primitivos, escorpiões e insetos, deixaram seus registros fósseis sob a forma de pegadas.

Fale um pouco sobre sua descoberta

O fóssil em questão, se trata de pegadas. Nós atribuímos essas pegadas a um mamífero, de acordo com o formato das pegadas e dos dedos que ficaram preservados. As rochas contendo as pegadas foram coletadas pelo meu orientador ao longo de vários anos.

Qual o objetivo da pesquisa?

O principal objetivo da minha pesquisa é a análise da diversidade de pegadas fósseis atribuídas a mamíferos primitivos do período Cretáceo que são encontradas em rochas da Formação Botucatu.

Como são feitas as análises?

O estudo se inicia com a coleta de material em campo, para posterior análise em laboratório. As pegadas são mensuradas e os dados coletados são interpretados e comparados com outras ocorrências fósseis ao redor do mundo e também com pegadas e animais atuais. Dessa forma, pode-se determinar o grupo biológico da espécie responsável pela produção das pegadas para, então, partir para objetivos mais específicos.

Qual a importância do trabalho para a realidade brasileira?

O atual trabalho tem grande importância, uma vez que o registro de mamíferos primitivos brasileiros durante a era dos dinossauros ainda é muito escasso, sendo estas pegadas uma das poucas possibilidades de se conhecer aspectos sobre a evolução e diversidade destes animais para este intervalo de tempo. Além disso, o estudo dos fósseis é a única maneira de se conhecer sobre a história biológica da Terra ao longo do tempo. Outra grande relevância é a possibilidade de se realizar divulgação científica e trabalhos de extensão com base nos dados gerados pela pesquisa, criando, assim, potencial para que as pessoas se interessem pela ciência e busquem carreiras científicas, ou mesmo valorizem o que é produzido no Brasil.

Qual o impacto no âmbito internacional?

Os resultados produzidos pela pesquisa até o momento já foram citados por outros trabalhos publicados em revistas científicas internacionais e também em veículos de mídia estrangeiros, como o jornal The Guardian.

O que ela traz de novo?

Cada pesquisa traz a sua interpretação, sempre fundamentada e discutida, sobre determinado aspecto da natureza. Até o momento, nós agregamos conhecimento sobre os animais que viviam na região de Araraquara há 130 milhões de anos, fornecendo nossas interpretações, por meio das pegadas analisadas, sobre os comportamentos, a diversidade biológica e também sobre o ecossistema desértico em que eles viviam. Foi possível identificar duas espécies diferentes de mamíferos primitivos que produziram as pegadas, sendo uma de pequeno porte e a outra um pouco maior. Com base no funcionamento ecológico de desertos de areia atuais, é possível inferir que os produtores das pegadas fósseis provavelmente se alimentavam de insetos e aracnídeos que também viviam na mesma região. Estes mamíferos, por sua vez, eram presas para os dinossauros carnívoros.

Qual a importância do apoio da **CAPES**?

O auxílio financeiro da **CAPES** é de vital importância para minha permanência na universidade e o desenvolvimento da pesquisa.

Redação CCS/CAPES - 10.10.2019

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Novas parcerias: CAPES visita universidades nos EUA

Entre os dias 23 de setembro e 03 de outubro, a **CAPES** esteve nos Estados Unidos para negociar novas parcerias de cooperação acadêmica. As universidades Harvard, Illinois, Olin College e Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) foram algumas das dez instituições visitadas pela comitiva do Programa Brasil-Estados Unidos de modernização da educação superior na graduação (PMG - EUA).

Mauro Rabelo, diretor de Relações Internacionais, foi um dos representantes da **CAPES** na missão. Ele foi recebido por reitores e pró-reitores das instituições. Em Austin, no Texas, o diretor teve a oportunidade de negociar com o sistema de universidades do estado norte-americano.

Além de estreitar os laços com as universidades, os participantes do PMG conheceram as metodologias de ensino de engenharia. “Os professores terão a oportunidade de se apropriar dessas experiências e desenvolver ações nas instituições a partir do que foi visto, que é caso de sucesso lá fora, e o que tem de mais moderno em termos do ensino de engenharia”, afirmou Mauro Rabelo.

A comitiva foi composta por representantes da **CAPES**, da Comissão Fulbright, da Embaixada dos Estados Unidos, do Conselho Nacional de Educação e das oito instituições brasileiras participantes do PMG.

PMG

O programa tem o objetivo de checar in loco como se desenvolvem novas metodologias

de ensino em renomadas instituições norte-americanas. Em um primeiro momento, o programa financia projetos institucionais de modernização para cursos de engenharia.

Redação CCS/CAPES - 10.10.2019

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Programa da CAPES forma 734 professores em Pedagogia

Desde 2007, a CAPES atua na formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Nesses doze anos, diversos programas foram criados para capacitar os docentes e melhorar a qualidade do ensino no País.

O Residência Pedagógica é o mais recente deles. Iniciado em 2018, o Programa pretende aperfeiçoar e adequar a formação dos professores, unindo a teoria e a prática dentro da sala de aula.

Em 28 de setembro, 734 professores da educação básica se formaram em Pedagogia pelo Programa, numa parceria entre a UNESP e a CAPES.

Carlos Lenuzza, diretor de Educação Básica da Coordenação, participou da cerimônia em São Paulo e ressaltou a importância do Programa: “Estamos entregando à sociedade um objeto absolutamente complexo e importante, que é um professor formado devidamente na área em que atua e já com uma ação imediata frente aos alunos que ele mesmo atende”.

Atuação

A CAPES trabalha junto ao Ministério da Educação (MEC) para garantir mais recursos para o setor. No dia 2 de outubro, foi entregue à Câmara dos Deputados uma proposta de emenda parlamentar, que destina R\$ 300 milhões para investimentos na educação básica.

Redação CCS/CAPES

topo ↕

TUDO RONDÔNIA - TEMPO REAL

Prefeitura abrirá seleção para escolher coordenador do polo presencial da UAB

A Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação (Semed), promoverá processo simplificado para coordenador do Polo de Apoio Presencial no Sistema da Universidade Aberta do Brasil - UAB.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para a população, por meio do uso da metodologia da educação a distância - EaD.

Incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos Polos UAB com as universidades públicas e demais organizações interessadas.

A prefeitura de Porto Velho através da Secretaria de Municipal de Educação firmou o Termo de Cooperação Técnica em 2008, instalando o Polo UAB/CAPES no Centro de Formação de Profissionais da Educação – CFPE e constituiu uma comissão organizadora para coordenar o processo para provimento de uma única vaga, na condição de bolsista.

O termo prevê a oferta de cursos de graduação, pós e mestrado na modalidade em EaD para os servidores e comunidade.

A vaga destina-se a um professor do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação, que desempenhará a função de coordenador (a) de Polo UAB.

A Secretaria estima que o processo seja realizado em até 60 dias para a publicação do edital, em fase de elaboração. Após a publicação do edital, o processo terá até 95 dias para ser concluído.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Precisamos falar nas escolas do risco de sexualização precoce e violenta de adolescentes

Amanda Sadalla explica que a indústria pornográfica incentiva os adolescentes a relacionarem sexo com violência.

Imagine João, um menino de 12 anos que pesquisa o termo "pornografia" na internet.

"O João quer ver um peito, uma bunda — normal, um adolescente tem essa curiosidade — e aí ele entra no Google e o que aparece para ele? Um vídeo que a legenda diz: se você é um homem de verdade, é isso que você tem que assistir. E o que é o vídeo? Uma cena de sexo super violenta contra a mulher", descreve a consultora em educação pública e gênero Amanda Sadalla.

O resultado, ela diz, é que João vai crescer entendendo que a pornografia mostra o sexo que ele tem de praticar.

"Esse menino vai ter uma relação sexual com uma menina e, na prática, não acontece o que ele viu na pornografia. A pornografia diz que ele vai ter um nível de poder absurdo, que essa menina vai ter um nível de prazer absurdo, e não acontece. Aí ele força a menina, porque ele quer que ela tenha trilhões de orgasmos, como mostra a pornografia, e que ele tenha um nível de prazer absurdo, como mostra a pornografia."

É para evitar esse roteiro, que pode levar à violência sexual, que Sadalla defende a necessidade de discutir a pornografia nas escolas. Ela argumenta que a indústria pornográfica incentiva "uma sexualização super precoce" e leva crianças e adolescentes a relacionarem sexo com violência.

"A gente precisa falar de pornografia na escola. Se a gente não falar sobre pornografia, os meninos vão continuar aprendendo que sexo é violento", diz. "Tem meninos de 13 anos totalmente viciados em pornografia."

A consultora trata do assunto em oficinas com adolescentes de 12 a 18 anos em escolas do Estado de São Paulo, promovidas em parceria com o Instituto Liberta, que tem como missão combater a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Ela acredita que, em vez de imaginar que se possa evitar totalmente que os jovens assistam ao conteúdo proibido para menores, é mais eficaz explicar que os vídeos não refletem a realidade e que eles não devem se inspirar neles — que tratam as mulheres como objetos — quando tiverem suas próprias relações.

Profissão Repórter: Educação sexual ainda é tabu no Brasil e adolescentes sofrem com a falta de informação

"O trabalho que a gente faz é explicar que a pornografia não é realidade, que eles não devem reproduzir um homem agressivo, que não se preocupa se a mulher está se sentindo confortável. A ideia é que o próprio aluno entenda que aquilo não é saudável. Entendo que isso é mais efetivo do que dizer não assista."

Sadalla lembra de uma vez em que mencionou o termo "pornografia violenta" e uma aluna perguntou o que isso significava. A resposta veio de um colega adolescente.

"Ele respondeu como assim você não tá entendendo? É o que os meus amigos assistem todos os dias. E ele sabia explicar com todos os detalhes o que é uma pornografia violenta", conta Sadalla.

O que é violência sexual?

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência sexual como "todo ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas; ou ações para comercializar ou usar de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito, incluindo o lar e o local de trabalho".

A coerção pode acontecer "de diversas formas e por meio de diferentes graus de força, intimidação psicológica, extorsão e ameaças". Também pode ocorrer se a pessoa não estiver em condições de dar seu consentimento, como sob efeito de álcool ou outras drogas, ou dormindo.

Alguns exemplos são o estupro — praticado por pessoas conhecidas ou desconhecidas — e o assédio sexual, que pode acontecer na escola, no local de trabalho e em outros ambientes.

Entre as consequências da violência sexual para a saúde das mulheres, a OMS aponta gravidez não planejada, aborto inseguro, disfunção sexual, infecções sexualmente transmissíveis, depressão, transtorno por estresse pós-traumático, ansiedade, dificuldade para dormir, comportamento suicida e transtorno de pânico.

Quatro meninas de até 13 anos estupradas por hora

A violência sexual acontece principalmente dentro de casa. Do total de estupros registrados em 2018 no Brasil, em 75,9% dos casos as vítimas possuíam algum tipo de vínculo com o agressor (parentes, companheiros, amigos ou outros).

"A violência acontece em todas as classes, com pessoas de todas as cores. Mas, quando estamos falando de crianças que vivem na pobreza, é ainda mais difícil sair desse ciclo de violência", diz Sadalla.

Nesse caso, ela explica que a dificuldade pode vir do fato de que muitas vezes a mãe, que pode também sofrer violência do mesmo agressor, depende financeiramente dele.

"Existe aí um medo de ter uma separação desse agressor e essa mãe não saber como vai se sustentar."

Outro cenário que pode levar a mãe a não denunciar, segundo a consultora, é o medo de mais uma reação violenta do agressor.

"Muitas vezes escuto a escola culpabilizando a mãe. Olha essa mãe que sabe que a filha sofre violência e não faz nada. Eu entendo a raiva, mas muitas vezes essa mãe também sofre violência e ela tem medo de denunciar porque tem medo de esse homem fazer algo ainda pior com ela e ela não ter mais como cuidar da filha. Ela fala se eu morrer, quem vai cuidar da minha filha?."

É exatamente pelo fato de a violência muitas vezes vir de algum membro da família que Amanda Sadalla diz que é importante o tema ser discutido no âmbito escolar.

"É por isso que é tão importante a gente entender que não adianta a criança buscar ajuda na escola e a escola dizer vou resolver com os seus pais. Por isso que o Estado tem que entrar. Às vezes a família é onde está o problema, por isso vem a ajuda da assistência social."

Foram registrados no ano passado 66.041 casos de estupro, o que dá uma média de 180 casos por dia, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. Oito a cada dez vítimas eram mulheres.

Pelo recorte de idade, os dados mostram que quatro meninas de até 13 anos foram estupradas por hora em 2018.

Considerando as vítimas de até 17 anos, os casos somam 71,8% do total.

O anuário destaca que "os crimes sexuais estão entre aqueles com as menores taxas de notificação à polícia, o que indica que os números aqui analisados são apenas a face mais visível de um enorme problema que vitima milhares de pessoas anualmente".

Segundo o documento, no caso do Brasil, a última pesquisa nacional de vitimização estimou que apenas cerca de 7,5% das vítimas de violência sexual notificam a polícia.

Sadalla, que tem 23 anos, diz que começou o trabalho muito focada nas meninas, que são as principais vítimas, mas viu que é essencial envolver os meninos.

"Eu encontrei vários meninos que não queriam falar sobre violência porque as mães sofrem violência. Eu encontrei meninos que, quando sentei com eles e fui conversar, eles disseram: nossa, agora estou vendo como eu às vezes sou agressivo com a minha namorada como meu padrasto é com minha mãe e estou repensando", disse.

E, quando os meninos são vítimas de violência sexual, Sadalla diz que há ainda mais dificuldade de pedir ajuda.

"Existe essa ideia de que o menino não pode pedir ajuda, não pode chorar. Então às vezes a gente acha que meninos não sofrem violência, mas na verdade eles sofrem, é que eles não buscam ajuda", diz. Se eu não falo com os meninos sobre masculinidade

tóxica, que é o machismo se virando contra eles, eles aprendem que não podem se expressar, chorar, buscar ajuda."

Como denunciar violência sexual?

Depois que começou a dar oficinas para crianças sobre o assunto, Sadalla — que é formada em Administração Pública pela FGV e cursa mestrado em Políticas Públicas na Universidade de Oxford, na Inglaterra — passou a receber mensagens de professores que buscam a melhor forma de ajudar os alunos que relatam casos de violência sexual.

1. Ouça com cuidado

O primeiro passo, segundo ela, é ouvir a criança ou adolescente com muito cuidado e de forma empática. Evitar, por exemplo, perguntar por que a criança não falou sobre o assunto antes.

"A vítima de violência sexual já se sente culpada pela violência sofrida. Porque nós, principalmente mulheres, crescemos em uma sociedade em que a gente entende que se você sofre uma violência é porque você mereceu, porque sua saia estava curta e por aí vai. Se você vira pra esse aluno e fala por que você não me contou antes?, essa culpa que ele já carrega se torna ainda maior."

2. Registre: não faça a criança repetir o relato várias vezes

A consultora diz que um dos principais cuidados é evitar pedir para a vítima contar diversas vezes o que aconteceu com ela.

"O que acontece na maioria dos casos: a Maria conta para a professora de Português que o pai está tocando nela. A professora de Português não sabe o que fazer e leva a Maria na sala da direção e pede para a Maria contar pra diretora. A Maria conta de novo o que aconteceu, a diretora vira e fala hum, isso é caso de polícia e leva para a polícia. E a Maria de novo conta o que aconteceu. E por aí vai", diz.

"Aí a Maria, que confiou na professora de Português — foi com ela que ela queria conversar — acaba recontando a história para cinco pessoas. E cada vez que a vítima reconta esse trauma, ela revive o trauma. Isso é o que chamamos de violência institucional."

A recomendação, segundo Sadalla, é que a pessoa registre por escrito a história que a vítima contou, para evitar que ela tenha que repetir diversas vezes.

A consultora diz que, quando um aluno relata um caso de violência, ela sempre procura elogiar a coragem e diz "você foi muito forte de conseguir vir até mim e contar o que aconteceu, porque isso não é fácil, então obrigada por ter confiado em mim e ter vindo conversar comigo."

3. Qual órgão procurar?

No caso dos professores, Amanda diz que eles devem informar o caso para a direção da escola, sem expor a criança, para que a diretoria faça o contato com os órgãos

adequados. Ela explica que a organização dos municípios varia, mas que a recomendação inicial é entrar em contato com o Conselho Tutelar.

No entanto, se a violência estiver acontecendo naquele momento e a criança estiver correndo risco se voltar para casa, a recomendação da consultora é para que a direção ligue para a polícia.

Se, por algum motivo, há um receio de fazer a denúncia, a indicação é ligar para o Disque 100, que é anônimo. O serviço funciona todos os dias, 24 horas. As ligações são gratuitas e podem ser feitas a partir de telefone fixo ou móvel.

Qualquer pessoa pode fazer uma denúncia por meio do Disque 100. Ela é recebida pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que fornece número de protocolo para que o denunciante possa acompanhar o andamento.

Sadalla recomenda que o adulto que busca ajudar a criança explique a ela qual tipo de ajuda vai buscar, para ajudar a criança a retomar o controle sobre a vida dela e entender que ela tem direito sobre o corpo dela.

"Por mais que a gente tenha medo de denunciar, a gente não pode se omitir. A gente não pode saber que tem alguém sofrendo violência e não fazer nada sobre isso. Ainda mais porque se essa criança vem, me conta que tem algo acontecendo e eu não faço nada, o que ela aprende? Que não adianta nada ela pedir ajuda."

Sadalla, que também dá treinamento para delegados e delegadas para casos de violência doméstica, diz que no Brasil prevalece a ideia de que violência doméstica e sexual é problema exclusivamente de polícia.

"Isso não é verdade. Polícia é uma parte do negócio. Às vezes o que a vítima precisa é de atendimento da assistência social, de atendimento psicológico. A delegacia tem que encaminhar para outros serviços, mas ela não consegue resolver todos os problemas. A grande lacuna que temos é que a delegacia, a saúde, a assistência social não se comunicam."

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Homens armados invadem escola pública e assaltam alunos em Ceilândia, no DF Segundo Polícia Civil, suspeitos pularam muro da instituição. Um aluno foi agredido com coronhada; dupla chegou a dar três tiros na fuga.

G1 DF

Dois homens armados invadiram uma quadra de esportes do Centro de Ensino Médio 2 de Ceilândia (CEM 2), no Distrito Federal, e assaltaram alunos que participavam de um treino na escola, nesta quinta-feira (10).

Segundo a Secretaria de Educação do DF, cerca de 30 estudantes e um professor estavam no local no momento do crime. Os suspeitos levaram celulares e até a aliança do docente.

A dupla também agrediu um dos alunos com uma coronhada. Ele foi levado a um hospital e passa bem. Ao G1, a pasta informou que "colabora com as investigações da polícia e não tolera nenhum ato de violência nos ambientes escolares".

Segundo boletim de ocorrência registrado na 15ª Delegacia de Polícia (Ceilândia), os suspeitos pularam o muro da instituição para cometer o crime. Ainda de acordo com a corporação, a dupla chegou a dar três tiros para o alto na fuga.

As vítimas informaram que treinavam para os jogos de primavera da escola, quando os indivíduos anunciaram o roubo e começaram a pegar os objetos das mochilas.

Ainda de acordo com a ocorrência, os suspeitos usavam tocas que cobriam os rostos. Na delegacia, as vítimas contaram que os assaltantes estavam agressivos. Até a publicação desta reportagem, ninguém tinha sido preso.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFSC publica normativa sobre reposição de atividades afetadas pela greve estudantil

Documento estabelece regras para cursos da graduação e de pós-graduação, do Núcleo de Desenvolvimento Infantil e do Colégio de Aplicação.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) publicou, nesta sexta-feira (11), a resolução normativa com medidas para a reposição das atividades nos cursos de graduação e de pós-graduação, do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) e do Colégio de Aplicação (CA), em decorrência da greve estudantil que completou um mês na última quinta-feira (10).

Entre as regras estão previstos a manutenção das bolsas e que os centros terão cinco dias para organizar um novo cronograma após finalizar a paralisação.

Estudantes da UFSC estão em greve na universidade desde o dia 10 de setembro, que foi motivada contra os bloqueios no orçamento do Ministério da Educação (MEC), contra o programa Future-se e em defesa das universidades filantrópicas que estariam ameaçadas pela Reforma da Previdência, segundo a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Apesar da greve causar reflexos em diferentes cursos e atividades, a universidade garante, que o cronograma do vestibular unificado, não irá sofrer alterações. As inscrições seguem abertas e terminam no dia 14 de outubro.

Reposição de aulas

O documento foi assinado na tarde de quinta-feira (10), pelo reitor Ubaldo Cesar Balthazar, após parecer favorável da Procuradoria Federal junto à UFSC. O documento é resultado do trabalho de uma comissão, criada pelo Conselho Universitário (CU) na sessão do dia 30 de setembro.

A resolução está sujeita à aceitação do colegiado, que será convocado para apreciar a aprovação após o fim da greve. Segundo a UFSC, caberá aos colegiados de curso avaliar em que casos e com qual dimensão será necessário propor prolongamento do calendário e cada unidade ficará responsável pelo diagnóstico e pela proposta de reposição.

O que diz a normativa

Determina que seja garantido ao corpo discente que a reposição de conteúdo

programático, realização das atividades avaliativas e o controle de frequência efetuados durante o período de paralisação estudantil em novas datas;

Com o fim da paralisação, os colegiados têm o prazo máximo de cinco dias para estabelecer o cronograma de reposição de conteúdo, atividades avaliativas e controle de frequência;

As atividades de reposição serão prioritariamente ofertadas nos mesmos horários, turnos e dias das disciplinas referentes;

Ficam garantidos os direitos à extensão de prazos de entregas e defesas na pós-graduação e na graduação;

Não serão suspensos em função da paralisação, os pagamentos de bolsas e auxílios operados pela administração central, como programas da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, bolsas permanência, auxílios-moradia e auxílios-creche.

Protesto na quinta

Em publicação no site oficial da universidade, o reitor Ubaldo Balthazar criticou o movimento que fechou as entradas do campus em Florianópolis. “É lamentável que depois de tanto diálogo, de uma aproximação com o movimento dos estudantes e das várias ações para mediar os conflitos ainda tenhamos que presenciar cenas de violência, desrespeito e constrangimento. Isso não combina com a defesa da Universidade”.

Na semana passada, estudantes também realizaram um bloqueio no trânsito em apoio a greve geral de 48 horas que convocada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN).

Desde o início da greve outras ações foram realizadas como aulas públicas, entrega de panfletos, reuniões e atos na instituição.